

# MARGENS

Projeto Visual: Augusto Sarmiento-Pantoja

Margens, 15 anos  
de Publicação  
Científica

Editor

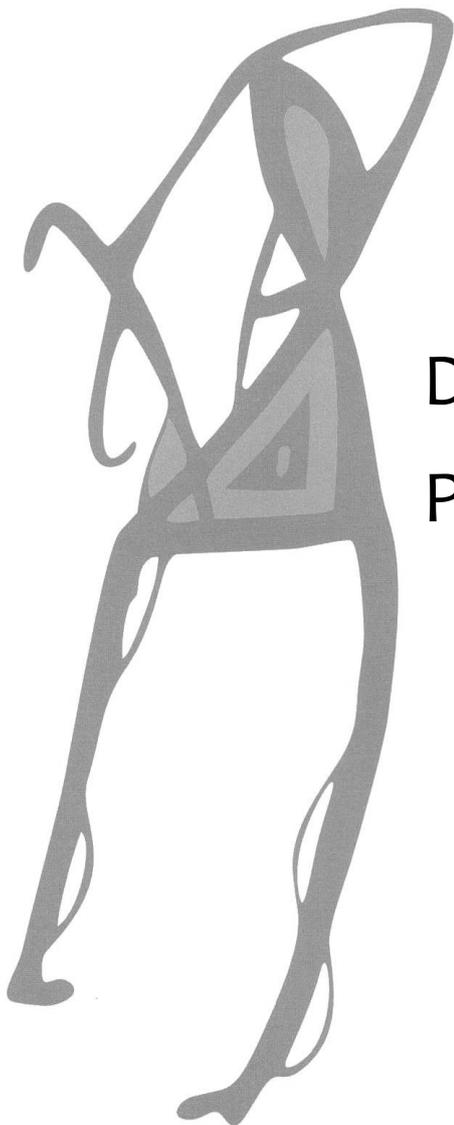
Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)





Margens: Revista Interdisciplinar | ISSN: 1806-0560 | e-ISSN: 1982-5374 | Vol. 15 | Nº 25 | Dez/2021

# MARGENS



Dossiê: Margens, 15 anos de  
Publicação Científica

Editor  
Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

---

Emmanuel Zagury Tourinho	<i>Reitor da Universidade Federal do Pará</i>
Ana Aurea Barreto Maia	<i>Coordenadora do Campus de Abaetetuba</i>
Oswaldo dos Santos Barros	<i>Coordenador da DPPG</i>
Vivian da Silva Lobato	<i>Coordenadora do PPGCITI</i>
Augusto Sarmento-Pantoja (UFPA)	<i>Editor-Chefe</i>
Raimundo Hosana Negrão	<i>Secretaria</i>
Lucilene dos Santos Passo	<i>Bolsista</i>

---

---

<b>Equipe Editorial</b>	<b>Sessões da Revista</b>
-------------------------	---------------------------

---

Augusto Sarmento-Pantoja	Artigos
Vivian da Silva Lobato	Iniciação Científica
Afonso Nascimento	Dossiê Temático
Augusto Sarmento-Pantoja	<i>Dossiê 15 anos de Publicação Científica</i>
Augusto Sarmento-Pantoja	<i>Projeto Gráfico</i>

---

---

<b>Comitê Científico</b>	<b>Instituição</b>
--------------------------	--------------------

---

Alberto Del Castillo Troncoso	Instituto Mora (IMORA), México
Anderson Ferrari	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Bruno Pucci	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Cláudia Maria Cunha	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Cláudia Maria Ribeiro	Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Constantina Xavier Filha	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Daiana Nascimento dos Santos	Universidade de Playa Ancha, Chile
Elsa Peralta	Universidade de Lisboa, Portugal
Fernanda Wandere	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Fernando Henrique Fogaça Carneiro	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Geovana Ramo	Universidade Federal de Goiás (UFG)
Gonzalo Leiva Quijada	Universidad Adolfo Ibañez, Chile
Jaime Ginzburg	Universidade de São Paulo (USP)
Jean-Nöel Sanchez	Université de Strasbourg, França
Jorge Larrosa	Universidad de Barcelona, Espanha
Kênia Rios	Universidade Federal do Ceará
Lizandro Carlos Calegar	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Mardônio Silva Guedes	<i>História/Arq. Pub. Ceará</i>
Márcio Danelon	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Mardônio Silva Guedes	Centro Universitário Farias Brito (CUFB)
Markus Klaus Schäffae	Universität Hamburg, Alemanha
Olga Rodrigues Moraes Von Simson	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Paul Michael Sneed	Seul National University, República da Coreia
Pablo Esteban Rodriguez	<i>Universidad de Buenos Aires, Argentina</i>
Rita Ribes	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Roney Polato de Castro	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Shara Jane Holanda Costa	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Teresa Basile	Universidade Nacional de La Plata, Argentina
Tiago Lemõe	Universidade Católica de Pelotas (UCPel)
Walter Omar Kohan	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Augusto Sarmiento-Pantoja  
(Org.)

Dossiê: Margens, 15 anos  
de Publicação Científica

UFPA  
Campus de Abaetetuba  
DEZ/2021



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9813>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v13i21.9813>

© Margens: Revista Interdisciplinar | EditorAbaeté | Universidade Federal do Pará

Projeto Visual: Augusto Sarmiento-Pantoja

Projeto Gráfico: Augusto SarmientoPantoja

Revisão: Os autores

Diagramação: Raimundo Hosana e Lucilene dos Santos Passos

Indexado por:



#### Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Biblioteca Central/UFPA, Abaetetuba, PA

Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) - Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA – V. 15. N. 25 – Dez/2021 – Abaetetuba /PA: UFPA, 2021.

Semestral Organizador: Augusto Sarmiento-Pantoja. Publicações em edições temáticas; V.15.N. 24:Dossiê: Margens, 15 anos de Publicação Científica.

ISSN: 1806-0560 | e-ISSN: 1982-5374

Periódicos brasileiros. I. Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins) ISBN: 978-65-994497-9-6

CDD:21 ed. 056.9



978-65-994497-9-6

## SUMÁRIO

### Apresentação Dossiê

[A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E A UNIVERSIDADE](#)

Augusto Sarmento-Pantoja (UFPA)

[PORTUGUÊS](#)

9-19

### Dossiê Margens 15 anos de Publicação Científica

[O MEU PÉ DE LARANJA LIMA, COREIA E A IMAGINAÇÃO RELACIONAL](#)

Paul SNEED (SNU - Coreia do Sul)

[ENGLISH](#)

21-34

[IMAGENS DO ESPAÇO URBANO E DA VIOLÊNCIA EM CANÇÕES DA MÚSICA POPULAR](#)

Élcio Loureiro CORNELSEN (UFMG)

[PORTUGUÊS](#)

35-54

[NARRATIVA DE VÍTIMAS, IMPUNIDADE E RELIGIOSIDADE DOS SETORES MÉDIOS NO URUGUAI: POSSÍVEIS IMPUGNAÇÕES AO CAMPO DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS.](#)

Natália MONTEALEGRE (UDELAR-Uruguay)

[ESPAÑOL](#)

55-71

[TRABALHO, SABERES E A TERRA: AS MULHERES NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA/GO](#)

Jéssica Lorrane Gonçalves SOUZA (UFG), Geovanna de Lourdes Alves RAMOS (UFU)

[PORTUGUÊS](#)

73-92

[PALABRAS, SENTIDOS Y PAPILAS GUSTATIVAS EN 'SEIOS E VENTRES' DE KANGUIMBU ANANAZ](#)

Daiana NASCIMENTO DOS SANTOS (UPLA - Chile), Patricia PÉNDOLA (UPLA-Chile)

[ESPAÑOL](#)

93-104

[DESCUIDOS SEM GÊNERO](#)

Paola ZORDAN (UFRG)

[PORTUGUÊS](#)

105-122

[RESISTENCIAS 2021](#)

Federico LORENZ (UBA - Argentina)

[ESPAÑOL](#)

123-131

### Tradução

[NARRATIVA DE VÍTIMAS, IMPUNIDADE E RELIGIOSIDADE DA CLASSE MÉDIA NO URUGUAI: POSSÍVEIS IMPUGNAÇÕES AO CAMPO DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS](#)

Natália MONTEALEGRE (UDELAR-Uruguay)

[PORTUGUÊS](#)

133-149

## Margens das Artes

[UFPA - CAMPUS DE ABAETETUBA: FOTO-MEMÓRIA EM CORES](#)

Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

[PORTUGUÊS](#)

151-158

---

## Resenha

[COQUIMBO EPISODIOS COLONIALES: LOS CLAROSCUROS DEL DESIERTO DE NICOLE](#)

[PARDO-VILÚ](#)

Inés HORTAL (UNAB-Chile)

[ESPAÑOL](#)

159-163

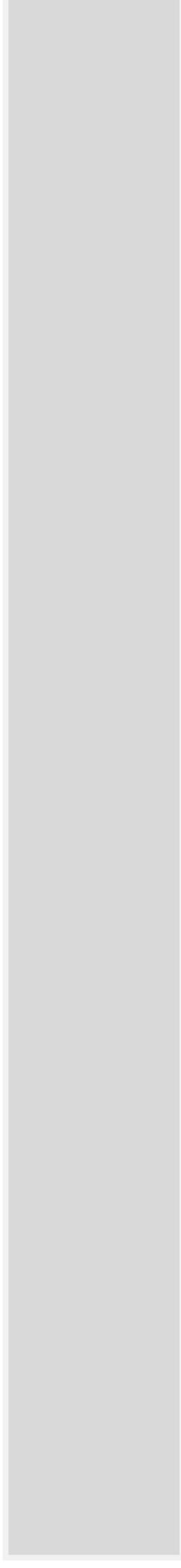
---



---

**D O S S I Ê** Margens, 15 anos de Publicação Científica

---







Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11800>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11800>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 9-20

Submissão: 04/01/2022

Aprovação: 08/01/2022

## A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E A UNIVERSIDADE

### SCIENTIFIC PUBLICATION AND THE UNIVERSITY

Augusto SARMENTO-PANTOJA  

Universidade Federal do Pará<sup>1</sup>

**Resumo:** Este é um texto que reflete sobre o percurso histórico da publicação científica e da Universidade Brasileira, em especial o caso da Margens: Revista Interdisciplinar, que no ano de 2021 completou 15 anos de publicação científica e que ao longo desses anos procurou se consolidar como uma revista científica de referência para os estudos de humanidades, letras e artes. A revista ao mesmo tempo se coloca como instrumento de articulação de resistência contra as políticas públicas que desqualificam a ciência brasileira e desvalorizam a produção científica que se encontram nas margens e periferias dos grandes centros de poder, inclusive o intelectual. O esforço de transformar a Margens: Revista Interdisciplinar na primeira revista da UFPA a se cadastrar no Cite Factor e, com isso, ser avaliada pelo fator de impacto, sem dúvida comprova o importante trabalho desenvolvido por pesquisadores, técnicos e discentes que ao longo desses 15 anos tem se dedicado a publicar um periódico de circulação internacional, aberto, público e gratuito.

**Palavras-chave:** Resistência. Publicação Científica. Universidade. Margens. 15 anos.

**Abstract:** This is a text that reflects on the historical course of scientific publication and the Brazilian University, in particular the case of Margens: Revista Interdisciplinar, which in 2021 completed 15 years of scientific publication and which over these years sought to consolidate itself as a journal scientific reference for the studies of humanities, letters and arts. At the same time, the magazine is positioned as an instrument of resistance article against public policies that disqualify Brazilian science and devalue the scientific production that are found on the margins and peripheries of the great centers of power, including the intellectual. The effort to transform Margens: Interdisciplinary Magazine into the first UFPA journal to be registered on the Cite Factor and, therefore, to be evaluated by the impact factor, undoubtedly proves the important work developed by researchers, technicians and students who, over these 15 years has been dedicated to publishing a periodical with international circulation, open, public and free.

**Keywords:** Resistance. Scientific Publication. University. Margens. 15 years.

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP, Pós-Doutor pelo Centro de Estudos Comparatistas da ULISBOA. Docente de Literatura da Universidade Federal do Pará, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPA). E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br)

## UM INICIO

O ensino superior no Brasil nasceu com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808. A esse propósito por meio de decretos são criadas a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, as quais geraram as atuais Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (MASSARANI, 1998). Mas a primeira Universidade brasileira, não se localizava no eixo Rio-Bahia, foi criada no Norte do País em 1909, trata-se da Escola Universitária Livre de Manaus (FÁVERO, 2006), que depois passou a ser designada como Universidade de Manaus, em 1913 (MASSARANI & MOREIRA, 2021). Somente em 1962, passou a ser chamada de Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como a conhecemos atualmente. Outras Universidades foram criadas nesse período como a de São Paulo, em 1911 e, no ano seguinte, a do Paraná (MICHELOTTO, 2006).

O Norte foi protagonista muito em virtude dos louros da fase áurea da borracha. Assim como Manaus, Belém também passa a se constituir em um espaço acadêmico, antes mesmo que Manaus. O primeiro passo se deu com a criação da Faculdade Livre de Direito, fundada em 1902 e no ano seguinte a Escola de Farmácia do Pará. Depois vieram cursos de Odontologia, Medicina, Agronomia e Veterinária. Mas o status de Universidade se dará apenas em 1957. Entretanto, havia necessidade de alargar os caminhos da ciência e com isso, em 1954, foram criados os primeiros cursos ligados às humanidades no Pará, com o decreto 35.456<sup>2</sup> de 4 de maio de 1954, o presidente Getúlio Vargas concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, vejamos o decreto reproduzido a seguir:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938,

DECRETA:

Artigo único. É concedida a autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, mantida pela Sociedade Civil de Agronomia e Veterinária e com sede em Belém, capital do Estado do Pará. (Brasil, 04/05/1954)

Tal decreto, sem dúvida, foi um marco para a formação de uma intelectualidade mais plural, com as portas abertas para as humanidades, as letras e artes se assentarem como produtoras de conhecimento no Pará. Os anos seguintes vieram para o Brasil marcados pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, potencializar o investimento em estruturas físicas e criação de diversas

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35456-4-maio-1954-324810-publicacaooriginal-1-pe.html>

Universidades. A estratégia principal do governo foi a reunião de instituições de ensino superior, já existentes, para aglutinadas formarem as Universidades. No Pará foram reunidas sete instituições que já atuavam em Belém<sup>3</sup>, para unidas formarem a Universidade do Pará, por meio do decreto 3.191<sup>4</sup>, de 2 de julho de 1957.

Ainda neste mesmo ano a Universidade se torna a primeira Universidade do Norte a seguir o modelo contemporâneo de ensino superior amparados no tripé ensino, pesquisa e extensão, iniciado no Brasil, pela Universidade de São Paulo, em 1934, época de sua fundação. O primeiro Estatuto da Universidade do Pará aprovado pelo Decreto 42.427<sup>5</sup>, de 12 de outubro de 1957, já deixa claro essa nova forma de ensino:

Art. 1º A Universidade do Pará, com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, é uma instituição federal de ensino superior, com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal, integrante do Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior - e incluída na categoria constante do item I, art. 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, tendo por finalidades:

- a) manter e desenvolver o ensino nas unidades que a compõem, bem assim outras modalidades de ensino, necessários à plena realização de seus objetivos;
- b) promover a pesquisa científica, filosófica, literária e artística, aperfeiçoar os métodos de estudo, de investigação e de crítica, inclusive no que concerne à Amazônia brasileira, como complexo geográfico e sociológico digno de exploração cultural - para perfeito domínio de suas possibilidades; (BRASIL, 12/10/1957)

Mais à frente o mesmo decreto aponta claramente o tripé:

Art. 33. Os cursos universitários serão de:

- a) graduação;
- b) pós-graduação;
- c) extensão.

§ 1º Os cursos de graduação, na forma da lei federal, destinam-se ao preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores e terão tantas modalidades quantas forem necessárias.

§ 2º Os cursos de pós-graduação visam a aperfeiçoar e a especializar conhecimentos, quer pelo desenvolvimento de estudos feitos nos cursos de graduação, quer pelo estudo aprofundado de uma de suas partes, e terão seguintes modalidades:

- a) de aperfeiçoamento;
- b) de especialização.

§ 3º Os cursos de extensão destinam-se a difundir conhecimentos da técnica e terão duas modalidades: de expansão popular e de atualização cultural.

Art. 34. Os Regimentos disporão sobre os cursos de graduação e de pós-graduação.

Art. 35. Os cursos de extensão dependem sempre de autorização do Conselho Universitário, obrigatória a audiência do Conselho de Curadores, quando acarretarem despesas. (BRASIL, 12/10/1957)

<sup>3</sup> A Universidade do Pará foi constituída da reunião dos seguintes estabelecimentos de ensino: 1) Faculdade de Medicina; 2) Faculdade de Direito; 3) Faculdade de Farmácia; 4) Escola de Engenharia; 5) Faculdade de Odontologia; 6) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; 7) Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuarias.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l3191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3191.htm)

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42427-12-outubro-1957-381155-publicacaooriginal-1-pe.html>

Sabemos, porém, que nesses quase 65 anos de existência a produção científica não esteve presente sempre, o trabalho para a instalação e desenvolvimento de uma política de publicação científica não se deu de forma simples, nem ordenada. Pelo contrário, o esforço na construção de uma política de incentivo à produção científica é muito recente, mas não podemos deixar de notificar o interesse na publicação acadêmica, pois demorou um pouco mais de uma década para que tivéssemos a aprovação em 7 de maio de 1969 a criação da editora da Universidade Federal do Pará, por meio da Resolução 10/69<sup>6</sup>, do Conselho Universitário. Em seu artigo primeiro encontramos o destaque a divulgação científica:

Art. 1. A editora da Universidade Federal do Pará é uma entidade autônoma, de caráter cultural, organizada em bases comerciais e se destina a publicar e divulgar obras didáticas, científicas, literárias, artísticas e outras de interesse do ensino e da pesquisa, bem como a editar trabalhos esgotados e novos que visem um perfeito e real conhecimento da área geo-cultural de atuação da Universidade e ainda a região amazônica como um todo. (UFPA, 1969, p. 1)

A criação da editora foi o primeiro passo institucional para o desenvolvimento da publicação científica na UFPA, mas certamente o esforço de publicar os resultados de pesquisas desenvolvidas na Universidade não se limitou a editora. Sabemos que esse esforço se materializou em publicações mais simples, no formato de cadernos, uma publicação rudimentar, mais que na década de 80 já possibilitou a divulgação científica de pesquisadores. Marcos Pivetta<sup>7</sup> (2013, p. 1) nos informa que a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, parece ter sido a primeira revista científica universitária, publicada em 1893, antes mesmo da criação da Universidade de São Paulo, que em 1916, também iniciava a publicação da Revista de Medicina, que até hoje continua sendo publicada no formato impresso.

Em pesquisa realizada no portal de periódicos da UFPA, identificamos a primeira publicação no ano de 1980, chamada inicialmente de Cadernos, editada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e que passou ao modelo de revista impressa, em 1998, passando a se chamar Humanitas. Atualmente está migrando para o portal de periódicos da UFPA. Outras importantes revistas surgiram na década de 90, como os Cadernos do NAEA e a Moara, revista do Programa de Pós-graduação em Letras. Entretanto, somente no século XXI é que haverá um forte impulsionamento da publicação científica na UFPA, várias revistas são criadas em várias subunidades da instituição, quase todas em Belém. Mas em 2004, o Campus de Abaetetuba, inova com a publicação da Margens,

<sup>6</sup> Disponível em:

[https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/1969/10%20Cria%20a%20Editora%20da%20UFPA.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/1969/10%20Cria%20a%20Editora%20da%20UFPA.pdf)

<sup>7</sup> Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/antigas-paginas-academicas/>

que passou a ser a primeira revista editada e publicada fora da capital, financiada com recursos próprios do Campus.

## MARGENS EM FESTA

As margens, as periferias, as beiras de rio que estão fora do centro, fora da sede. Esse foi o intuito, possibilitar a divulgação científica de pesquisadores e pesquisadoras localizadas nas margens da Universidade. Desde sua concepção a Margens já pretendia ser um território aberto à reflexão, buscando a interconexão de pesquisadores que atuam no Brasil e no exterior, superando fronteiras que dificultam o diálogo e a troca de experiências investigativas. Embora o processo de crescimento e consolidação da produção acadêmica na região do Baixo Tocantins e na Amazônia esteja apenas começando, cresce o número de grupos de pesquisa e pesquisas em desenvolvimento, o que expressa a produção de uma identidade acadêmica e sociocultural para o Campus e para a universidade como um todo.

Festejamos 2021, mesmo que saibamos da intensa política de sucateamento das Universidades, que se não fosse os esforços coletivos de pesquisadores, estudantes e técnico administrativos, a Margens e muitas outras revistas acadêmicas, Brasil à fora, já estariam fechadas. São 15 anos de publicação científica de uma revista criada fora de Belém, a 120 quilômetros da capital por estrada, possibilitada pela integração do Baixo Tocantins via Alça Viária, inaugurada em 2002. A Margens: Revista Interdisciplinar, criada em 2004, na sala anexa ao Espaço Toca-Tocantins esteve por conta do Núcleo de Pesquisa, criado com o intuito de fomentar o desenvolvimento da pesquisa e por conseguinte da publicação científica.

Apesar de todo esforço empreendido, as dificuldades, principalmente orçamentárias e de mão de obra para garantir o processo editorial, fizeram com deixássemos de publicar volumes impressos, nos anos de 2006, 2007, 2011 e 2012. As dificuldades para manter a periodicidade estava latente, daí a necessidade de migrar para o formato on-line, iniciado em 2012, mas completado apenas em 2015, quando o acervo da revista foi totalmente digitalizado e disponibilizado no portal de periódicos da UFPA. Desde então, temos garantido a publicação científica, resistindo as intempéries de um serviço público que não possui recursos suficientes para garantir a manutenção de periódicos, de acesso aberto e gratuito. Mas seguimos firmes!

Temos muito o que comemorar, mas temos muito o que fazer para que a publicação científica nos campi da UFPA seja reconhecida e respeitada. Iniciamos com o pé no chão, queríamos publicar e

desenvolver ciência, por meio do reconhecimento da pesquisa no Campus de Abaetetuba e nos demais campi do interior do Pará e conseguimos! Nos primeiros anos a revista ganhou respeito e reconhecimento de pesquisadores e pesquisadora de Belém e do Pará. Porém, havia muito mais a fazer e sabíamos que a participação de pesquisadores de outras regiões seria fundamental para o desenvolvimento e reconhecimento da revista, por isso, investimos na ampliação das relações acadêmicas com outras instituições brasileiras, ao mesmo tempo que fizemos as articulações internacionais.

O resultado desse projeto se materializou na publicação do primeiro artigo língua estrangeira, o *Epsteme pós-moderna y sociedade de Control: Deleuze, Herdero de Foucault*, de Pablo Esteban Rodrigues, da Universidade de Buenos Aires (UBA-Argentina), em 2010. Outros textos também foram publicados de forma esparsa. Até chegarmos a este número comemorativo, graças a confiança na capacidade de divulgação científica da Margens, chegamos a este número, que além de três textos em espanhol, publica um texto em inglês, uma tradução e mais três textos em português.

Ter sido a primeira revista da UFPA, editada e publicada no interior do Estado do Pará, sem dúvida, se constituiu em um ato de resistência. Pois sabemos das dificuldades que nos trouxeram ao volume 15, número 25. Mas o caminho não acabou, por isso continuaremos a resistir e produzir novas conquistas.

Diante das mudanças tecnológicas e a expansão significativa do número de periódicos na UFPA. Em 2021, conseguimos mais um feito importante de ser relatado, a Margens: Revista Interdisciplinar passou a figurar no Cite Factor e Scopus, se tornando a primeira revista do Portal de Revistas Científicas da UFPA, acompanhada por duas instituições de grande reconhecimento internacional na avaliação e acompanhamento da qualidade de periódicos no mundo. Atribuindo a revista o fator de impacto, que valoriza ainda mais todo esforço realizado nesses anos de publicação, resultado de termos intensificado a busca pelo reconhecimento Nacional e Internacional.

Entre as mudanças produzidas, a revista passou a disponibilizar o site bilingue e está se preparando para conquistar mais espaço na América Latina, se tornando a primeira revista da UFPA trilingue. Esse é um passo importante, pois já acabamos de receber um bom volume de artigos em espanhol que comporá este dossiê e temos certeza que ganharemos mais visibilidade com a oferta de dossiês com abrangência e interesse de leitores e pesquisadores de língua espanhola e inglesa.

## O DOSSIÊ 15 ANOS

A constituição desse dossiê se deu com vistas a potencializar a revista em uma empreitada internacional. Por isso convidamos pesquisadores e pesquisadoras que já tinham publicado na revista ou que tinham relações de pesquisa com nossos pesquisadores e que pudessem contribuir com o desenvolvimento científico da área de humanidades. A avaliação por pares realizada nos textos confirmou o alto grau de qualidade técnica dos artigos e importância desses textos para a história e o desenvolvimento da *Margens: Revista Interdisciplinar*. A seguir, vamos apresentar sucintamente os trabalhos que compõem este número especial.

O primeiro texto deste dossiê está escrito em inglês e é de autoria do professor Paul Sneed, que pesquisa Cultura Brasileira na Universidade Nacional de Seul, na Coreia do Sul. O artigo *My sweet orange tree, Korea, and the relational imagination*, apresenta de forma intrigante como um romance brasileiro como *Meu pé de laranja lima*, publicado em 1968, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, possui tanta popularidade na Coreia. A tradução coreana do romance teria como equivalente em português o título de “Minha Doce Laranjeira”, uma conotação positiva em meio a repressão e o autoritarismo de estado. Sua análise perpassa aspectos históricos e políticos, fixando mais especificamente no aspecto cultural, o pesquisador perpassa pela teoria da relacionalidade, a partir das proposições filosóficas de Martin Buber. Na análise ele apresenta como se dá a semelhança entre o Brasil e a Coreia, principalmente, no que concerne a um passado autoritário por qual esses países viveram. Para ele, esse autoritarismo é uma importante chave de leitura para explicar a popularidade inicial da obra, na Coreia. Uma recepção que continua presente nas permanentes traduções do português para aquele país. Sneed salienta que existe o que ele denomina de “insistência teimosa do relacional e da imaginação”, que em seu argumento, fundamenta a cultura coreana diante de formas menos latentes de repressão, estratificação social e alienação na história coreana.

O segundo artigo também trata da cultura autoritária, agora na música, se trata do texto de Elcio Cornelsen, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parceiro de longas datas de pesquisadores e pesquisadoras da UFPA, nos apresenta com o artigo *Imagens do espaço urbano e da violência em canções da música popular*. Seu trabalho está focado em estabelecer comparações entre variados espaços urbanos, explorados por letras de músicas populares, e a violência contra as populações subalternizadas. O pesquisador está atento ao modo como essas relações percorrem as letras dessas canções. Seu corpus, se fixa em quatro letras: “De frente pro crime” (1975), de João Bosco, “Veraneio vascaína” (1986), do grupo Capital Inicial, “Periferia é periferia” (1997), do grupo

Racionais MC's, e “Minha alma” (1999), do grupo O Rappa. Durante a análise encontramos grande preocupação em debater os efeitos da violência, na acepção em que ela fundamenta a causa de danos, os físicos e psicológicos, em especial (PELEGRINI, 2004). O crítico observou que há em comum nas quatro canções um forte teor crítico, em relação a potência da violência, presente nos diversos espaços urbanos.

O terceiro texto deste dossiê foi escrito em originariamente em Espanhol e está acompanhada de uma tradução da autora para o Português, trata do artigo “Narrativa de víctimas, impunidad y religiosidad de los sectores medios en Uruguay: posibles impugnaciones al campo de la memoria y los derechos humanos” de Natalia Montealegre, da Universidad de la República (UDELAR), no Uruguai. A pesquisadora procura analisar as relações existentes entre a classe média, a religiosidade e a impunidade no Uruguai, seu objeto será a narrativa pública de um filho de desaparecidos políticos, Alejandro Corchs Lerena, autor best seller, terapeuta gestáltico e neoxamã uruguaio, por meio da série *El regreso de los hijos de la tierra*, formado pelos livros *El camino del puma*, *La unión de la familia* e *Viaje al Corazón*. Uma obra de caráter autobiográfico que permite que o leitor adentre nos dilemas que cercam os conceitos de memória e justiça. Não se trata de uma obra sobre a resistência ao autoritarismo, mas um testemunho dos efeitos deste autoritarismo na vida de filhos de desaparecidos. Essa mirada colabora como estudos do campo da memória, mas essencialmente dos direitos humanos, pois a análise de Montealegre, nos alerta sobre o problema do conforto individual, e como essa condição particular pode causar impacto em diversos âmbitos da vida prática. Por fim, outro aspecto trabalhado no artigo trata do entrecruzamento entre religiosidade e política no Cone Sul, já que o objeto é a narrativa, o testemunho, de uma vítima do terrorismo de estado que alcança a segunda geração (os filhos de mortos e desaparecidos) e nos mostra um projeto narrativo alicersado na construção da felicidade, mesmo depois da experiência do horror. A tradução enviada pela pesquisadora será publicado ao final do dossiê como tradução, com o título *Narrativa de víctimas, impunidad e religiosidade da classe média no Uruguai: possíveis impugnações ao campo da memória e dos direitos humanos*.

A seguir nos encontramos com o artigo *Trabalho, saberes e a terra: as mulheres no assentamento Serra Dourada/GO*, das pesquisadoras Jéssica Lorrane Gonçalves Souza e Geovanna de Lourdes Alves Ramos, respectivamente da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pauta de debate do estudo é o trabalho feminino, junto a um assentamento no âmbito de sua atuação na plantação de hortaliças, os efeitos desta atividade na economia familiar. As pesquisadoras ao optarem pela História Oral nos apresentam nesta análise para

além da descrição da atividade produtiva das assentadas, uma apreensão sobre suas práticas, impasses e conflitos vividos por elas tanto internos ao cotidiano do assentamento, quanto os relacionados às saídas do assentamento em direção à cidade, que no geral relatam a invisibilização e falta de reconhecimento de seus papéis no assentamento.

O quinto artigo que compõe este dossiê é resultado das parcerias internacionais com o Chile, se trata de um interessante artigo de Daiana Nascimento dos Santos e Patricia Péndola, ambas da Universidade de Playa Ancha (UPLA). O artigo *Palabras, sentidos y papilas gustativas en ‘seios e ventres’ de Kanguimbu Ananaz*, traz-nos para o universo de uma poetisa angolana contemporânea. Nesse sentido, voltamos a falar de resistência feminina, mas agora no âmbito poético, pois a obra de Kanguimbu Ananaz discute e questiona o patriarcalismo, ao mesmo tempo, explora, em sua poética, a complexidade da identidade feminina, marcada pela sensualidade e o erotismo em jogo pelo prazer feminino. Os jogos estéticos e culturais ganham visibilidade em uma análise pós-colonial, que propõe a necessidade de repolitizar e reposicionar o papel exercido pelas mulheres no contexto social de Angola e nos convida a compreender o papel do corpo feminino em busca de sua emancipação.

O penúltimo texto que compõe a coletânea dos 15 anos versa pela resistência dos corpos também, mas se trata de uma multiplicidade de corpos, em especial o próprio corpo da pesquisadora e performe Paola Zordan, da Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Ensaio pensado nos moldes do ativismo de bell hooks (Gloria Jean Watkins), com a preocupação de debater o trabalho doméstico e institucional. A pesquisadora que debater a casa, em uma acepção plural, que pode ser desde o espaço particular, mas pode ser o país e o planeta. Discute o constrangimento vivido por intelectuais e artistas brasileiros diante de uma psicopolítica devastadora. Para a Paola “arder para fora da sociedade do cansaço gera um descuido, um não prestar atenção no que realmente se é”. Este não ser é fundamental para refletir sobre o gênero, ou melhor não ter gênero. O sentimento de estar fora das rotulações generificadas. Tal afastamento ou distanciamento das categorizações nos mobiliza a pensar a necessidade humana de ultrapassar a falta de compaixão dos sujeitos, que em nossa sociedade estão particularmente associadas a necessidade de manter desempenho, para pensar uma poética não subjugadora da existência, deixando os corpos mais livres, sem rotulações.

Finalizamos o dossiê de quinze anos com uma reformulação de um texto traduzido para o português e publicado na revista *Margens* em 2015 e no contexto da pandemia precisava de post scriptum. Trata-se do texto *Resistencias 2021*, de Federico Lorenz, pesquisador da Universidade de Buenos Aires (UBA), uma contribuição que conta com o uso de imagens e passagem de *El Eternauta*, romance gráfico argentino publicado durante a ditadura civil-militar e que reflete sobre a necessidade

de fazer a resistência de maneira coletiva e não na figura de um herói. O destaque se dá pelas contribuições sobre o passado argentino de luta coletiva pela liberdade e o importante caminho vivido pelos jovens contemporâneos que fazem voz às demandas atuais, que continuam a lutar por dias melhores.

## PONTO EM SEGUIDA

Traçamos aqui o percurso que para mim é a tônica desse momento de comemoração. Fazemos festa movimentando o que para mim era fundamental nos artigos apresentados, as várias formas de fazer resistência e compreender as diversas lutas necessárias que vivemos contemporaneamente, seja na percepção de diversas formas de autoritarismo contra os quais precisamos lutar e resistir, seja pela esperança de diante da luta construir tempos mais propícios ao amor e a felicidade. Terminei esse texto confiante que o caminho percorrido pela Universidade em busca de descobrir como parte de uma roda gigante da divulgação científica não pode parrar. Daí a necessidade de denunciar o descaso e lutar para não tenhamos mais notícias lastimosas de periódicos que decidem fechar por falta de recursos e apoio institucional.

Margens: Revista Interdisciplinar convida a todos, todas e todos a percorrer os caminhos da necessidade de resistir e publicar importantes reflexões para o âmbito das Humanidades. Que este número não fique no esquecimento e possa singrar por webs nunca dantes imaginado. Boa leitura.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 35.456, de 4 de maio de 1954. Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Belém. DOU, Rio de Janeiro, RJ, 04 mai. 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35456-4-maio-1954-324810-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 42.427, de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. DOU, Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1957. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42427-12-outubro-1957-381155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. EDUCAR. Curitiba: Editora UFPR. N. 28, p. 17-36. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20.** Rio de Janeiro: IBICT e UFRJ, 1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em C&T e Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26368370\\_A\\_divulgacao\\_cientifica\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_algumas\\_reflexoes\\_sobre\\_a\\_decada\\_de\\_1920](https://www.researchgate.net/publication/26368370_A_divulgacao_cientifica_no_Rio_de_Janeiro_algumas_reflexoes_sobre_a_decada_de_1920). Acesso em: 17 dez. 2021.

MASSARANI, Luisa & MOREIRA, Ildeu de Castro. *Divulgação científica no Brasil: algumas reflexões sobre a história e desafios atuais.* In.: MASSARANI, Luisa & MOREIRA, Ildeu de Castro (Editores). **Pesquisa em Divulgação Científica: textos Escolhidos.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2021. Disponível em: [https://www.inct-cpct.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro-VPEIC\\_pesquisa\\_divulgacao\\_cientifica\\_final.pdf](https://www.inct-cpct.ufpa.br/wp-content/uploads/2021/04/Livro-VPEIC_pesquisa_divulgacao_cientifica_final.pdf) Acesso em: 16 dez. 2021.

MICHELOTTO, M. R. *UFPR: Uma universidade para a classe média.* In: MOROSINI, M. C. (Org) **A Universidade no Brasil: concepções e modelos.** Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.

NUCLEO DE ESTUDOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. *Os periódicos de ciência no Brasil do século 19.* **Brasiliana:** Fundação Oswaldo Cruz, 28/01/2009. Disponível em <http://www.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=77&sid=14&tpl=printerview> . Acesso em 15 de dezembro de 2021.

OLIVEIRA, José Carlos de. “As ciências no paço de D. João...”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, vol.6, n.1, , Mar/Jun. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701999000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesos em 15 dezembro. 2021.

PIVETTA, Marcos. Antigas páginas Acadêmicas. Pesquisa Fapesp, nº. 213, Nov. 2013, pp. 78-79. Disponível em: [https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2013/11/078\\_079\\_Book\\_214.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2013/11/078_079_Book_214.pdf) Acesso em: 15 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução 10/69. Cria a Editora da Universidade Federal do Pará. Belém: CONSUN/UFPA, 07 de abril de 1969. Disponível em: [https://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/1969/10%20Cria%20a%20Editora%20da%20UFPA.pdf](https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/1969/10%20Cria%20a%20Editora%20da%20UFPA.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025. Belém: EDUFPA, 2016. Disponível em: [https://portal.ufpa.br/images/docs/PDI\\_2016-2025.pdf](https://portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11769>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11769>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 21-34.

Submissão: 31/07/2021

Aprovação: 09/11/2021

## MY SWEET ORANGE TREE, KOREA, AND THE RELATIONAL IMAGINATION<sup>1</sup>

*O MEU PÉ DE LARANJA LIMA, COREIA E A IMAGINAÇÃO RELACIONAL*

Paul SNEED<sup>2</sup>

Seoul National University (SNU - Coreia do Sul)

**Abstract:** *In this essay, I ponder the startling popularity of the José Mauro de Vasconcelos novel *My Sweet Orange Tree in Korea*, first through a historical and political lens then through a cultural one focused on relationality—understood in the sense of Martin Buber’s philosophy of dialogue. Certainly, similarities between Brazil and Korea during their authoritarian years can potentially help explain the work’s initial popularity in Korea, where it remains far and away the most intimately emmeshed work in the country translated from Portuguese. In order to account for its continued prestige in the country over forty years after it was initially translated to Korean, however, I consider it in light of what I posit as a stubborn insistence on relationality and the imagination fundamental to Korean culture in the face of less obvious forms of repression, rigid social stratification, and alienation throughout the country’s long history.*

**Keywords:** *Brazilian literature in Korea. Relational philosophy. Authoritarian regime. Children’s literature*

**Resumo:** Neste ensaio, pondero sobre a surpreendente popularidade do romance de José Mauro de Vasconcelos, *Minha Doce Laranjeira na Coreia*, primeiro por uma lente histórica e política, depois por uma cultural focada na relacionalidade - entendida no sentido da filosofia de diálogo de Martin Buber. Certamente, as semelhanças entre o Brasil e a Coreia durante seus anos autoritários podem potencialmente ajudar a explicar a popularidade inicial da obra na Coreia, onde permanece de longe a obra mais intimamente incorporada no país traduzida do português. Para dar conta de seu prestígio continuado no país mais de quarenta anos depois de ter sido inicialmente traduzido para o coreano, no entanto, considero-o à luz do que chamo de uma insistência teimosa do relacional e da imaginação, fundamentais para a cultura coreana em face de formas menos óbvias de repressão, estratificação social rígida e alienação ao longo da longa história do país.

**Palavras-chave:** *Literatura brasileira na Coreia. Filosofia relacional. Regime autoritário. Literatura infantil.*

<sup>1</sup> An shortened version of this essay was presented at the 2020 Busan International Literature Festival, along with its Korean translation, both of which can be found in the event’s commemorative volume.

<sup>2</sup> Paul Sneed is Associate Professor of Brazilian Literary and Cultural Studies at Seoul National University. *E-mail:* [paulsneed@snu.ac.kr](mailto:paulsneed@snu.ac.kr)

“If someone loves a flower, of which just one single blossom grows in all the millions and millions of stars, it is enough to make him happy just to look at the stars. He can say to himself, ‘Somewhere, my flower is there. ’But if the sheep eats the flower, in one moment all his stars will be darkened. And you think that is not important!”

—Antoine de Saint Exupéry, *The Little Prince*

When I first came to Korea in the summer of 2014 to teach Brazilian literary and cultural studies, I had never paid much attention to the bittersweet, semi-autobiographical novel *My Sweet Orange Tree*, written by José Mauro de Vasconcelos (1920-1984). I was delighted to find among my new students and colleagues so many passionate readers of the book, first published in Portuguese in Brazil in 1968. Even so, I remained hesitant to read what was generally considered a work of children’s fiction. Instead, I pressed on in what I viewed as more critical, pragmatic research into problems of systemic social exclusion and violence in Brazil’s music, film, and fiction, presuming—wrongly—that Vasconcelos’ short novel had little to say of consequence.

At times, my mind was on Rio de Janeiro’s criminal factions and everyday lives of the residents of the city’s low-income communities, especially the favelas—where I had lived for several years as a researcher and community educator. At others, I thought about social movements aimed at consciousness-raising, social justice, global warming, or the deforestation of Brazilian Amazonia, where my wife had grown up and our family had been living before moving to Seoul. At still others, my thoughts were on subjects like the international relations between Brazil, Korea, and my home country, the United States. Call me an academic snob. Or, as Saint-Exupéry’s Little Prince did with the pilot narrator of that tale, call me a “grown-up.” Perhaps, like that pilot, I was too busy fixing my airplane in the desert and concerning myself with other “matters of consequence” to perceive the “warfare between sheep and roses”—or many of the different landscapes of imagination and love around me.<sup>3</sup>

With so many pressing affairs at hand, how could I possibly find the time to stop and eavesdrop on five-year-old Zezé as he talked to his imaginary friend, the citrus tree? When my new friends eventually convinced me to read *My Sweet Orange Tree*, however, I was in store for some major surprises. Besides the astounding following of the book in Korea, I found a compelling connection between love, imagination, and life in the novel that makes for what I consider to be a relational impulse at its core. In an ironic turning of the tables, it had taken moving to Korea for me

<sup>3</sup> Like the quote at the top of this essay, these phrases are from chapter seven of *The Little Prince* (SAINT-EXUPÉRY, 1943, pp. 16-19).

to come across this socially charged yet uniquely intimate, honest, sensitive, and emotionally impacting work of Brazilian fiction. Today, I defend it as a treasure of world literature—children’s or otherwise.

In the end, I cannot speak definitively for Korean readers, many of whom are much younger than me besides, as to why the work holds so much resonance for them. After chances to discuss the work with students in and out of class over the years, however, I can offer one or two thoughts. For openers, I agree with José Carvalho Vanzelli and Ji Hyun Park that initially the Korean public’s fascination with the work likely came from taking it as a metaphor for their own country during its authoritarian years of the seventies and eighties. As other have pointed out regarding the Brazilian context, they point to the work’s status as a children’s novel as a strategy on the part of its author to critique Brazilian society while avoiding censorship under the repressive authoritarian regime of the time (CRUZ 2007, pp. 38-40). Despite the appeal of such explanations, however, I believe the work’s enduring popularity in Korea from the 80s until today is rooted in historical and cultural workings running even deeper than period politics.<sup>4</sup>

But first, back to surprise number one. Who would have guessed *My Sweet Orange Tree* would be far and away the most talked about and best-loved work of Brazilian fiction in Korea? Indeed, Vanzelli and Park state that “In South Korea, meanwhile, Vasconcelos enjoys unparalleled prestige.”<sup>5</sup> They go on to add that “... *My Sweet Orange Tree* is not only a popular book, but one can say it is the work in Portuguese with the most intimate relationship with South Korea.”<sup>6</sup> Indeed, many Korean readers report having read the short book more than once, usually in translation as *Nauí Raimorenjinamu* (나의 라임오렌지나무), but sometimes in English or the original Portuguese, *Meu Pé de Laranja Lima*. Many recognize it as their all-time favorite book, besides—in any language. Or the one that has had the most significant impact on them (KIM, 2016, pp. 11-14). Besides being the most famous Brazilian book in Korea, *My Sweet Orange Tree* is far better known in the country than anywhere outside, perhaps even including Brazil today.<sup>7</sup> In the United States, by contrast, it has been woefully ignored, despite the early initial publication of the work into English in 1970.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> Vanzelli and Park make this point in their pioneering essay of 2017, pp. 55-59.

<sup>5</sup> “Na Coreia do Sul, entretanto, Vasconcelos desfrutava de um prestígio ímpar” (VANZELLI and PARK, 2017, p. 55). All translations are my own.

<sup>6</sup> “...O Meu Pé de Laranja Lima não é apenas um livro popular, mas pode-se dizer que é a obra em língua portuguesa que tem relação mais íntima com a Coreia do Sul” (VANZELLI and PARK, 2017, p. 59).

<sup>7</sup> In a *TV Brasil* spot celebrating the fifty-year mark for *My Sweet Orange Tree* publication, Executive Editor Leila Bortolazzi Balistreri, of the Melhoramentos Publishing House, briefly explains the special significance of the work in Korea and how over time it has become even more widely read there than in Brazil (QUINES, 2018, 2:05-2:16).

<sup>8</sup> An English-language version of the book was reissued in 2019, from the US-based Candlewick Press, specializing in children’s and young adults’ literature.

In the Korean context, *My Sweet Orange Tree* beats out other newer Brazilian best-sellers like Paulo Lins' narco-gang war novel *Cidade de Deus (City of God)*, from 1997, and even Paulo Coelho's New Age classic *O Alquimista (The Alchemist)*, from 1988.<sup>9</sup> It sells better than the more colorful, lyrical and often humorous titles like *Dona Flor e Seus Dois Maridos (Dona Flor and Her Two Husbands)*, by Jorge Amado—Brazil's longtime best-selling author before Paulo Coelho. It has garnished more attention in Korea than more experimental and cerebral works like the short stories and novels of Machado de Assis, of the late 19th century. Or twentieth-century greats like João Guimarães Rosa or Clarice Lispector—who was born in the same year as Vasconcelos.<sup>10</sup>

At this point, *My Sweet Orange Tree* has endured in its mega-popularity in Korea for over four decades. It was first translated into Korean in 1979 by Park Dong Won in a rough, somewhat candy-coated, unofficial version that emphasized the workings of the imagination of its main character and narrator, five-year-old Zezé.<sup>11</sup> It was published by the Gwang-Min Publishing Company, later closed down by the government, allegedly for attempting to indoctrinate workers (VANZELLI and PARK, 2017, p. 58). In 1986, famed cartoonist Lee Hui Jae put out the first *manhwa*-style comic book version of the book, versions of which have remained popular ever since. Shortly afterward, in 1989, director Lee Sae Ryong loosely adapted the story to the Korean screen under the title *My Friend Zezé*, or *Ne Chingu Jyejyae* (네 친구 제제) (LEE, 1989). It wasn't until relatively recently, however, that definitive, authorized translations emerged.<sup>12</sup> In recent years, Vasconcelos's novel has sometimes been adopted as part of the reading curriculum for elementary school (KYOBO, 2019, QUINES, 2018). The work's theme and title have inspired various examples of popular music, as well, on more than one occasion. One of many cases readily accessible on the Internet, first recorded in 2008, is women's duo LalaSweet's indie ballad for piano, guitar, and voice, "My Old Orange Tree," or *Nau Nalgeun Orenji Namu* (나의 낡은 오렌지 나무). The song later appeared as a bonus track on their aptly titled album, *Bittersweet*, from 2011.

<sup>9</sup> Paulo Coelho is one of the most widely read best-selling authors of all-time anywhere, with numerous monster-sized hit books. He is the number one selling author of books written in Portuguese and is very well-known in Korea (VANZELLI and PARK, 2017, pp. 51-53).

<sup>10</sup> According to Vanzelli and Park, the three most widely translated authors of the Portuguese language in Korea are the worldwide phenomenon Paulo Coelho, Nobel winner José Saramago and José Mauro de Vasconcelos (VANZELLI and PARK, 2017, p. 51).

<sup>11</sup> Such an assessment appears under the entry for the Korean language title of the work on Namuwiki (Namuwiki).

<sup>12</sup> Explaining the extraordinary success of the novel in Korea, Executive Editor Leila Bortolazzi Balistreri, of the Melhoramentos Publishing House, mentions that before Korea's becoming party to the Apostille Convention in 2007 many pirated versions of the novel thrived there (QUINES, 2018, 2:05-2:16).

In late 2015, another song inspired by the novel, titled merely “Zezé,” generated significant controversy in the career of IU (Jieun Kim), one of Korea’s most ubiquitous pop stars. The then twenty-two-year-old singer-songwriter turned actress got herself in hot water when she put out the song on her self-composed EP, *Chat-Shire*. The Korean public—and even some international critics—found the playful sexuality of a song about the five-year-old main character and narrator, Zezé, disturbing (FLOOD, 2015). By reinterpreting him as playfully ambiguous and “sexy,” IU provoked outrage among many fans. The novel’s Korean publisher and some advocates for victims of the sexual exploitation of children in the country also complained. Critics also pointed to the artist’s rendition of Zezé included on the album’s cover, in which he can be seen wearing fishnet stockings as he reclines smiling under an orange tree. In the wake of the controversy, IU quickly offered an extensive apology. Ironically, the beloved work experienced a significant bump in sales in Korea, where, to date, an estimated four million copies of the novel have been sold (KYOBO, 2019).

The next thing that surprised me upon encountering *My Sweet Orange Tree* in Korea is that it is so often classified as children’s literature. Frequently, with fifth and sixth graders in mind, to boot. By way of contrast, in Brazil, the work is often classified as *infantojuvenil*, or “children’s and adolescent literature.” In the US, the new 2019 Candlewick Edition classifies it as young adult fiction, which is perhaps a better fit than children’s fiction.<sup>13</sup> When I first read the work, with its portrayal of systemic racism and rigid class hierarchies, religious and existential questioning, depression, child labor, neglect, and physical abuse, suicide and death, I had trouble grasping how it could be categorized as a book for children. True, this reaction may have been partly due to my limited understanding of that category of fiction. Now that my son is in the sixth grade, I realize that kids his age often read books with serious themes, both at home and in school. Still, without a doubt, Vasconcelos’ novel certainly was a pioneer in bringing children’s literature to the exploration of serious social problems. The upshot is that while it’s dark and deep, it’s still tender and encouraging, making it open to multiple readings and interpretations in the way of other great works of fiction. Additionally, the work simultaneously functions on levels for children and young-minded readers while offering other vistas to adult readers from eighteen to ninety-three. Of course, with Vanzelli, Park and Cruz, mentioned above, it’s worth bearing in mind that children’s literature under authoritarian regimes has often served as an outlet for political and societal critique.

<sup>13</sup> Not too much should be made of such differences, however. These national categories overlap a bit, and one begins where the other ends, especially at the twelve-year-old mark of late elementary school and early middle school.

Now for a final surprise. *My Sweet Orange Tree* is not really about a boy and an orange tree. More precisely, perhaps, I should say that it is about much more than a boy and an orange tree. Or maybe that the orange tree of the book's title takes up relatively few pages. On the cover of nearly every edition I've seen anywhere is an image of protagonist Zezé—who is also the book's narrator and the younger version of the author—under the sweet orange tree of its title. The tree is his imaginary best friend, “Minguinho,” whom the small boy creates as a means of coping with his family's poverty, his father's alcoholic drinking, his mother's absence, and the systematic neglect and child abuse he faces in his troublesome daily life. Indeed, Minguinho—also called “Xururuca” by Zezé—is crucial to the novel, and Zezé's powers of imagination are beautiful and intriguing. In the literal sense, however, the book contains far less of their relationship than one might expect from the title and typical cover art of the work or the synopses publishers typically include on its back cover or jacket.

Instead, the make-believe friendship of Zezé with his orange tree is essentially more of a symbolic, emotional primer for a much deeper relationship at the heart of the novel. In the end, *My Sweet Orange Tree* is really about Zezé's friendship with another main character, Manuel Valadares, whom he calls “Portuga.” The man is an older immigrant from Portugal and a father figure with whom the child forms a redemptive, life-changing, yet tragic friendship. When it comes to book covers and other marketing material, Portuga also sometimes appears, though as more of a background figure. Prioritizing the tree is understandable from a marketing point of view, but it does give the inaccurate impression that Portuga is of lesser importance in the book.

Interestingly, Brazilian director Marcos Bernstein's 2012 film adaptation, *Meu Pé de Laranja Lima*, foregrounds Portuga with Zezé in its poster art. In some versions of the movie's poster, Portuga is seated laughing with Zezé under an orange tree—albeit in a scene that does not take place in the book. In others, their faces can be seen shining through a transparent cutout in the tree's shape. Either way, credit should be given the film for its more nuanced approach at marketing the story, along with the few other odd book publishers that have taken a similar tack in showcasing Portuga.

## FRIEND AND FATHER

Set in Bangu, a working-class neighborhood in the Western Zone of Rio de Janeiro, Brazil, in the 1920s, the novel recounts the story of Zezé as he uses his imagination to cope with poverty, his father's drinking and the terrible child abuse the boy faces. His mother, who must support the family

of eight by herself, is unavailable to provide much intimacy or emotional support for her children. Zezé is close with three of his relatives, including his teenage sister Glória, a surrogate mother to him, his little brother, Luís—or “Rei Luís” (“King Louis”)—and his uncle, Edmundo. Still, Zezé is mostly ignored or harshly criticized for his mischievous behavior by the other members of his family, along with their neighbors, and regularly suffers mental and physical abuse. When he finds a skinny, fruitless orange tree poking through the weeds behind his house, Zezé transforms it into Minguinho, a make-believe confidant and constant companion to both his pretend adventures and his mischievous real-world pranks.

Not long afterward, the boy forms a friendship with a flesh and blood person, Portuga, whom Zezé ends up coming to cherish much more. The two confide in one another while they take rides in Portuga’s much-coveted car and go fishing, and as Portuga gives the boy marbles and Western movie-style cowboy trading cards. Sadly, just as the small boy finally learns how to truly love and be loved, the older man suddenly dies when his car is struck by a train. Around the same time, a city construction project cuts down Minguinho, the orange tree. For days afterward, a delirious Zezé is confined to his bed in a state of shock that nearly claims his life. Family members, who know nothing of the boy’s recent friendship with Portuga, assume Zezé’s misery is from the loss of his fruit tree. When his father gets a new job, the family is finally set to stabilize materially. Zezé realizes, though, that his father’s prior episodes abusing him have forever emotionally separated him from his biological father. Instead, Portuga’s love has made the kindly Portuguese immigrant his true friend and father.

## MEU PÉ DE LARANAJA LIMA IN BRAZIL

José Mauro de Vasconcelos published *My Sweet Orange Tree* in 1968, during the most repressive phase of the military dictatorship in his native Brazil. Yes, its local flavor and neo-realist bent place it in step with other great works of Brazilian literature of Vasconcelos day. The work is comparable to the Northeastern regionalism of the thirties and forties by memorialists like Raquel de Queirós, Amando Fontes, Graciliano Ramos, and Jorge Amado. José Lins do Rego was one of Vasconcelos’ favorite authors. The novel conveys something, too, of João Cabral de Melo Neto’s sorrowful, yet spiritualized epic poem of backlands violence and poverty, *Morte e Vida Severina*, from 1955 (*Death and Life of a Severino*). One can say the same in comparison with Ariano Suassuna’s Catholic comic morality play, *Auto da Compadecida* (*A Dog’s Will*), from that same year.

It also leans toward that same spirit of consciousness-raising in other areas of Brazilian society of the 1960s, like Cinema Novo, Liberation Theology, and the revolutionary critical pedagogy of Paulo Freire. Astoundingly, it manages to do so while still approaching something of the psychological realism of Clarice Lispector, too, one of the great novelists and writers of short stories of modern world literature. Though far less experimental in form and more colloquially in tone, Vasconcelos' work similarly involved the tensions and contradictions of the human need for intimacy and our internal suffering and epiphanies in scenes of everyday life. In this way, Vasconcelos's diminutive novel straddled the two major currents of Brazilian intellectual life of his day. It is introspective, intimate, and personal side, on the one hand—foregrounding the more philosophical and psychological dimensions of art. On the other, it is political and socially charged in ways that emphasize awareness and the awakening of revolutionary consciousness.

Perhaps the ambiguous complexity of José Mauro de Vasconcelos' career as a writer, compared to the vast majority of the authors and cultural icons of his day, was due in part from his unusually diverse personal trajectory. For starters, among Brazilian intellectuals of his day, he was relatively unique in his working-class origins. Indeed, Zezé is the author as a child. The name Zezé is a diminutive for José, like Joe and Joey for Joseph, in English. Throughout his life, the author followed an eclectic and varied path that allowed him to live and work in several areas of Brazil in career paths associated with multiple social classes. At times he was a commercial fisherman. At others, he loaded bananas. For a while, he was a student at medical school, a track he abandoned after two years. He worked as a boxing trainer, a waiter, elementary school teacher, occasional model, plastic artist, and actor. And a best-selling author. His works, which numbered some twenty-two novels, were marked by a regionalist inflection and a straightforward style of storytelling that made them accessible to the public. However, the Brazilian literary establishment mostly disdained them (*O Liberal*, 2018). José Mauro de Vasconcelos, who was never honored with admission into the Brazilian Academy of Letters, has often been considered a lightweight writer by his intellectual countrymen.

In 1970, Aurélio Teixeira directed the first adaptation of the work to screen, *Meu Pé de Laranja Lima*. It was adapted as a telenovela the same year, by TV Tupi, then again in 1980 and 1998 by the Bandeirantes network. More recently, Marcos Bernstein's updated film version came out in 2012. The novel has also been adapted for the theater. Over the years, it is estimated that *My Sweet Orange Tree* has sold some two million copies in Brazil—roughly half its estimated sales in Korea. Currently, the book continues to be a much-loved favorite of the Brazilian public and is often used in

schools, as it is in Korea. This year in Brazil, to commemorate the one-hundredth anniversary of Vasconcelos' birth, the publishing house Melhoramentos is reissuing new editions of his complete works. One can only hope it will generate greater interest in the work in the country and greater scholarly recognition.

## IMAGINING RELATIONALLY

Whether in Brazil, Korea, or anywhere else, it's certainly possible to interpret *My Sweet Orange Tree* view as a bleak and depressing work of fiction, especially for a so-called children's novel. Indeed, Vasconcelos' original 1968 subtitle was "A Story of a Little Boy Who One Day Discovered Pain..." Indeed, it eschews predictable storylines, clichés, and pat answers for life's toughest questions—such as those often associated with literature for younger children. For me, however, even though the novel deals with painful themes, in the end, the story of Zezé and his friend Portuga remains one of healing and hope. The boy's redemptive relationship with his older friend turns out to be the incarnation of the love and intimacy he craved with his parents and acted out with Minguinho, allowing for even greater emotional healing, self-discovery, and growth. Yes, the boy "discovers pain," as the work's subtitle clearly states. But the ellipsis following the word pain—the dot-dot-dot—opens up infinite possibilities for what has been left to say, feel, and live in the boy's story. Though Zezé discovers pain, through his relational imagination, he also finds love.

When it comes to his creative powers, Zezé's imagination is not the sort that leads to isolation or objectification of the world and others around him. Though his imaginary world provides him with respite and refuge from his travails, it is not mere escapist fantasy. At its core is a relational posture enabling the small child to be in the world and with other people in a spirit of connection, togetherness, presence, love, and life. Whenever Zezé plays in the novel, he turns what others might see as objects into people and friends—like Minguinho, the orange tree, or the backyard bat the boy names "Luciano." Zezé's powers of imagination are unusually augmented by his suffering, on the one hand, and his sensitivity and rare intelligence, on the other—as a gifted child who taught himself to read (VASCONCELOS, 2019, pp. 16-17).

Zezé's tremendous sensitivity gives him a decidedly relational soul. He does not use his creative powers to fantasize in some object-driven way or to imagine power, recognition, and control, as do many of us. Nor does he use them to judge and condemn. Zezé is less interested in soothing himself in solitude than in turning toward others in the fullness of his being. To follow the lead from

Martin Buber, the pioneer of relational philosophy—or the philosophy of dialogue—Zezé seeks to encounter other persons, in “presence,” more than merely to experience things as “content” (BUBER, 2010, p. 110). In this way, Zezé’s relationality allows him to be playful and present, to dialogue with those around him, and be in community lightheartedly.

During the narrative, when his pain and suffering become too intense, Zezé suddenly loses his ability to imagine. Such is because raw imagination, even one as fertile as his, is not enough to protect oneself from the harshest moments of life. Only love can bring it back to him, like in his relationship with Portuga. In Chapter Four of Part Two of the novel, “Two Memorable Beatings,” Zezé’s father hears his small son cheerfully singing an off-color tango about a naked lady. It’s one the boy has learned working with Mr. Ariovaldo, a wandering street merchant who sells sheet music for popular sambas and other songs and with whom Zezé had worked for a while earlier in the novel. Imagining his son is purposely disrespecting him, Zezé’s father begins to beat the child severely while daring him to repeat the suggestive verses. At first, misinterpreting his father’s response as a command, the boy repeats them. When his father yells at him angrily, he keeps repeating the verses as an act of defiance.

30

After suffering several full-force blows, the five-year-old explodes at his father, yelling, “Murderer! Just go ahead and kill me! Prison will avenge me!” (VASCONCELOS, 2009, p. 137).<sup>14</sup> His father loses his head even more completely, takes off his belt, and beats his son to a bloody pulp. Zezé’s older sister and surrogate mother, Glória, leaps in and saves her little brother, covering him with her own body and pleading for her father to beat her instead. At the end of the chapter, Zezé tells his mother he wishes he’d never been born. After reassuring her little son that everyone should have been born, she blames him as a victim, telling him that he brought his father’s violence upon himself with his naughty ways.

During his recovery from the extreme beating, Zezé’s powers of imagination recede. He can barely talk, much less play. He does not seek out his orange tree, Minguinho. He instead eventually confides in Portuga his vague plans for taking his own life by throwing himself under the train to Mangaratiba (VASCONCELOS, 2009, p. 145). When he comes to bid farewell to his friends, Zezé tells Portuga that Minguinho is no longer a person to him, but “...just an orange tree that doesn’t even know how to bloom a single flower” (VASCONCELOS, 2009, p. 145).<sup>15</sup> It is only after Portuga has lovingly lifted Zezé back up from the pits of his hellish anguish that the boy begins to imagine and

<sup>14</sup> “Assassino! Mate de uma vez. A cadeia está aí para me vingar.”

<sup>15</sup> “...é uma simples laranjeira que nem sequer sabe dar uma flor.”

play again. Through Portuga's friendship, openness and transparency, through spending time with Zezé, hearing him, seeing him, dreaming with him, and sharing with him, the kindly older man rescues Zezé at his darkest hour.

The two go together to the man's secret fishing spot, where they sit under Portuga's favorite tree, the voiceless but majestic "Rainha Carlota" ("Queen Carlota"). All the while, they make plans for a life together as dearest friends. Only then is Zezé's ability to imagine restored—as part of his newfound ability to truly love, trust someone, and have a relationship. As a result, Zezé is soon back conversing with Minguinho (VASCONCELOS, 2009, pp. 159-163). When Portuga dies, Zezé discovers a new level of emotional hurt far more painful than the poverty, humiliation, and abuse he had suffered earlier. Still, the close relationship with a safe, trustworthy friend and father figure helped him developmentally as a human being. Despite his misery, he walks away with some healing and a higher capacity to connect deeply with others, something he will carry for the rest of his life. He also has hope that he can love and live in the way of Portuga, who is now an essential part of him. Finally, Zezé is capable of truly intimate relationships, with the pain and joy they entail.

## WHY KOREA?

Why is Korea the country with the highest numbers of readers of *My Sweet Orange Tree*, outshining even Vasconcelos' native Brazil in this respect? Why has it had an even more significant impact there than in other Latin American countries, the US or other countries where the book was translated, like Turkey, China, and Japan? For starters, one might consider the sort of similarities between Korea and Brazil in the seventies and eighties when Vasconcelos' novel first began gaining a following in Korea. Early on, in the seventies, there were many similarities between Korea and Brazil. Both experienced authoritarian rule, widespread poverty, the legacies of colonialism, and rigid social hierarchies and stratification. Both were undergoing massive social upheaval as vast portions of the population migrated to urban centers. They were modernizing at breakneck speed. The two countries were allies with the United States and depended heavily upon the United States culturally and politically.<sup>16</sup> In this light, it is easy to understand the argument put forth by Vanzelli and Park that "...in the 80s, Vasconcelos' book was read as a literary metaphor for understanding the period lived in Korea."<sup>17</sup>

<sup>16</sup> For a similar argument, see Kim 2016 (pp. 13-14).

<sup>17</sup> "...nos anos 80, o livro do Vasconcelos foi lido como metáfora literária para se compreender o período vivido na Coreia" (VANZELLI and PARK, 2017, p. 59).

Still, my hunch is that there is some deeper connection between the Korean public and the work, however, one that persists even as Korea has pulled away from Brazil in its economic prosperity. After all, the work's popularity has outlived the similarities between Brazil and South Korea of earlier decades. The anti-authoritarian explanation does little to explain its continuing prestige today in a country greatly changed and prosperous. I suspect that it has something to do with the novel's relational aspect, which I have been calling the relational imagination. Korean society has a relational soul. Korean people generally value relationships highly, often to the point of formalisms and scripted interactions designed to guarantee they are well cultivated and respected. Sometimes, honor and filial piety come into play. Others, there is simply a great tenderness that comes from collective struggle. At the same time, however, there are many impediments to the happy realization of those relationships. Sometimes, these arise from overly rigid implementations of traditional behaviors and hierarchical structures, sexism, class, and ethnic struggles. At others, problems may arise from the acceleration of life, loss of community, and hyper-competitiveness. Or from the dizzyingly rapid process of modernization and urbanization the country has undergone in only a few short generations.

In the end, one mark of great literary works is their openness to multiple interpretations. Or as a Korean graduate student recently told me, "The popularity of *My Sweet Orange Tree* in Korea may be due to the fact that this book is well-written enough to affect many people in various ways."<sup>18</sup> Adding to any historical similarities between Korea and Brazil, or any universal psychological aspects that might attract readers anywhere to the novel, I can't help but compare *My Sweet Orange Tree* with the many Korean television series I've seen over the past years.<sup>19</sup> K-Dramas are full of themes of bullying, childhood traumas, abuse of power, the injustices people suffer, and the alienation they experience from social hierarchies holding them in their places. And their struggles against dehumanizing pressures, competition, sibling rivalries, and overwhelming expectations.

Are Koreans especially vulnerable to forms of abuse in some ways similar to the invisibility suffered by Zezé, especially in their younger years? Do they crave the same sort of relational solutions? Perhaps the diminutive Zezé is a hero to lovers of *My Sweet Orange Tree* in Korea—in his insistence to keep dreaming, hoping, reaching out, and loving. I cannot say for sure. What I can say is that he is a hero for me, one that reminds me that even as we address the wounds of society around

<sup>18</sup> I thank Sulim Kim, doctoral student in Modern Korean History at the University of Hawaii, for this comment in her feedback to me on my thinking on this topic from August 12<sup>th</sup>, 2020.

<sup>19</sup> Yun offers a universal psychological explanation (YUN, 2016).

us, we also need to find the sort of restoration within that only comes through being present in the moment with others—and love.

## REFERENCES

BUBER, Martin, **I and Thou**. Translated by Ronald Gregor Smith. Mansfield Centre: Martino. 2010.

CRUZ, Juliana Leopoldina de Souza. “**O Meu Pé de Laranja Lima: Do Broto ao Fruto. A Recepção da Obra de José Mauro de Vasconcelos por Diferentes Gerações.**” Master’s Thesis, Universidade Estadual de Maringá. 2007.

FLOOD, Alison. “*K-pop star IU's song accused of 'sexualising' book's child hero: Zeze, inspired by José Mauro de Vasconcelos's My Sweet Orange Tree, comes under fire for its handling of a story often taught in schools.*” 2015. **The Guardian**, Nov. 9, 2015.

FUKS, Rebeca. “*Livro O Meu Pé de Laranja Lima, de José Mauro de Vasconcelos.*” **Cultura Genial**. July 30, 2020. <https://www.culturagenial.com/livro-o-meu-pe-de-laranja-lima/>.

KIM, Tae Young “*My Sweet Orange Tree in Korean Context: Translation Issue, Controversy over Interpretation of Zeze, its Popularity & Universality.*” **Research Paper**, Seoul National University. 2016.

KYOBO. [낭만서점] 199. J.M. 바스콘셀로스, 『나의 라임 오렌지 나무』 - 다섯 살 소년 제제의 이야기. YouTube Video. **Kyobo Book Center**. July 10, 2019.

LEE, Sae Ryong. 네 친구 제제. **No Company Data**. 1989.

NAMUWIKI. 나의라임오렌지나무. **Namuwiki**. July 1, 2020. <https://namu.wiki/w/%EB%82%98%EC%9D%98%20%EB%9D%BC%EC%9E%84%EC%98%A4%EB%A0%8C%EC%A7%80%EB%82%98%EB%AC%B4>.

O LIBERAL. “*Centenário do autor de 'O Meu Pé de Laranja Lima' será comemorado com publicação da obra completa: José Mauro de Vasconcelos faleceu aos 64 anos. O best seller de 1968 vendeu 2 milhões de exemplars.*” 2020. **O Liberal**, June 1, 2020.

QUINES, Sarah. 2016. “*Meu Pé de Laranja Lima Completa 50 Anos.*” YouTube Video. **TV Brasil**. November 16, 2018. 2:05-2:16

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **The Little Prince**. Translated by Katherine Woods. New York: Reynal and Hitchcock. 1943.

SNEED, Paul. “*My Sweet Orange Tree, Korea and the Relational Imagination,*” in **Busan International Literature Festival 2020**. Busan: International Literature Festival. 2020.

VANZELLI, José Carvalho and Ji Hyun Park. “*A Situação Atual das Literaturas de Língua Portuguesa na Coreia do Sul.*” In **Estudos Brasileiros na Ásia: Literatura, Língua e Cultura**, José Carvalho Vanzelli, Idalena Oliveira Chaves and Ji Hyun Park, editores, 44-66. Viçosa: UFV. 2017.

VASCONCELOS, José Mauro de. **O Meu Pé de Laranja Lima: Uma História de Um Meninozinho que Um Dia Descobriu a Dor...** São Paulo: Editora Melhoramentos. 2009.

VASCONCELOS, José Mauro de. **My Sweet Orange Tree: The Story of a Little Boy Who Discovered Pain.** Translated by Alison Entrekin. Somerville: Candlewick Press. 2019.

YUN, Mi Ae. “*Erinnerte Kindheit und Erinnerung an Knidheit - eine Betrachtung von "O Meu pé de Laranja Lima" aus der Perpektve von Walter Benjamin* (회상 속의 유년과 유년의 회상 - 벤야민을 통해 본 『나의 라임 오렌지나무』) **Comparative Literature**, 40(1): 205-225. 2006.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10684>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.10684>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 35-54.

Submissão: 29/06/2021

Aprovação: 01/09/2021

## IMAGENS DO ESPAÇO URBANO E DA VIOLÊNCIA EM CANÇÕES DA MÚSICA POPULAR

*IMAGES OF URBAN SPACE AND VIOLENCE IN POPULAR MUSIC SONGS*

Élcio Loureiro CORNELSEN  

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) <sup>1</sup>

**Resumo:** Este breve estudo tem por objetivo estabelecer uma relação entre espaço urbano e violência, e o modo como tal relação se faz presente em letras de canções da música popular. Foram selecionadas letras de quatro canções para comporem o corpus de análise: “De frente pro crime” (1975), de João Bosco, “Veraneio vascaína” (1986), do grupo Capital Inicial, “Periferia é periferia” (1997), do grupo Racionais MC’s, e “Minha alma” (1999), do grupo O Rappa. Partimos do conceito de violência, conforme proposto por Tânia Pellegrini enquanto “o uso da força para causar dano físico ou psicológico a outra pessoa”. O estudo evidenciou que o principal aspecto em comum entre as quatro canções é a crítica ao potencial de violência no espaço urbano brasileiro. Desse modo, tais questões podem ser entendidas também na chave do conceito de resistência, conforme postulado por Michael Foucault e, respectivamente, Alfredo Bosi.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Violência. Música popular. Resistência.

**Abstract:** This brief study aims to establish a relationship between urban space and violence, and the way in which this relationship is present in the lyrics of popular music songs. Lyrics from four songs were selected to compose the corpus of analysis: “De frente pro crime” (1975), by João Bosco, “Veraneio vascaína” (1986), by the group Capital Inicial, “Periferia é periferia” (1997), by the group Racionais MC's, and “Minha alma” (1999), by the group O Rappa. We start from the concept of violence, as proposed by Tânia Pellegrini as “the use of force to cause physical or psychological harm to another person”. The study showed that the main aspect in common between the four songs is the criticism of the potential for violence in the Brazilian urban space. Thus, such issues can also be understood in the key of the concept of resistance, as postulated by Michael Foucault and, respectively, Alfredo Bosi.

**Key-words:** Urban space. Violence. Popular music. Resistance.

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Letras da UFMG. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Membro do Grupo Integrado de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (UFMS-RS) e do Núcleo de Estudos de Guerra e Literatura (UFMG).  
E-mail: [emcor@uol.com.br](mailto:emcor@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

Nossa contribuição visa a uma reflexão sobre a produção musical em torno da violência no espaço urbano. Para esse intuito, selecionamos as letras das seguintes canções para formar o corpus de análise: “De frente pro crime” (1975), de João Bosco, “Veraneio vascaína” (1986), do grupo Capital Inicial, “Periferia é periferia” (1997), do grupo Racionais MC’s, e “Minha alma” (1999), do grupo O Rappa.

Nosso objetivo é, a partir de uma análise discursiva dos referidos textos, investigar os modos de representação da violência e do espaço urbano na música popular, num período que vai da década de 1970 à década de 1990.

Basicamente, enquanto que na canção “De frente pro crime” um “corpo estendido no chão” parece despertar curiosidade e, ao mesmo tempo, indiferença daqueles que o vêm caído ali na rua, coberto por um jornal, vítima de mais um crime, “Veraneio vascaína” transmite uma imagem da violência policial no espaço urbano, em que há o alerta de “Cuidado, pessoal, lá vem vindo a veraneio”, num temor de se lidar com a “ordem” do Estado.

Por sua vez, “Periferia é periferia”, como o próprio título indica, delimita o espaço urbano à margem – “Esse lugar é um pesadelo periférico”, marcado por violência, miséria e drogas – “Muita pobreza, estoura violência...”. De maneira semelhante, a letra de “Minha alma” também aborda o espaço urbano minado pela violência – “As grades do condomínio/ São para trazer proteção/ Mas também trazem a dúvida/ Se é você que está nessa prisão”. Entre “proteção” e “prisão”, questiona-se “a paz que eu não quero seguir”. Como constataremos a seguir, cada uma ao seu modo, tais canções produzem imagens do espaço urbano associado à violência.

Inicialmente, ressaltamos que este estudo, basicamente, se pauta por dois conceitos centrais: violência e resistência. Conforme definição proposta por Tânia Pellegrini (2004, p. 16), violência é entendida como “o uso da força para causar dano físico ou psicológico a outra pessoa”. É importante enfatizar que, para Pellegrini, “a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundante a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica” (PELLEGRINI, 2004, p. 16).

Assim interpretada, a violência se conformaria, a partir da experiência criativa, em tema de manifestações culturais e artísticas das mais variadas formas, incluindo as canções da música popular. Nesta chave de leitura, podemos entender tais manifestações como modos de resistência à violência no espaço urbano em seus diversos matizes. Mais uma vez, Tânia Pellegrini nos auxilia na interpretação do espaço urbano em sua complexidade, em que haveria “espaços de exclusão”: “espaços não valorizados socialmente, como a

periferia dos grandes centros urbanos, ou os enclaves murados em seu interior, como as prisões” (PELLEGRINI, 2004, p. 15), situados também como “cortiços”, “casas de pensão”, “neofavelas”, “cidades de Deus” e “capões” (2004, p. 19). Todavia, haveria, pois, um motivo socioeconômico que teria produzido aquilo o que Pellegrini designa de “cidade cindida”, dividida entre “centro” e “periferia”, “favela” e “asfalto”, “cidade” e “subúrbio”, “bairro” e “orla”: a industrialização crescente dos anos 1970 no período do chamado “Milagre Econômico” e a decorrente “ascensão da violência a níveis insuportáveis” (2004, p. 19).

Na mesma direção, Karl Erik Schøllhammer argumenta que “a violência foi considerada um resultado negativo do milagre econômico e do entusiasmo desenvolvimentista brasileiro, que desencadeou um crescimento explosivo dos centros urbanos e de suas populações, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo” (SCHØLLHAMMER, 2013, p. 44). De acordo com o teórico, tal crescimento “em poucas décadas transformou o Brasil agrário e coronelista num país predominantemente urbano, com todos os problemas sociais decorrentes de uma urbanização problemática” (2013, p. 44).

Por fim, antes de passarmos à parte analítica propriamente dita, é necessário discorrermos também sobre o conceito de resistência. Sem dúvida, um dos principais nomes que se dedicaram a discutir, de modo profundo, tal conceito é o filósofo francês Michael Foucault, sobretudo em obras como *A sociedade punitiva* (1973), *Vigiar e punir* (1975), e *Microfísica do poder* (1978). Não é por acaso que Foucaultianos tenham publicado obras na chave da resistência, conforme postulada pelo pensador francês, entre elas *Foucault e a resistência* (2006), de Simone Sobral Sampaio, *Acontecimento, poder e resistência em Michael Foucault* (2013), de Gioavana Carmo Temple, e *Educação, poder, resistência e subjetividade: pensando com Foucault* (2019), de Maria de Fátima Costa de Paula.

De acordo com Pedro Fornaciari Grabois, um dos principais leitores da obra de Michael Foucault no Brasil, “as formas de exercício de poder e as formas de resistência ao poder estão sempre em relação de imanência” (GRABOIS, 2013, p. 56). E tal relação se evidenciaria em “contracondutas”, “as que fazem frente às formas de dominação (étnica, social e religiosa); as que contestam as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão” (2013, p. 56). Ainda nesse sentido, as “contracondutas” se revelariam como “recusa à violência pelo Estado econômico e ideológico” (2013, p. 57).

Outro Foucaultiano de destaque é o teórico Rodrigo de Castro Orellana, da Universidad Complutense de Madrid, que também reflete, a partir do pensamento de Michael Foucault, a relação entre poder e resistência: “Os poderes e as resistências estão, portanto, disseminados em uma mesma rede relações, apoiando-se e reativando-se mutuamente” (ORELLANA, 2012, p. 44). Outro aspecto de suma importância apontado por Orellana é o fato de que “a resistência desenha o perfil de sua luta incorporando as táticas deste poder como suporte para uma inversão possível” (2012, p. 45). Seria, pois, pertinente, pensarmos as canções da música popular, que formam o corpus de análise do presente estudo, enquanto resultantes de estratégias que denunciam a violência, lembrando que, como bem aponta Orellana, o encobrimento da violência torna invisível aquilo o

que é intolerável, em que “o espaço da luta contra o intolerável está no plano da ética, na construção de um *modo de vida não fascista*” (2012, p. 59; grifo no original).

Ainda sobre o conceito de resistência, o pensamento de Alfredo Bosi também permite estabelecer diálogos com o pensamento Foucaultiano. Embora não parta do pensador francês para traçar suas conjecturas sobre esse conceito, é pertinente afirmar que Alfredo Bosi também o considera em relação à ética, ao afirmar que “Resistência é um conceito originalmente ético, e não estético” (BOSI, 1996, p. 11). Além disso, Bosi propõe um entendimento de resistência da seguinte forma: “O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*; o antônimo familiar é *de/sistir*.” (1996, p. 11; grifos no original)

Outro ponto fundamental proposto por Alfredo Bosi ao refletir sobre a resistência em sua relação com a narrativa é o modo como estabelece duas maneiras de entendê-la: “(a) a resistência se dá como tema; (b) a resistência se dá como processo inerente à escrita” (BOSI, 1996, p. 13). E o componente ético da resistência em sua relação com o estético se estabeleceria a partir da adoção de valores frente a antivalores. Tal aspecto nos permite associá-lo à noção de “contracondutas” proposta por Foucault, que podem ser, aqui, pensadas também como “contradiscursos”. Segundo Bosi, exemplos de valores e de antivalores seriam: “liberdade e despotismo; igualdade e iniquidade; sinceridade e hipocrisia; coragem e covardia; fidelidade e traição, etc.” (1996, p. 14). O teórico atribui ao romancista uma “liberdade inventiva” (1996, p. 15), que podemos estender também a outras manifestações culturais e artísticas no trabalho de resistência a antivalores.

Nesse sentido, Alfredo Bosi fala de uma “escrita resistente (aquela opção que escolherá afinal temas, situações, personagens)”, que “decorre de um a priori ético, um sentimento do bem e do mal, uma instituição do verdadeiro e do falso, que já se pôs em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes” (BOSI, 1996, p. 22).

Após essas considerações gerais sobre espaço urbano (de exclusão), violência e resistência, a seguir, daremos início à análise das letras das canções que compõem o corpus do presente estudo. Para isso, consideramos pertinente a postura do filósofo Henry Burnet ao afirmar que “[e]ssa importante função da palavra obriga que o estudo sobre a canção popular seja também um estudo sobre o texto, talvez mais do que sobre a música” (BURNETT, 2008, p. 119). E também se torna fundamental, conforme propõe a historiadora Miriam Hermeto, considerar “a complexidade da canção popular brasileira como fato social” (HERMETO, 2012, p. 14).

## “DE FRENTE PRO CRIME” – A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DA MORTE NO ESPAÇO URBANO

A canção “De frente pro crime” (1975), do compositor e violonista brasileiro João Bosco, foi lançada em 1975 no álbum *Caça à raposa*. Seu tema central parece gravitar em torno da banalização da violência e da morte no espaço urbano. O corpo de mais um anônimo assassinado se torna uma espécie de ponto de atração e, ao mesmo tempo, de indiferença dos transeuntes que circulam em sua proximidade. Vejamos a letra:

De frente pro crime

Tá lá o corpo  
Estendido no chão  
Em vez de rosto uma foto  
De um gol  
Em vez de reza  
Uma praga de alguém  
E um silêncio  
Servindo de amém...

O bar mais perto  
Depressa lotou  
Malandro junto  
Com trabalhador  
Um homem subiu  
Na mesa do bar  
E fez discurso  
Prá vereador...

Veio o camelô  
Vender!  
Anel, cordão  
Perfume barato  
Baiana  
Prá fazer  
Pastel  
E um bom churrasco  
De gato  
Quatro horas da manhã  
Baixou o santo  
Na porta bandeira  
E a moçada resolveu  
Parar, e então...

Tá lá o corpo  
Estendido no chão  
Em vez de rosto uma foto  
De um gol  
Em vez de reza  
Uma praga de alguém  
E um silêncio  
Servindo de amém...

Sem pressa foi cada um  
Pro seu lado  
Pensando numa mulher  
Ou no time  
Olhei o corpo no chão  
E fechei  
Minha janela  
De frente pro crime...

Veio o camelô  
Vender!  
Anel, cordão  
Perfume barato  
Baiana  
Prá fazer  
Pastel  
E um bom churrasco  
De gato  
Quatro horas da manhã  
Baixou o santo  
Na porta bandeira  
E a moçada resolveu  
Parar, e então...(2x)

Tá lá o corpo  
Estendido no chão... (BOSCO, 1975)

Podemos deprender da letra que um crime foi cometido. Todavia, não há referência sobre sua suposta motivação, nem quem seria o morto. Este se torna “corpo” sem “rosto”, anônimo e estirado no chão, mais um número para a estatística, coberto com um jornal que exhibe a foto de um gol, signo do futebol como “paixão nacional”. Porém, ao mesmo tempo, esse corpo se torna uma espécie de atração noturna, pois alguns actantes gravitam em torno dele: os frequentadores de um bar nas proximidades – “malandro com trabalhador”, um freguês fez “discurso prá vereador” –, o camelô, a baiana, a porta bandeira. Em suma: o comércio tira proveito da cena, e o assassinato se torna um acontecimento. A banalização da violência e da morte se revela no comportamento dos transeuntes

diante do corpo, não removido – índice de ausência do Estado –, e há também alguns traços culturais que potencializam essa banalização – estão mais preocupados com suas paixões pelo futebol e pela mulher – “Sem pressa foi cada um/ Pro seu lado/ Pensando em uma mulher/ Ou no time”. E o eu-lírico, testemunha ocular da cena, também reproduz o mesmo comportamento: “Olhei o corpo no chão/ E fechei/ minha janela/ De frente pro crime”.

Um aspecto que parece reforçar o sentido de banalização diante da cena do crime é o do silêncio, um silêncio pactuado: “E um silêncio/ Servindo de amém...” Na cena, a sociedade é apresentada em sua diversidade, aspectos associados ao lazer também se fazem presentes, e mesmo o Estado se faz presente na ausência. Se pensarmos com Foucault, tratar-se-ia de uma “contranarrativa” da banalização da violência, em que esse silêncio pactuado é quebrado pela própria música. E podemos pensar também com Bosi, no estabelecimento de um “contradiscurso” de ordem ética, na construção de uma cena que denuncia a banalização e a omissão daqueles que ali estão olhando para o corpo estendido no chão.

Em certa medida, podemos pensar, em termos de estética da resistência, na chamada “linguagem da fresta”, de que nos fala Maika Lois Carocha ao estudar o funcionamento da censura musical durante a ditadura civil-militar brasileira, em que “as letras das músicas faziam sentido não no dito, mas no interdito, nas entrelinhas” (CAROCHA, 2007, p. 32). E cabe ressaltar também que “De frente pro crime” é uma canção que pertence à chamada Música Popular Brasileira (MPB) enquanto gênero musical de difícil definição. De acordo com o historiador Ramon Casas Vilarino, a MPB se relacionaria diretamente com o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e seria definida como “música de protesto, música dos festivais, música politicamente engajada, Moderna Música Popular Brasileira, ou MMPB” (VILARINO, 2006, p. 19). E Maria Aparecida Rocha Gouvêa chama à atenção para o fato de que “[m]uitos compositores surgiram nesse período, principalmente nos grandes festivais de música, com plateias que lotavam os auditórios, ansiando por canções com mensagens políticas” (GOUVÊA, 2014, p. 23). Esta, pois, poderia ser uma chave de leitura para se entender a mensagem sub-reptícia de “De frente pro crime”. Não se trataria apenas do crime e de um “corpo estendido no chão”, mas sim de inúmeros crimes praticados no período, em que sequer os corpos foram encontrados.

## “VERANEIO VASCAÍNA” – O TEMOR DIANTE DA VIOLÊNCIA DE ESTADO

A canção “Veraneio Vascaína” (1986), cuja letra é de Renato Russo e de Flávio Lemos, foi lançada em 1986, no álbum *Capital Inicial*, da própria banda de rock brasileira (antigo Aborto Elétrico). Seu tema central é o temor diante da violência de Estado, através da ação policial. Pelo ano de seu lançamento, percebe-se que essa canção se associa, temporalmente, ao fim do período da ditadura civil-militar (1964-1985), aludindo, pois, à truculência na abordagem de civis pelas forças de segurança e repressão. Naquele contexto, conforme bem apontam Rosângela Souza e Marco Aurélio Monteiro Pereira (2013, p. 10), “[a] música popular deixou de ser meramente feita por manifestações artísticas e passou a ser uma forma de resistência popular contra o autoritarismo dominante”. Como se sabe, o período de redemocratização do país foi marcado por continuidades, evidenciadas de maneira inequívoca no lastro autoritário de nossos dias, que atinge e compromete o exercício democrático, ético e humanitário das instituições de Estado. Observemos a letra:

Veraneio Vascaína

Cuidado, pessoal, lá vem vindo a Veraneio  
Toda pintada de preto, branco, cinza e vermelho  
Com números do lado, dentro dois ou três tarados  
Assassinos armados, uniformizados

Veraneio vascaína vem dobrando a esquina

Porque pobre quando nasce com instinto assassino  
Sabe o que vai ser quando crescer desde menino  
Ladrão pra roubar, marginal pra matar  
Papai, eu quero ser policial quando eu crescer

Cuidado, pessoal, lá vem vindo a Veraneio  
Toda pintada de preto, branco, cinza e vermelho  
Com números do lado, dentro dois ou três tarados  
Assassinos armados, uniformizados

Veraneio vascaína vem dobrando a esquina

Se eles vêm com fogo em cima, é melhor sair da frente  
Tanto faz, ninguém se importa se você é inocente  
Com uma arma na mão eu boto fogo no país  
E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei

Cuidado, pessoal, lá vem vindo a Veraneio  
Toda pintada de preto, branco, cinza e vermelho  
Com números do lado, dentro dois ou três tarados  
Assassinos armados, uniformizados

Veraneio vascaína vem dobrando a esquina  
Veraneio vascaína vem dobrando a esquina  
Veraneio vascaína vem dobrando a esquina (RUSSO; LEMOS, 1986)

No texto da canção “Veraneio Vascaína”, o eu-lírico alerta o “pessoal” do perigo iminente de uma abordagem policial, uma vez que a “veraneio vascaína vem dobrando a esquina”, o que, mais uma vez, remete à violência urbana e à possível truculência de órgãos de segurança e repressão de Estado. Este é representado como detentor de uma “ordem”: o veículo policial exibe em sua porta um número, e os soldados estão uniformizados. Os policiais também são anônimos, sem rosto, predispostos a cometer atos de violência com a chancela do Estado, designados apenas como “dois ou três tarados/ Assassinos armados, uniformizados”. Nas palavras do eu-lírico, a predisposição ao assassinato seria uma questão de “instinto assassino” de uma determinada camada social: “Porque pobre quando nasce com instinto assassino/ Sabe o que vai ser quando crescer desde menino/ Ladrão pra roubar, marginal pra matar/ Papai, eu quero ser policial quando eu crescer”. Do modo como é caracterizada pelo eu-lírico, a violência surge como algo provindo de ambiente de pobreza, onde para aqueles que possuem um “instinto assassino” restaria duas opções: cair na criminalidade – ladrão ou marginal; ingressar nas forças do Estado como policial. Todavia, a desigualdade social associada à violência é tratada na letra apenas sub-repticiamente.

Por fim, há uma estrofe em que a violência policial é evidenciada pelo eu-lírico, que conclama o “pessoal” a fugir para não serem abordados pela “veraneio vascaína”, mesmo que não devam nada à Lei: “Se eles vêm com fogo em cima, é melhor sair da frente/ Tanto faz, ninguém se importa se você é inocente”. Neste ponto da letra, os agentes da violência parecem ganhar voz: “Com uma arma na mão eu boto fogo no país/ E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei”. Estar do “lado da lei” é agir impunemente como representante do Estado, que sanciona as ações de “assassinos armados, uniformizados”.

De acordo com Jaime Ginzburg (2013, p. 82), “[p]ara diversas instituições, parece ser preferível, por várias razões, manter chances de que a violência esteja presente”. No campo da ação policial, ainda segundo Ginzburg (2013, p. 83), “[v]iolência seria um útil modo de controle. Agredir pessoas, matá-las, essas ações teriam uma função: mostrar, de acordo com essa perspectiva, que a sociedade está protegida”. É contra essa perspectiva que a canção “Veraneia Vascaína” parece centrar

sua crítica enquanto modo de denúncia e de resistência aos mecanismos de legitimação do discurso da repressão de Estado.

### “PERIFERIA É PERIFERIA” – A VIDA À MARGEM, MINADA PELA VIOLÊNCIA

A canção “Periferia é periferia” (1997), do grupo de RAP Racionais MC’s, foi lançada em 1997 no álbum *Sobrevivendo no inferno*, o segundo da carreira da banda, cujo traço principal é a denúncia da violência, da miséria, do racismo, do preconceito e da destruição da vida de jovens negros nas periferias das principais cidades do país, em meio às ações de instituições de segurança e repressão de Estado e do crime organizado.

Em sua paratextualidade, o título da canção, cuja letra é de autoria do *rapper* Edi Rock (Edivaldo Pereira Alves), delimita o espaço urbano topográfica e socialmente à margem. Segundo Andressa Zoi Nathanailidis, o RAP – sigla para *Rythm and Poetry* (ritmo e poesia) – se apresenta como “canção periférica que parece pregar o fim da práxis passiva, em prol de uma atitude cidadã” (NATHANAILIDIS, 2011, p. 1), configurando-se, pois, iminentemente como um gênero musical de resistência e engajamento social enquanto “uma ‘resposta’ revoltada às práticas sociais e políticas instituídas pela sociedade, ao longo de muitos anos” (2011, pp. 7-8). De acordo com Walter Garcia, “[o] principal valor artístico do grupo [Racionais MC’S] está na adequação entre a técnica de feitura da obra e o tema cantado” (GARCIA, 2004, p. 167). O grupo canta “a violência que estrutura a nossa sociedade”, mas “assume o ponto de vista da periferia e não canta com medo: canta com a cabeça levantada, como quem está pronto para revidar tudo” (GARCIA, 2004, pp. 171-172). Conforme constataremos na letra, a periferia figura como um espaço marcado por violência, miséria e drogas:

#### Periferia é periferia

Este lugar é um pesadelo periférico  
 Fica no pico numérico de população  
 De dia a pivetada a caminho da escola  
 À noite vão dormir enquanto os manos "decola"  
 Na farinha... hã! Na pedra... hã!  
 Usando droga de monte, que merda! hã!  
 Eu sinto pena da família desses cara  
 Eu sinto pena, ele quer mas ele não para!  
 Um exemplo muito ruim pros moleque  
 Pra começar é rapidinho e não tem breque  
 Herdeiro de mais alguma Dona Maria  
 "Cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria!"  
 Porque o chefe da casa, trabalha e nunca está

Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar  
O trabalho ocupa todo o seu tempo  
Hora extra é necessário pro alimento  
Uns reais a mais no salário  
Esmola de um patrão, cuzão milionário!  
Ser escravo do dinheiro é isso, fulano  
360 dias por ano, sem plano  
Se a escravidão acabar pra você  
Vai viver de quem? Vai viver de quê?  
O sistema manipula sem ninguém saber  
A lavagem cerebral te fez esquecer  
Que andar com as próprias pernas não é difícil  
Mais fácil se entregar, se omitir  
Nas ruas áridas da selva  
Eu já vi lágrimas demais, o bastante pra um filme de guerra

Aqui a visão já não é tão bela  
Não existe outro lugar  
Periferia (gente pobre)

Aqui a visão já não é tão bela  
Não existe outro lugar  
Periferia é periferia

Aqui a visão já não é tão bela  
Não existe outro lugar  
Periferia (gente pobre)

Aqui a visão já não é tão bela.  
Não existe outro lugar  
Periferia é periferia

Um mano me disse que quando chegou aqui  
Tudo era mato e só se lembra de tiro, aí  
Outro maluco disse que ainda é embaçado  
Quem não morreu, tá preso, sossegado  
Quem se casou, quer criar o seu pivete, ou não  
Cachimbar e ficar doido igual moleque, então  
A covardia dobra a esquina e mora ali  
Lei do Cão, Lei da Selva, hã  
Hora de subir!  
–“Mano, que treta, mano! Mó treta, você viu?  
Roubaram o dinheiro daquele tio!”  
Que se esforça sol a sol, sem descansar  
Nossa Senhora o ilumine, nada vai faltar  
É uma pena. Um mês inteiro de trabalho  
Jogado tudo dentro de um cachimbo, caralho!  
O ódio toma conta de um trabalhador  
Escravo urbano  
Um simples nordestino

Comprou uma arma pra se auto-defender  
 Quer encontrar  
 O vagabundo, q'essa vez não vai ter... boi  
 –“Qual que foi? (Qual que foi?)”  
 Não vai ter... boi  
 –“Qual que foi? (Qual que foi?)”  
 A revolta deixa o homem de paz imprevisível  
 E sangue no olho, impiedoso e muito mais  
 Com sede de vingança e prevenido  
 Com ferro na cinta, acorda na  
 Madrugada de quinta  
 Um pilantra andando no quintal  
 Tentando, roubando, as roupas do varal  
 Olha só como é o destino, inevitável!  
 O fim de vagabundo, é lamentável!  
 Aquele puto que roubou ele outro dia  
 Amanheceu cheio de tiro, ele pedia  
 Dezenove anos jogados fora  
 É foda!  
 Essa noite chove muito  
 Por que Deus chora

Muita pobreza, estoura violência!  
 Nossa raça está morrendo  
 Não me diga que está tudo bem!  
 Muita pobreza, estoura violência!  
 Nossa raça está morrendo  
 Não me diga que está tudo bem!

Muita pobreza, estoura violência!  
 Nossa raça está morrendo  
 Não me diga que está tudo bem!  
 Muita pobreza, estoura violência!  
 Nossa raça está morrendo  
 Verdade seja dita!

Vi só a alguns anos pra cá, pode acreditar  
 Já foi bastante pra me preocupar  
 Com meus filhos, periferia é tudo igual  
 Todo mundo sente medo de sair de madrugada e tal  
 Ultimamente, andam os doidos pela rua  
 Loucos na fissura, te estranham na loucura  
 Pedir dinheiro é mais fácil que roubar, mano  
 Roubar é mais fácil que tramar, mano  
 É complicado  
 O vício tem dois lados  
 Depende disso ou daquilo, ou não, tá tudo errado  
 Eu não vou ficar do lado de ninguém, por quê?  
 Quem vende a droga pra quem? Hã!  
 Vem pra cá de avião ou pelo porto, cais

Não conheço pobre dono de aeroporto e mais  
 Fico triste por saber e ver  
 Que quem morre no dia a dia é igual a eu e a você

Periferia é periferia  
 (Que horas são? Não sei responder)  
 Periferia é periferia  
 (Milhares de casas amontoadas)  
 Periferia é periferia  
 (Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar)  
 Periferia é periferia (em qualquer lugar)  
 (Gente pobre)

Periferia é periferia  
 (Vários botecos abertos, várias escolas vazias)  
 Periferia é periferia  
 (E a maioria por aqui se parece comigo)  
 Periferia é periferia  
 (Mães chorando, irmãos se matando. Até quando?)  
 Periferia é periferia  
 (Em qualquer lugar. Gente pobre)

Periferia é periferia  
 (Aqui, meu irmão, é cada um por si)  
 Periferia é periferia  
 (Molecada sem futuro eu já consigo ver)  
 Periferia é periferia  
 (Aliados, drogados, então)  
 Periferia é periferia (em qualquer lugar)  
 (Gente pobre)  
 Periferia é periferia  
 (Deixe o crack de lado, escute o meu recado)  
 (RACIONAIS MC's, 1997)

A longa letra, bem ao estilo do RAP, revela diversas facetas da periferia, em que a violência se faz onipresente. Canções como “Periferia é periferia” permitem, pois, “uma outra fala sobre o urbano, através de músicas que evidenciam insatisfação frente a uma ordem específica” (OLIVEIRA, 2008, pp. 2-3). Logo no primeiro verso da letra, o eu lírico já anuncia categoricamente: “Este lugar é um pesadelo periférico”. De população numerosa, a periferia é apresentada em seu cotidiano, num contraste entre dia e noite: “De dia a pivetada a caminho da escola/ À noite vão dormir enquanto os manos ‘decola’/ Na farinha... hã! Na pedra... hã!/ Usando droga de monte, que merda! hã!”. O eu-lirico constroi um *ethos* de si como alguém daquele espaço que domina seus códigos e suas gírias. O Estado se faz presente pela escola, mesmo que o impacto desta em termos educacionais pareça sucumbir diante do consumo de drogas por jovens, pois na periferia há “várias escolas vazias”. O

intuito do eu-lírico é transmitir uma mensagem para aqueles que sucumbem às drogas: “Deixe o crack de lado, escute o meu recado”.

Além disso, o eu-lírico se sensibiliza com as famílias dos drogados: “Eu sinto pena da família desses cara/ Eu sinto pena, ele quer mas ele não para!”. Ele é uma testemunha ocular do sofrimento pelo vício em drogas: “Nas ruas áridas da selva/ Eu já vi lágrimas demais, o bastante pra um filme de guerra”. Um morador da periferia, o eu-lírico é adulto e tem filhos: “Vi só a alguns anos pra cá, pode acreditar/ Já foi bastante pra me preocupar/ Com meus filhos, periferia é tudo igual”. Inclusive, ele se vê como semelhante a outros moradores: “E a maioria por aqui se parece comigo”. Também há a identidade negra unindo os moradores que sucumbem à violência e aos mecanismos de exclusão: “Nossa raça está morrendo”.

Nesse ambiente minado pela violência, a família se desintegra socialmente, pois a “Dona Maria” não consegue tomar “as rédeas da sua cria”, e o “chefe da casa” “trabalha e nunca está/ Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar/ O trabalho ocupa todo o seu tempo/ Hora extra é necessário pro alimento/ Uns reais a mais no salário”. Neste caso, o salário aparece como “esmola de um patrão, cuzão milionário!”, uma “escravidão” o ano todo. A ausência e a omissão diante do *status quo* fazem com que este não se altere: “Mães chorando, irmãos se matando. Até quando?”.

Por fim, o espaço urbano se faz presente na letra através de diversas designações. No refrão, ele é marcado negativamente: “Aqui a visão já não é tão bela/ Não existe outro lugar/ Periferia (gente pobre)”. Lugar feio, sem opção para “gente pobre” – esses são alguns atributos desse espaço urbano à margem, composto por “milhares de casas amontoadas”. O eu-lírico, feito um cronista, narra a história da formação do espaço de violência, quando “Tudo era mato e só se lembra de tiro”. E violência gera violência: “O ódio toma conta de um trabalhador/ Escravo urbano/ Um simples nordestino/ Comprou uma arma pra se auto-defender/ Quer encontrar/ O vagabundo, q'essa vez não vai ter... boi”. Esse é mais um índice da ausência do Estado, em que a “Lei da Selva” impera: “Aqui, meu irmão, é cada um por si”.

Podemos, pois, considerar que “Periferia é periferia” pertence ao conjunto de canções da música popular que, como bem aponta Jorge Luiz do Nascimento (2019, p. 72), “criam repertórios de argumentos que visam desestabilizar um *status quo* opressor”, e que fala da realidade de espaços de exclusão nos grandes centros urbanos brasileiros a partir da perspectiva daquele que sobrevive e vivencia de perto a violência onipresente.

### “MINHA ALMA” – CONTRA “A PAZ QUE EU NÃO QUERO SEGUIR”

A canção “Minha alma” (1999), da banda de reggae rock brasileira O Rappa, foi lançada em 1999 no álbum *Lado B Lado A*, o terceiro da carreira. Sua letra, de autoria do baterista Marcelo Yuka (Marcelo Fontes do Nascimento Viana de Santa Ana), apresenta um traço da banda, que é o enfoque crítico de cunho social, e aborda também o tema da violência no espaço urbano, em que uma determinada “paz” parece vigorar, aquela que o eu-lírico não quer seguir. Vejamos a letra:

Minha alma

A minha alma tá armada e apontada  
Para cara do sossego!  
(Sêgo! Sêgo! Sêgo! Sêgo!)  
Pois paz sem voz, paz sem voz  
Não é paz, é medo!  
(Medo! Medo! Medo! Medo!)

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?”

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?”

A minha alma tá armada e apontada  
Para a cara do sossego!  
(Sêgo! Sêgo! Sêgo! Sêgo!)  
Pois paz sem voz, paz sem voz  
Não é paz é medo  
(Medo! Medo! Medo! Medo!)

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz ?”

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?”

As grades do condomínio  
São pra trazer proteção

Mas também trazem a dúvida  
Se é você que tá nessa prisão

Me abraçe e me dê um beijo  
Faça um filho comigo  
Mas não me deixe sentar na poltrona  
No dia de domingo (domingo!)

Procurando novas drogas de aluguel  
Neste vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?”

Às vezes eu falo com a vida  
Às vezes é ela quem diz  
“Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?”

As grades do condomínio  
São prá trazer proteção  
Mas também trazem a dúvida  
Se é você que tá nessa prisão

Me abraçe e me dê um beijo  
Faça um filho comigo  
Mas não me deixe sentar na poltrona  
No dia de domingo (domingo!)

Procurando novas drogas de aluguel  
Neste vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo  
Procurando novas drogas de aluguel  
Neste vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Me abraçe e me dê um beijo  
Faça um filho comigo  
Mas não me deixa sentar na poltrona  
No dia de domingo! (domingo!)

Procurando novas drogas de aluguel  
Neste vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Procurando novas drogas de aluguel  
Neste vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo  
É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo (O RAPPÀ, 1999)

A letra de “Minha alma”, diferindo das letras anteriormente analisadas, não apresenta cenas de violência. Todavia, esta se faz presente na sua ausência, aludida nos seguintes versos: “As grades do condomínio/ São para trazer proteção/ Mas também trazem a dúvida/ Se é você que está nessa prisão”. Dessa forma, o eu-lírico questiona um tipo de “paz” que impera nesse espaço, em que “as grades do condomínio” podem ser interpretadas tanto como “proteção” quanto como “prisão”. De modo crítico, o eu-lírico se recusa a seguir essa “paz”, rejeitando, assim, o *status quo*. Combativo, o eu-lírico aponta a sua alma “Para cara do sossego”, “Pois paz sem voz, paz sem voz/ Não é paz, é medo!”. A canção se torna, assim, essa “voz” que denuncia um “sossego” aparente, que encobre um ambiente de potencial violência. Não é uma arma apontada, mas sim a alma, em que o medo parece minar as relações afetivas, que leva o eu-lírico a fazer um apelo: “Me abrace e me dê um beijo/ Faça um filho comigo”. É um falso “sossego”, cujo ápice seria sentar-se “na poltrona/ no dia de domingo”, diante da TV ou desse “vídeo coagido”.

Sendo assim, mesmo que sub-repticiamente, repete-se aqui uma crítica à própria desigualdade social como algo dado, em que a segurança da “grade do condomínio” faz com que o indivíduo esteja preso no seu mundo delimitado pelo medo. Constroem-se grades e mais grades para conter a violência do espaço urbano, mas toma-se esta como algo dado e mesmo banalizado. E é esse o aspecto que desperta a revolta no eu-lírico, pois este está consciente do que o termo “paz”, na verdade, designa: “É pela paz que eu não quero seguir/ É pela paz que eu não quero seguir/ É pela paz que eu não quero seguir admitindo”. Pois tal “pacificação” não se reflete em mudança de base socioeconômica, educacional e política na sociedade, que torne dispensáveis as “grades” de “proteção” e de “prisão”.

De acordo com o pesquisador Jorge Luiz do Nascimento,

a poesia popular das canções, com ironia ou penar, de forma mais aberta ou oculta, muitas vezes problematizou essas relações, exibindo as fissuras de uma sociedade desigual, que sempre usou os aparelhos repressivos para excluir e manter parte da população confinada, sendo esta punida dentro ou fora de seu território. (NASCIMENTO, 2019, p. 79)

A canção “Minha alma”, em seu teor de resistência, é um exemplo autêntico da problematização das relações sociais conflituosas e excludentes, que se revelam em discursos legitimadores da violência.

### **CRIMES, VIOLÊNCIAS, DROGAS E PAZ INDESEJADA NO ESPAÇO URBANO – A GUIA DE CONCLUSÃO**

As quatro letras analisadas neste breve estudo, num espaço que cobre três décadas – revelam alguns pontos em comum. O principal deles é a crítica ao potencial de violência no espaço urbano. No caso da canção “De frente pro crime”, a banalização da violência se faz presente com toda a sua contundência, mas esta pode ser tomada como uma forma de crítica. Em “Veraneio Vascaína”, a violência de Estado ganha nítidos contornos. Já a canção “Periferia é periferia” faz uma crítica contundente ao *status quo*, num espaço topográfica e socialmente à margem, da “cidade cindida”, onde impera o mundo das drogas e de toda espécie de crimes. Por fim, “Minha alma” revela a inquietação de um sujeito que se recusa a seguir uma “paz” imposta, paz essa que resulta de uma legitimação da desigualdade social como algo dado, e não como algo a ser superado por políticas públicas que valorizem a educação e combatam, de maneira consequente, os mecanismos de exclusão sócio-econômico-racial.

Sem dúvida, cada uma ao seu modo, seja no ritmo da MPB, do rock, do rap ou do reggae, as letras dessas canções da música popular reiteram também uma ausência efetiva do Estado no combate à violência, e, sobretudo, à miséria e à desigualdade social. Suas instituições surgem como ineficazes, seja a escola que permanece vazia em “Periferia é periferia”, seja em “Veraneio Vascaína”, em que a instância policial surge como agente promotor de violência, ou seja ainda por sua ausência em “De frente pro crime”, em que sequer o corpo é recolhido prontamente, e também em “Minha alma”, em que se erguem “grades” para obter “proteção”.

Espaço urbano e violência – essa relação recebe nítidos contornos nas letras das canções analisadas. Podemos pensá-las aqui, utilizando uma expressão de Arthur Nestróvski (2002, p. 15), como oriundas do “espaço de resistência” promovido pela música popular. O que subjaz a todas elas é uma sociedade pautada pela desigualdade e pelos privilégios de poucos em detrimento de muitos. Numa “sociedade de privilégios”, com um ranço secular, que legitima a miséria como parte de sua

própria existência, o espaço urbano evidencia esse *status quo* em forma de violência, de modo que tais canções tentam mandar o seu “recado” e sua “crítica” acreditando em dias melhores.

Todavia, como nos lembra Karl Erik Schøllhammer, “se a violência é a brutal expressão de uma ausência de negociação social, ao mesmo tempo é a demanda impotente de outra forma de simbolização, cuja energia pode ser um poderoso agente nas dinâmicas sociais” (SCHØLLHAMMER, 2013, p. 98).

## REFERÊNCIAS

BOSCO, João. *De frente pro crime* (1975; **Caça à raposa**). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/joao-bosco/46513/>; acesso em: 03 out. 2016.

BOSI, Alfredo. *Narrativa e resistência. Itinerários*. Araraquara, SP, n. 10, p. 11- 27, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577/2207> ; acesso em: 25 jan. 2021.

BURNETT, Henry. *Cultura popular, música popular, música de entretenimento: o que é isso, a MPB? Artefilosofia*. Ouro Preto, n. 4, p. 105-123, jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/raf/article/view/740>; acesso em: 28 jan. 2021.

CAROCHA, Maika Lois. **Pelos versos das canções**: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Dissertação, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp056879.pdf>; acesso em: 16 abr. 2021.

GARCIA, Walter. *Ouvindo Racionais MC'S. Teresa*: revista de Literatura Brasileira [4 | 5], São Paulo, p. 166-180, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116377>; acesso em: 20 abr. 2021.

GINZBURG, Jaime. *Tempos sombrios*. In: GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 77-103.

GOUVÊA, Maria Aparecida Rocha. “*Você corta um verso, eu invento outro*”: o poder linguístico-discursivo da música de protesto no período da ditadura militar. **Literatura e Autoritarismo**. Santa Maria, RS, n. 23, p. 22-32, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/13954/pdf>; acesso em: 27 jan. 2021.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. **Governo, resistência e práticas de subjetivação em Michael Foucault**. Dissertação, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2013, p. 56-62. Disponível em: [http://www.btdt.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6079](http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6079) ; acesso em: 24 abr. 2021.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e ensino de história**: palavras, sons e tantos sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NASCIMENTO, Jorge Luiz do. *Violência policial, racismo e resistência: notas a partir da MPB*. In: VERMES, Mônica; SODRÉ, Paulo Roberto; SALGUEIRO, Wilberth (orgs.). **Entre literatura e música**. Vitória, ES: EDUFES, 2019, p. 71-97.

NATHANAILIDIS, Andressa Zoi. *Das fissuras sociais ao grito pela arte: o rap, a revolta e a política, nos trâmites de uma “nova canção”*. 2011. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Recife, PE – 2 a 6 set. 2011, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2333-1.pdf>; acesso em: 25 jan. 2021.

NESTRÓVSKI, Arthur. *Apresentação: na zoeira da banguela*. In: NESTRÓVSKI, Arthur (org.). **Música Popular Brasileira hoje**. 2. Ed., São Paulo: Publifolha, 2002, p. 12-15.

O RAPP. *Minha alma* (1999; **Lado B Lado A**). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/o-rappa/28945/>; acesso em: 03 out. 2016.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. *Música e vida urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990-2008)*. **Corpocidade**. Salvador, BA, 2008. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/AnitaLoureiroOliveira.pdf>; acesso em: 17 abr. 2021.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. *A ética da resistência*. **Ecopolítica**. São Paulo, n. 2, p. 37-63, 2011-2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9089> ; acesso em: 15 abr. 2021.

PELLEGRINI, Tânia. *No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje*. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, DF, n. 24, p. 15-34, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9003> ; acesso em: 25 jan. 2021.

RACIONAIS MC's. *Periferia é periferia* (1997; **Sobrevivendo no inferno**). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/72468/>; acesso em: 03 out. 2016.

RUSSO, Renato; LEMOS, Flávio. *Veraneio Vascaína* (1986; **Capital Inicial**). disponível em: <https://www.letras.mus.br/capital-inicial/6794/>; acesso em: 03 out. 2016.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *A violência como desafio para a literatura brasileira contemporânea*. In: SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Cena do crime: violência e realismo no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 39-102.

SOUZA, Rosângela; PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. *A música como instrumento de resistência contra a repressão da ditadura no período em torno de 1968 a 1979*. In.: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE (Artigos)**. Curitiba, Governo do Estado do Paraná, p. 2-17, 2013. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_ue\\_pg\\_hist\\_artigo\\_rosangela\\_de\\_souza.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ue_pg_hist_artigo_rosangela_de_souza.pdf); acesso em: 25. jan. 2021.

VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento: música, festivais e censura**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11768>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11768>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 55-54.

Submissão: 15/07/2021

Aprovação: 09/10/2021

## NARRATIVA DE VÍCTIMAS, IMPUNIDAD Y RELIGIOSIDAD DE LOS SECTORES MEDIOS EN URUGUAY: POSIBLES IMPUGNACIONES AL CAMPO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS

*NARRATIVE OF VICTIMS, IMPUNITY AND RELIGIOSITY OF THE MIDDLE SECTORS IN URUGUAY: POSSIBLE CHALLENGES TO THE FIELD OF MEMORY AND HUMAN RIGHTS.*

Natalia MONTEALEGRE 

Universidad de la República (UDELAR – Uruguay) <sup>1</sup>

**Resumen:** Este artículo profundiza en algunos aspectos de las relaciones entre impunidad, sectores medios y religiosidad en Uruguay a partir de la narrativa pública de un hijo de detenidos desaparecidos, autor *best seller*, terapeuta gestáltico y *neochamán* uruguayo. Interesa su producción de carácter autobiográfico, porque permite adentrarse en algunos aspectos dilemáticos que impugnan el sentido común en torno a los conceptos de *memoria* y *justicia*, compartidos en el *campo de la memoria* y *los derechos humanos*, desde una perspectiva que advierte sobre cómo puede impactar en diversos ámbitos el *ethos del confort individual*. Escrito en un contexto de pandemia mundial, este texto contribuye a la reflexión sobre las potenciales consecuencias del desarrollo de universos de sentido sobre los pilares del *individualismo* y la *autonomía*, y su potencial oposición a la universalidad de los derechos humanos. Al mismo tiempo, evidencia el entrecruzamiento entre religiosidad y política en el Cono Sur a través de la narrativa de una víctima -integrante de la segunda generación-, que construye un *proyecto biográfico* que hace posible la formación de una familia feliz.

**Palabras clave:** impunidad, derechos humanos, segunda generación, Uruguay.

**Abstract:** This article delves into some aspects of the relationship between impunity, middle sectors and religion in Uruguay, based on the public narrative of a group of disappeared detainees, bestselling author, gestalt therapist and Uruguayan neochamán. Its production of an autobiographical nature is of interest, because it allows us to enter into some dilemmatic aspects that challenge the common sense around concepts of memory and justice, shared in the field of memory and human rights, from a perspective that provides insight into how it can impact in different areas the ethos of individual comfort. Written in the context of a world pandemic, this text contributes to a reflection on the potential consequences of the development of universes of meaning on the pillars of individualism and autonomy, and their potential opposition to the universality of human rights. At the same time, it highlights the intersection between religion and politics in the Southern Cone through the narrative of a victim -member of the second generation-, who builds a biographical project that makes possible the formation of a happy family.

**Keywords:** Impunity Human Rights. Second Generation. Uruguay.

---

<sup>1</sup> Profesora del Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, Uruguay. *E-mail:* [montealegre.alegria@gmail.com](mailto:montealegre.alegria@gmail.com)

## INTRODUCCIÓN

Este texto profundiza en algunos aspectos de las relaciones entre impunidad<sup>2</sup>, sectores medios y religiosidad en Uruguay. El punto de partida es una investigación<sup>3</sup> en torno a la narrativa pública de un hijo de detenidos desaparecidos<sup>4</sup>, Alejandro Corchs Lerena, autor *best seller*, terapeuta gestáltico y *neochamán* uruguayo<sup>5</sup>.

Esta producción autobiográfica permite adentrarse en algunos aspectos dilemáticos que impugnan el sentido común en torno a los conceptos de *memoria* y *justicia*, compartidos en el *campo de la memoria y los derechos humanos*, desde una perspectiva que advierte sobre cómo puede impactar en diversos ámbitos el *ethos del confort individual*.

Para adentrarnos en estos aspectos, vale tener presente que el mito de origen de la narrativa de Corchs Lerena tendrá lugar en el quiebre biográfico que supone la desaparición forzada de su madre y padre en el marco del Plan Cóndor. Este crimen de lesa humanidad acontece en Argentina pero tiene su origen en la militancia de sus padres opositores a los regímenes de facto en la región. Uruguay, su país de origen, pasó de las medidas prontas de seguridad con la actuación ilegítima del Estado (1968-1973) a la dictadura cívico-militar y su práctica de terrorismo de Estado (1973-1985), sin razón de continuidad. Al mismo tiempo, existieron una serie de prácticas de solidaridad internacional y coordinación entre las organizaciones revolucionarias del Cono Sur que fueron brutalmente reprimidas en el marco del Plan Cóndor, que hoy podemos reconocer como vinculado con el Acuerdo Teseo, en el que les propongo detenernos un momento.

<sup>2</sup> Tomaré la definición aportada por la Corte Interamericana de Derechos Humanos, que entiende la impunidad como «la falta en su conjunto de investigación, persecución, captura, enjuiciamiento y condena de los responsables de las graves violaciones de los derechos humanos» atendiendo a que “el Estado tiene la obligación de combatir tal situación por todos los medios legales disponibles ya que la impunidad propicia la repetición crónica de las violaciones de derechos humanos y la total indefensión de las víctimas y sus familiares”. Véanse, entre otros: *Ivcher Bronstein vs. Perú*, Corte idh, Serie C Nn.º 74, párr. 186, 6 de febrero de 2001; *Tribunal Constitucional vs. Perú*, Corte idh, Serie C n.º 71, párr. 123, 31 de enero de 2001; *Velásquez vs. Guatemala*, Corte idh, Serie C n.º 70, párr. 211, 25 de noviembre de 2000. Véase también: Comisión de Derechos Humanos, ONU (2005), *Conjunto de principios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad*, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de febrero. Sobre el desarrollo específico en Uruguay en relación con el Sistema de Derechos Humanos, véase Guianze, 2016.

<sup>3</sup> La investigación se encuentra resumida en el libro *El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis* (MONTEALEGRE, 2019).

<sup>4</sup> Según la información disponible en la Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente de Presidencia de la República de Uruguay, el secuestro de sus padres -Elena Lerena y Alberto Corchs- tuvo lugar el 21 de diciembre de 1977 a las 19 horas. en el domicilio de la pareja, sito en La Lucila, Provincia de Buenos Aires, Argentina. El niño se encontraba con su madre, quien lo dejó en manos de unos vecinos que cuidaron de él hasta que fue posible entregarlo a sus abuelos maternos.

<sup>5</sup> Para más detalles sobre esta caracterización, véase Scuro, 2016.

## TESEO Y LA IMPUNIDAD TRASNACIONAL

El viernes 12 de abril de 2019, el Gobierno de Estados Unidos (EE. UU.) entregó al ministro argentino de Justicia 47 mil páginas de documentos desclasificados pertenecientes a archivos de la *Central Intelligence Agency* (CIA), el *Federal Bureau of Investigation* (FBI) y otras agencias estadounidenses de seguridad e inteligencia sobre la última dictadura argentina (1976-1983) y su llamada “guerra sucia”.

Como parte de los hallazgos (confirmaciones, en muchos casos) se encuentra una reunión llevada a cabo en Santiago de Chile en mayo de 1976, en la que participaron los entonces jefes de la policía secreta de las seis dictaduras del Cono Sur de América (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay) con el objetivo de crear una “nueva unidad” destinada a exterminar a los izquierdistas en diversas partes del mundo, incluyendo Europa y otros países de América Latina.

Según uno de los documentos desclasificados de la CIA, esta unidad se denominó “Teseo” (en referencia al rey griego *Theseus*, que mató a golpes de puño al Minotauro) y fue constituida bajo el paraguas del conocido como “Plan Cóndor”. Dentro de los documentos también se refiere un acuerdo, firmado en 1976, entre los países que hicieron parte de este Plan, para establecer cómo debía financiarse la unidad “Teseo”, que tuvo su base en Argentina.

El texto obtenido por la CIA, titulado “Acuerdo de los países Cóndor en relación con la regulación de sus operaciones contra objetivos subversivos”, establecía que cada gobierno dictatorial debía aportar 10 mil dólares para costes operativos y pagar una cuota de 200 dólares “antes del 30 de cada mes”. Esto, entre otros detalles, como, por ejemplo, que los agentes asignados a misiones de asesinatos en el extranjero necesitaban 3.500 dólares cada diez días y se les ofrecía mil dólares para la compra de ropa en su primera operación. Se incluye, asimismo, información del interés de los servicios de inteligencia de Francia, el Reino Unido y la República Federal de Alemania (RFA) que, según un cable de la CIA, -fechado el 7 de abril de 1978, visitaron Argentina para discutir sobre “métodos para el establecimiento de una organización antisubversiva similar a "CÓNDOR"”. También de esos documentos desclasificados se desprende información concreta que permite dilucidar las condiciones del secuestro y asesinato, con fines netamente económicos, del Embajador de Argentina en Venezuela, Héctor Hidalgo Solá<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Secuestrado el 18 de julio de 1977 en Buenos Aires, hasta la fecha permanece desaparecido, hay sobrevivientes que lo identifican como detenido en el centro clandestino de detención, tortura y exterminio que funcionó en la Escuela de Mecánica de la Armada en Argentina.

Resulta pertinente destacar que el liderazgo de la CIA conocía que los países integrantes del "Plan Cóndor" planificaban asesinar a los integrantes de la Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR), y le preocupaba que ese tipo de operaciones tuvieran "ramificaciones políticas adversas" para la propia agencia por su apoyo al Plan Cóndor. En este sentido, en un *memorandum* emitido entre julio y agosto de 1976, Raymond A. Warren, quien fuera jefe de Latinoamérica dentro de la CIA, estableció: "Hay que tomar todas las precauciones [...] para asegurarnos de que la agencia no sea acusada por error de ser parte de este tipo de actividad".

Dentro de "ese tipo de actividad" encontramos hechos que resultan hitos en la construcción de las memorias del pasado reciente. Quiebres biográficos que tiñen las experiencias vitales y trastocan, cambian las relaciones sociales y sus sentidos, como los delitos de *lesa humanidad*. Uno de estos, flagrante y activo hasta el presente, es la desaparición forzada de personas.

De las personas detenidas desaparecidas de nacionalidad uruguaya, la mayoría fueron secuestradas en Argentina. Esto produce una extraña filiación entre *HIJOS* de Uruguay y los del vecino país (SEMPOL, 2016; MOSQUERA, 2012). También facilitó el acceso a la justicia en muchos casos, porque mientras que en Argentina se desarrollan los juicios orales y públicos contra los genocidas, en Uruguay la impunidad ha acompañado las políticas gubernamentales desde la apertura democrática hasta el presente, aunque con matices dependiendo del período.

En sus investigaciones sobre Uruguay, Mariana Allier (2010; 2015) ha identificado cuatro períodos en la recuperación de la memoria dictatorial, a los que denomina correlativamente como: "la explosión de la memoria, 1985-1989", "La represión del pasado, 1990-1995" y "El regreso del pasado, 1996-2004". La autora plantea como cuarto período uno de "implantación de la justicia, el esclarecimiento del pasado y el dominio de la historia, 2005-2014" (ALLIER, 2015).

El trabajo empírico con las organizaciones del campo de la memoria y los derechos humanos -en particular, con Memoria en Libertad (MONTEALEGRE y PEIRANO 2013 y 2020; IRRAZÁBAL y OTROS, 2010, 2012a y 2012b; MONTEALEGRE y SAPRIZA, 2020)- permite matizar estas denominaciones propuestas de los períodos—, especialmente este último. La denominación asignada por Allier se sustenta en la promulgación de leyes reparatorias. Aunque eso es cierto, también hay que considerar que esa serie de normativas nacionales para la reparación de las víctimas (Leyes N° 18033, N° 18596 y N° 19859) no cumplen con los estándares internacionales, colidan, en algunos casos, con los derechos laborales y carecen de mecanismos acordes a la cantidad y características del número de sobrevivientes existente en el país. El trabajo de Allier (2015), del mismo modo que el de Sapriza (2007 y 2009, entre otros), permite visualizar con claridad la existencia

de ciclos de la memoria, que la evocan o silencian, teñidos fuertemente por las decisiones político-institucionales.

## ORGANIZACIONES DE “HIJOS DE” Y LAS LUCHAS POR LA MEMORIA

En Uruguay percibimos una suerte de dicotomía entre las organizaciones de derechos humanos y las instituciones o personas abiertamente “negacionistas” o que se oponen explícitamente a los juicios, identificando como legítimas en el ámbito político solo a aquellas entidades o sujetos que se presentan como tales. Desde esa perspectiva reduccionista, las voces atendibles (aunque con ciertas dificultades aún) a la hora de considerar las tensiones y disputas en las “luchas por la memoria” son las de “hijos de” -o integrantes de la segunda generación- y principalmente de quienes provienen de colectivos organizados.

En este país del Cono Sur se pueden identificar tres organizaciones de la llamada segunda generación: *HIJOS*, fundada en 1996 e integrada, centralmente, por hijos e hijas de uruguayos detenidos desaparecidos; *Niños en cautiverio político*, creada en 2007 y compuesta por personas que nacieron o vivieron con sus madres durante el cautiverio político; y el colectivo *Memoria en Libertad*, que en sus inicios agrupaba fundamentalmente a hijas e hijos de sobrevivientes a la prisión política prolongada y que hoy cuenta con una amplia diversidad de situaciones entre sus integrantes<sup>7</sup>.

Estos tres colectivos interpelan al campo de la memoria y los derechos humanos en Uruguay (entre otros) respecto de quiénes son los protagonistas de la historia y sus jerarquías internas, ponen nombres y trayectorias personales a los desaparecidos<sup>8</sup>, y también muestran un claro compromiso con la universalidad de los derechos humanos y la búsqueda de justicia, en relación a los delitos cometidos durante la dictadura cívico-militar por agentes del Estado o con la anuencia de este<sup>9</sup>.

Las demás producciones culturales o religiosas desarrolladas por “hijos de” suelen percibirse como ajenas a la política. Son categorizadas como experiencias pertenecientes al ámbito privado, de

<sup>7</sup> El colectivo surge en Montevideo en 2008 y se disuelve en 2011, resurgiendo en 2018 e integrando hijos e hijas de exiliados, personas que siendo niños nacieron o vivieron en cautiverio político junto a sus madres y también en 2019 consolida agrupaciones en diferentes departamentos de Uruguay, ampliando su organización más allá de la capital del país.

<sup>8</sup> Las organizaciones de “hijos de” en Uruguay comparten lo ya señalado por Basile (2019<sup>6</sup>) para el caso argentino y es la búsqueda por establecer la identidad política y personal de los detenidos desaparecidos, trascendiendo el número o la silueta, se trata de operaciones de “aparición”, que en el caso de la narrativa pública a la que nos referimos adquiere una expresión más radical porque efectivamente los padres aparecen a partir de la participación del protagonista en la ceremonia de Búsqueda de Visión del Camino Rojo (CORCHS, 2011a, 2011b y 2013).

<sup>9</sup> Véanse Serpaj (2009), Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo (2013), Guianze (2016), entre otros.

carácter meramente individual. Así, como resultado de esa división entre público y privado, se establece una *individuación* de esas experiencias. Este proceso de individuación, que enajena la experiencia religiosa de relaciones sociales más amplias, le sitúa, mediante una falacia, fuera del ámbito de la política, teniendo como soporte de sentido para esa división, la separación del Estado moderno de la Iglesia católica, que en Uruguay tuvo lugar en 1968.

Vale tener presente que la Constitución de la República Oriental del Uruguay en su primera sección, titulada *De la Nación y su Soberanía*, establece en su Artículo 5° que:

“Todos los cultos religiosos son libres en el Uruguay. El Estado no sostiene religión alguna. Reconoce a la Iglesia católica el dominio de todos los templos que hayan sido total o parcialmente construidos con fondos del Erario nacional, exceptuándose sólo las capillas destinadas al servicio de asilos, hospitales, cárceles u otros establecimientos públicos. Declara, asimismo, exentos de toda clase de impuestos a los templos consagrados al culto de las diversas religiones”.

Esta concepción de que las creencias religiosas no deberían incidir en la política nacional y que su ámbito de acción se reduce a los espacios privados de cada individuo -más allá de los datos fácticos que permiten discutirla-, también es extrapolable al campo de disputas en torno a la memoria del llamado pasado reciente. Es así que las narrativas a considerar como parte de las tensiones suelen restringirse al género testimonial que explícitamente tenga como foco la denuncia.

60

A esto se suman las décadas de trabajo de múltiples organizaciones de derechos humanos (de las que Abuelas de Plaza de Mayo de Argentina podría ser el ejemplo más conocido), que demuestran la necesidad de respetar la diversidad de experiencias subjetivas de quienes fueron objeto de violaciones a sus derechos por parte del Estado durante su infancia, en particular quienes fueron apropiados, y brindar el tiempo y espacio que cada caso requiera sin moralizar sus prácticas, habilitando el acceso a la familia de origen más allá de las reacciones primarias<sup>10</sup>.

Esto ha incidido también en las condiciones de posibilidad de analizar las implicancias políticas de esas prácticas. El compromiso académico con la temática ha implicado una suerte de autocensura en el tratamiento de las narrativas de las víctimas. Postura que se sustenta en el imperativo ético de evitar cualquier tipo de revictimización, pero que, al mismo tiempo, obtura las posibilidades de problematizar los sentidos que se van construyendo respecto a la memoria y sobre *quién* o *quiénes* cuentan con la legitimidad para hacerlo. En este sentido, permitirse respetuosamente analizar las narrativas de las víctimas resulta necesario y pertinente para dar cuenta de la complejidad de las luchas por la memoria (JELIN, 2002) en diversos contextos. La categoría víctima incorpora la

<sup>10</sup> Sobre este tópico y en relación [a-con](#) las experiencias en Uruguay, véase: Mosquera, 2012.

legitimidad a toda una red de relaciones sociales significativas, principalmente por medio del *familismo* (JELIN, 2011; VECCHIOLI, 2017), de tal manera que el vínculo parental por sí mismo habilita el estatus de verdad en ciertos sectores de lo que sea que se enuncie respecto al familiar muerto, torturado o desaparecido.

Por lo general, lo que se expresa está ligado a la obligatoriedad moral de la búsqueda de justicia por parte del familiar, producción de sentidos acorde a la postura hegemónica del campo de la memoria y los derechos humanos respecto a los crímenes cometidos por los Estados en el Cono Sur. En los últimos años, ese “sentido común compartido”, ligado al acceso a la justicia, se sustenta en los dispositivos legitimados como productores de verdad (como, por ejemplo, las pruebas de ADN), entre los que se destaca la Antropología Forense. En ese ámbito de actuación, la relación entre la humanidad (la persona) y la osamenta ocupa un lugar central. Es a través de esta disciplina, como poder instituyente ante la desaparición forzada, que los llamados *desaparecidos* han sido conceptualizados como nombres sin cuerpos (HUFFSCHMID, 2015). A la par, la posibilidad para los familiares de concretar el duelo y hacer justicia (HUFFSCHMID, 2015: 210) se ha centrado en la búsqueda e identificación de los restos de sus familiares. De tal modo que el cuerpo en sí mismo (sin vida, e independientemente de la fecha estimable de muerte) es conceptualizado como portador de derechos (PEROSINO, 2012). Desde esa perspectiva, la persona desaparecida queda radicada en el resto óseo que le posibilita, incluso, llegar a ser testigo de su propio asesinato.

Sin embargo, la relación entre cuerpo y persona varía de acuerdo a los diversos contextos culturales y políticos<sup>11</sup>. Este es uno de los elementos relevantes a la hora de atender la narrativa pública a la que hacía referencia al inicio, a partir de la pregunta: ¿qué ocurre cuando una narrativa no solo impugna esos sentidos hegemónicos del campo de la memoria y los derechos humanos desde una posición individual (como en los casos de hijos apropiados que se niegan a hacerse los análisis de ADN o reniegan en primera instancia de su familia biológica), sino que se transforma en un discurso público de alto impacto promotor de otros sentidos que develan un hecho social mayor?

## LA AUTOBIOGRAFÍA DE UN HIJO

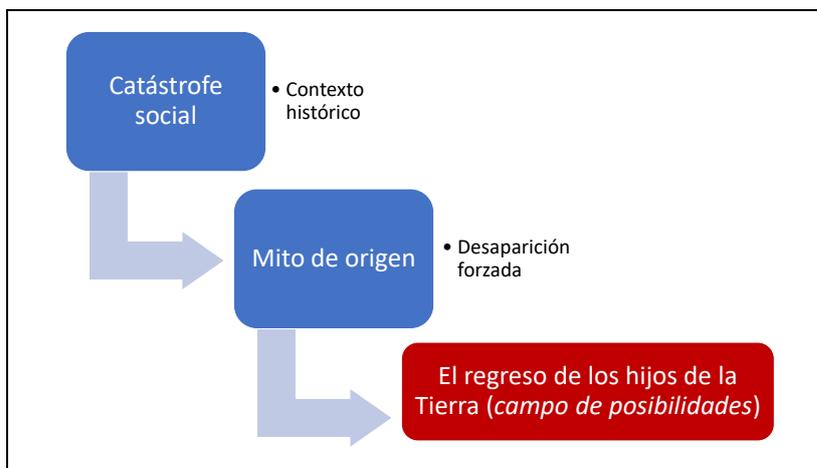
Los trabajos que analizan la narrativa de hijos e hijas en la región se han acrecentado con el paso del tiempo, tal como evidencian algunos de los textos en este mismo volumen. La ficción se

<sup>11</sup> Vale recordar que un sector de la Asociación Madres de Plaza de Mayo en determinado momento se opuso categóricamente a la búsqueda de los restos de sus hijos e hijas (GORINI, 2008: 308), en un contexto en que la consigna “Vivos se los llevaron, vivos los queremos” aún formaba parte de las consignas de la organización en Argentina.

entrelaza con los modos en que la memoria de la segunda generación da cuenta de experiencias de fragmentación y construcciones de sentido que requieren múltiples lenguajes. Lo testimonial canónico es interpelado al incorporarse la parodia polifónica, entre otros pliegues de sentido superpuestos.

En este trabajo, tal como adelanté, se abordarán algunos aspectos de la narrativa pública de un hijo de detenidos desaparecidos, autor *best seller*, terapeuta gestáltico y *neochamán* uruguayo que se encuentran en tres libros que integran la serie *El regreso de los hijos de la tierra* (CORCHS, 2011a, 2011b, 2013).

Los libros se presentan como un texto autobiográfico. En ellos, el autor explicita el objetivo de compartir una experiencia de búsqueda espiritual y sanación. Se describe *la redención* del personaje mesiánico, llamado Alejandro Corchs Lerena, que, a partir de un encuentro (un agenciamiento) en una *catástrofe fundante*<sup>12</sup> (la desaparición forzada de su madre y de su padre), es adoptado en el marco del Camino Rojo, una de las propuestas de las religiosidades de los sectores medios en Uruguay. Es a partir de ese encuentro, y las ceremonias asociadas, que construye una “familia feliz”.



A los efectos de este análisis resultan particularmente esclarecedores los trabajos precursores de Gilberto Velho respecto a los sectores medios brasileiros. La noción de *biografía*, tal como es conceptualizada por Velho, resulta de utilidad para el abordaje de estos textos en la medida en que incorpora de qué modo la trayectoria del individuo pasa a tener significado como elemento constituyente de la realidad (VELHO, 2003). Para ello, necesitará trazar *proyectos* que hagan posible lidiar con los sistemas de valores diferenciados y heterogéneos de la sociedad compleja, en la que “la

<sup>12</sup> Utilizo la categoría *catástrofe fundante*, tal como es conceptualizada por Gabriel Gatti (2011).

división social del trabajo y la distribución de riquezas delimitan categorías sociales distinguibles con continuidad histórica”<sup>13</sup> (VELHO, 1981:16, traducción propia). Atendiendo a que “la noción de complejidad trae también la idea de una heterogeneidad cultural que debe ser entendida como la coexistencia, armoniosa o no, de una pluralidad de tradiciones”<sup>14</sup> (VELHO, 1981: 16, traducción propia).

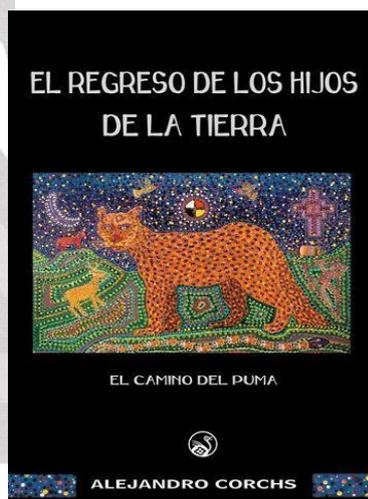


Imagen de portada del primer libro: Corchs, Alejandro (2011a) *El camino del puma*.

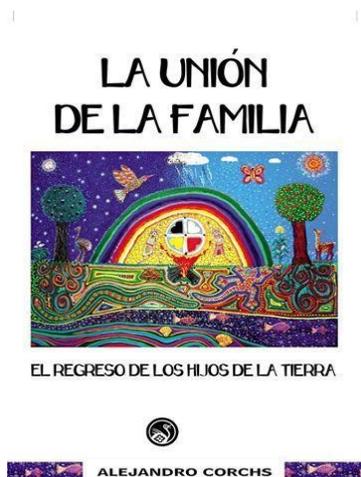


Imagen de portada del segundo libro: Corchs, Alejandro (2011b) *La unión de la familia*.

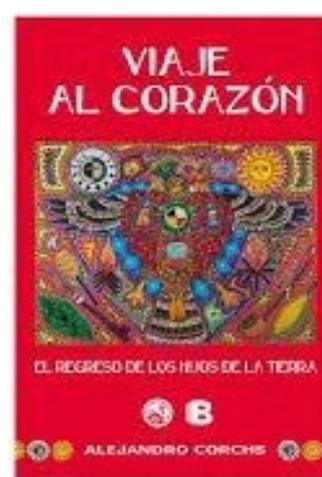


Imagen de portada del tercer libro: Corchs, Alejandro (2013) *Viaje al corazón*.

En estos tres libros se presenta esta *biografía*, en la que una serie de proyectos son puestos en competencia para brindar sustento finalmente al del protagonista, en el marco de promoción de un proyecto colectivo, para lo que su narrativa pública se configura también como una herramienta privilegiada de publicidad y visibilización del Camino Rojo<sup>15</sup>. Este camino es una de las propuestas *neochamánicas* existentes en Uruguay.

La incorporación del autor y su designación como líder de la organización, propició la imbricación entre estas esferas en el proceso de consolidación y separación del macromovimiento internacional por parte de la organización en el país. Una de las singularidades resultantes, analizada por el antropólogo uruguayo Juan Scuro, es que

<sup>13</sup> En el original: “a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica”.

<sup>14</sup> En el original: “a noção de complexidade traz também a ideia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições”.

<sup>15</sup> Sitio oficial original de la organización en Uruguay: [www.caminorojouruguay.org](http://www.caminorojouruguay.org); sitio actual <http://www.caminodeloshijosdelatierra.org>. El cambio de denominación responde al proceso de autonomización de la organización con respecto a la vertiente original con sede en México. Sobre ese proceso pueden consultarse Scuro (2016 y 2018).

“el proceso fue derivando en la construcción de un dispositivo terapéutico, de encuentro, de estudio y de trabajo individual y colectivo donde los espacios, conocimientos y sujetos que provienen del ámbito gestáltico se aproximaron a las novedosas técnicas de trabajo psicoespiritual provenientes del campo de los usos de las plantas sagradas y de las técnicas indígenas de cura” (SCURO, 2016: 200).

*Dispositivo* que, por sus características, hace posible la circulación de diversos proyectos.

*Proyecto* entendido en el sentido de Velho (2003), quien, tomando como base la fenomenología de Schutz (2012), lo define como: “la conducta organizada para alcanzar fines específicos”<sup>16</sup> (VELHO, 2003: 101, traducción propia). Esta conducta se torna una anticipación de la futura trayectoria biográfica del sujeto que traza esa posibilidad en un proceso que no será continuo, homogéneo ni lineal y que deberá ser comprendido con sus multiplicidades en la medida en que será un punto de intersección entre diferentes mundos (SIMMEL, 2006). Esto, porque el individuo-sujeto, tal como es conceptualizado por Velho, define (traza) su proyecto dentro del *campo de posibilidades* en el que está inserto; es por ese mismo motivo que interesa profundizar en la emergencia de esta narrativa dentro de las luchas por la memoria en Uruguay.

64

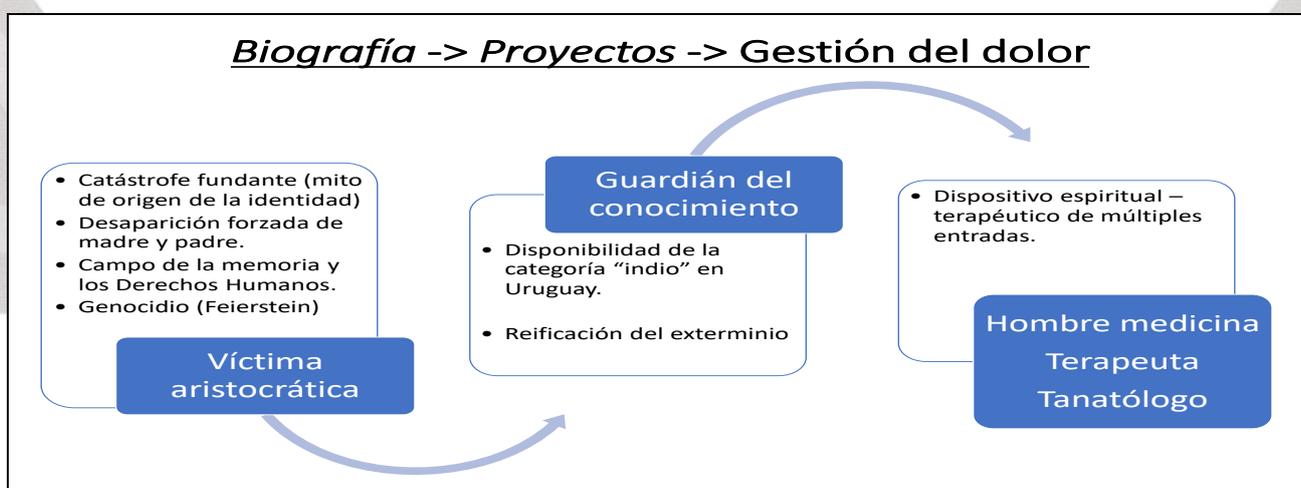
Los sentidos atribuidos en Uruguay a los hijos de desaparecidos hacen posible que, en esta biografía (que, como adelanté, delimita un proyecto que tendrá lugar en el desarrollo de una religiosidad autonómica de los sectores medios), el autor -como todo individuo-sujeto de estos sectores al momento de establecer un proyecto- utilice la dimensión de la *memoria* para considerar no solamente la acción presente que sirva de antelación a esa construcción futura, sino también las significaciones impresas en los acontecimientos pasados. En este punto es cuando la *retórica de la marca* vinculada a la desaparición de sus padres se entiende como movilizadora de espacios de aceptación de lo que sea, siempre y cuando aporte tranquilidad respecto al bienestar de la víctima -en este caso el autor- en el presente.

Para Velho (2003), y resulta pertinente en este contexto, la memoria es fragmentada de tal manera que el sentido que el individuo se da a sí mismo dependerá de la organización de sus fragmentos a lo largo de su trayectoria. Dicho de otro modo, atendiendo a la discontinuidad del pasado, la memoria constituirá también la construcción misma del proyecto y la construcción posterior a partir del significado que él -en este caso Alejandro Corchs Lerena y su entorno- confiere a los acontecimientos que serán presentados como significativos para la definición del proyecto y los soportes de su comunicación.

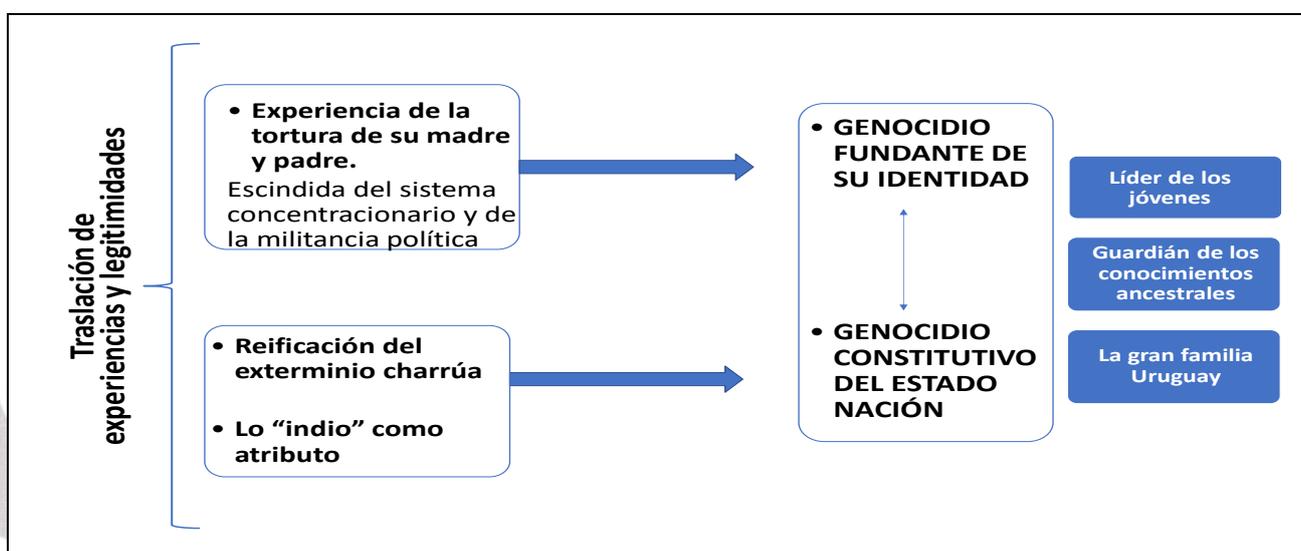
<sup>16</sup> En el original: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas”.

En la reiteración de la situación de ser hijo de detenidos desaparecidos se encuentra una exigencia de reconocimiento que “invoca un mundo de relaciones sociales de jerarquía, obliterando los aspectos ciudadanos de la modernidad” (GUIGOU, 2005: 15). En este sentido, la afirmación de Scuro resulta elocuente: “el mensaje y espiritualidad de Alejandro Corchs es tan bien recibido en el Uruguay por-que Corchs no es un “chamán”, “gurú”, “cura” o “líder espiritual” como cualquier otro. Corchs es, antes que nada, hijo de desaparecidos, víctima del terrorismo de Estado” (SCURO, 2016: 213).

El recorrido en términos de proyecto que describen los libros podría sintetizarse de la siguiente manera:



Proceso que es posible, según lo analizado (MONTEALEGRE, 2019) respecto a la construcción que el autor elabora a lo largo de estos tres libros, a través de la traslación y apropiación de una serie de experiencias y las legitimidades de las que son portadoras, como se resume en el siguiente cuadro:



El resultado de la articulación en la biografía entre el genocidio de los pueblos originarios (que es reificado en el texto) y el ser sobreviviente de un segundo genocidio en el marco del “Plan Cóndor”, se relaciona con la investidura -en tanto líder carismático- como líder de los jóvenes, por una parte, y guardián de los conocimientos ancestrales, por otra, integrándose de ese modo a una familia más amplia perteneciente al territorio nacional: al Uruguay.

Al mismo tiempo, esta articulación plantea y necesita una continuidad entre uno y otro proceso que se condensa en un concepto de memoria (como versión nativa) más amplio que como es entendida desde las organizaciones de derechos humanos vinculadas con el pasado reciente, porque trasciende la memoria de los seres humanos para radicarse en la tierra propiamente dicha como portadora de una serie de conocimientos que allí radican y será posible aprehender a través del camino que propone. Esa dimensión que cobra el concepto de memoria, trascendiendo las relaciones entre personas, también aparece ligada a la idea de justicia en relación a cierto equilibrio cosmológico que hace posible su despliegue trascendental. Aquí hay dos elementos especialmente relevantes: la reificación de un exterminio que es constitutiva del Estado-Nación uruguayo que invisibiliza a los charrúas en el presente<sup>17</sup>, así como una religiosidad que, desde el concepto de justicia trascendental, se opone en cierta medida a la universalidad de los derechos humanos.

66

Impugnación que cuenta con condiciones de posibilidad en el país, producto de las políticas de impunidad desarrolladas por parte del Estado a partir de la posdictadura, por una parte, y también por los múltiples intereses en juego en el presente que obturan los procesos de acceso a la justicia respecto a los delitos de lesa humanidad. Al mismo tiempo, la narrativa presenta un ejemplo de cómo lograr el bienestar aún en un contexto de impunidad, lo que resulta ciertamente esperanzador y tranquilizador para una parte de la población.

El interés en la Justicia y los mecanismos previstos por el Estado, relacionados con la desaparición de personas, entre otros crímenes de Estado, resultan clave por al menos dos motivos: porque la definición de la condición de víctima es un elemento sobre el que se erige la narrativa que nos ocupa y porque la *memoria histórica*, entendida como aquella que tiene la pretensión de contribuir a través de la producción de una verdad sobre los hechos de violencia política, se plantea como condición *sine qua non* para las garantías de no repetición por parte de los Estados, junto con la posibilidad de reparación de esas mismas víctimas-testigos. De tal manera que el “dolor es ingrediente

<sup>17</sup> Sobre este tópico puede consultarse, entre otros, a Rodríguez, 2019.

moral esencial en el proceso de reconciliación y construcción de un pasado común [...]. Víctima y memoria van de la mano con justicia y verdad” (IRAZUZTA, 2017: 53), ¿o no?

Al carácter de *best seller* de los libros, se suma que en 2019 -año electoral en Uruguay- se publicó la cuarta obra de la producción literaria que me ocupa (CORCHS, 2019) y que el diario *El País* editó, en 12 fascículos, los libros de este autor bajo el lema “Para vivir un presente en paz, no te pierdas esta colección”. La polisemia del eslogan publicitario elegido por el diario de mayor distribución en Uruguay, fundado en 1918, y que cuenta con un claro perfil conservador-liberal de derecha, no puede ser eludida.

## REFLEXIONES FINALES

A lo largo de este trabajo, mostré cómo una narrativa que en principio es reconocida como ajena al campo de la memoria y los derechos humanos, impugna parte de los sentidos atribuidos a los conceptos de memoria y justicia desde un ámbito que promueve cierta religiosidad en Uruguay. Esta propuesta *neochamánica* llega al país por medio de personas que pertenecen a sectores medios urbanos y es practicada mayoritariamente por este sector social (con su compleja delimitación), pero tiene como un elemento distintivo los valores que ordenan la experiencia religiosa signada por el *individualismo* y la *autonomía*. Ambos elementos son entendidos como aquellos valores que ordenan esa práctica<sup>18</sup>, y que ha sido posible analizar a través de la articulación de sus conceptos de *proyecto*, *biografía* y *campo de posibilidad* (VELHO, 1981, 2003 y 2006).

He presentado de qué modo esta narrativa pública contrasta con las de los otros agentes de la segunda generación, que demandan justicia o se posicionan desde una perspectiva universalista de respeto por los derechos humanos<sup>19</sup> y las normas internacionales respecto a la imprescriptibilidad de

<sup>18</sup> Para ello, la reflexión pionera de María Julia Carozzi sobre el “movimiento de la Nueva Era y las terapias alternativas” (CAROZZI, 2000) ~~que~~ parte del estudio de la genealogía de su desarrollo internacional haciendo posible contextualizar la emergencia del *neochamanismo* en el país.

<sup>19</sup> Una síntesis autorizada establece que “Los derechos humanos son derechos inherentes a todos los seres humanos, sin distinción alguna de raza, sexo, nacionalidad, origen étnico, lengua, religión o cualquier otra condición. Entre los derechos humanos se incluyen el derecho a la vida y a la libertad; a no estar sometido ni a esclavitud ni a torturas; a la libertad de opinión y de expresión; a la educación y al trabajo, entre otros muchos. Estos derechos corresponden a todas las personas, sin discriminación alguna” (ONU, 2017). Desde la carta de las Naciones Unidas de 1945, en su artículo primero, se puede observar cómo el Derecho Internacional de los Derechos Humanos viene positivando el derecho a la igualdad y la prohibición de la discriminación. Se trata de principios fundamentales que se encuentran consagrados en los diversos instrumentos internacionales, en el ámbito universal y en sistema interamericano. Partiendo de la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948, que a la fecha es reconocida como la norma fundamental del sistema internacional de protección de todas las personas. Este nivel general será complementado con los instrumentos específicos que atienden a la diversidad de problemáticas y en los diversos niveles que los Estados miembros de la ONU deberían atender.

los delitos de *lesa humanidad*, aun discrepando explícitamente en algunos casos con la práctica política de sus padres.

La distinción que establece la narrativa de Alejandro Corchs Lerena es razonable si entendemos esta propuesta religiosa en términos de una organización social promotora del *ethos religioso del confort personal* (VIOTTI, 2011: 5). Esta posición se opone a la obligación de orden moral (ZENOBI, 2014: 215) del familiar -analizada en otro contexto etnográfico- respecto a las demandas de justicia frente al Estado y al recorrido de sus múltiples instancias burocráticas.

La articulación entre individualismo y autonomía es la que habilita el desarrollo de proyectos que, al centrarse en el *ethos* del confort personal, requieran distanciarse de la universalidad de los derechos. Es sobre estos elementos que me interesa reflexionar e intercambiar.

En un contexto de pandemia que evidencia radicalmente las desigualdades sociales y en el contexto de gobiernos autoritarios en la región, problematizar los sentidos atribuidos a la memoria y la justicia, evidenciar las tensiones y develar la diversidad de actores, se impone, aunque resulte incómodo, como un imperativo ético para la producción de conocimiento socialmente significativo.

## REFERENCIAS

ALLIER, E. **Batallas por la memoria. Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay.** Montevideo-Ciudad de México: Ediciones Trilce-UNAM. 2010.

ALLIER, E. *De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates*, **Caravelle** [En ligne], 104. 2015. URL: <http://journals.openedition.org/caravelle/1615>; DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.1615>

BASILE, T. *Infancias: La narrativa argentina de hijos.* Villa María: Eduvim. Carozzi, M. J. (2000). **Nueva era y terapias alternativas. Construyendo significados en el discurso y la interacción.** Buenos Aires: EDUCA. 2019.

CORCHS, A. **El camino del puma.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 1. 2011a.

CORCHS, A. **La unión de la familia.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 2. 2011b.

CORCHS, A. **Viaje al corazón.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 3. 2013.

CORCHS, A. **La medicina del Amor.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El Regreso de los Hijos de la Tierra, 4. 2019.

GATTI, G. *El lenguaje de las víctimas: silencios (ruidosos) y parodias (serias) para hablar (sin hacerlo) de la desaparición forzada de personas*. **Revista Universitas Humanística**, (72), 89-109. 2011. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/791/79122328005.pdf>

GORINI, U. **La otra lucha. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. 1983-1986**. Buenos Aires: Norma. 2008.

GUIANZE, M. *La impunidad más allá de la Ley de Caducidad. Construcción de un marco jurídico nacional de derechos humanos vs. persistencia de la cultura de impunidad*. **Revue de l'Institut des langues et cultures d'Europe, Amérique, Afrique, Asie et Australie**. ILCEA, 26. 2016. Recuperado de <http://journals.openedition.org/ilcea/3916>

GUIGOU, L. N. **Sobre cartografías antropológicas y otros ensayos**. Montevideo: Hermes Criollo. 2005.

HUFFSCHMID, A. *Huesos y humanidad. Antropología forense y su poder constituyente ante la desaparición forzada*. **Athenea Digital**, 15 (3), 195-214. 2015. doi: 10.5565/rev/athenea.1565

INSTITUCIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y DEFENSORÍA DEL PUEBLO (INDHH) **Declaración sobre administración de justicia y derechos humanos**. 21 de febrero. 2013. Recuperado de: [www.cainfo.org.uy/2013/02/declaracion-de-la-institucion-nacional-de-derechos-humanos-sobre-administracion-de-justicia-y-derechos-humanos](http://www.cainfo.org.uy/2013/02/declaracion-de-la-institucion-nacional-de-derechos-humanos-sobre-administracion-de-justicia-y-derechos-humanos).

IRAZUZTA, I. *Memoria y víctima*. En: GATTI, G. (Ed.), **Un mundo de víctimas** Barcelona: Anthropos-Siglo Veintiuno Editores. pp. 36-72. 2017.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *De los malos entendidos a la «valija conceptual». Una discusión en torno a los abordajes «inter» disciplinarios/ e interfacultades en una línea de trabajo Extensión/Investigación*. **Seminario En clave inter. Reflexiones sobre la interdisciplina en la Udelar**. Montevideo: Universidad de la República. 2010.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *¿Cuál es tu historia? Infancia(s) y adolescencia(s) durante el terrorismo de Estado*. En **En clave Inter**. Montevideo: Espacio Interdisciplinario, Universidad de la República. 2012a.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *Desafíos de la memoria: interdisciplina y segunda generación*. **Revista Encuentros Uruguayos**, V (1), 278-291. 2012b. Recuperado de: <http://docplayer.es/20478385-Desafios-de-la-memoria-interdisciplina-y-segunda-generacion-enrico-irrazabal-graciela-sapriza-natalia-montealegre-alondra-peirano.html>

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI. 2002.

JELIN, E. *Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión*. **Política y Sociedad**, 48 (3), 555-569; 2011. DOI: 10.5209/rev\_POSO.2011.v48.n3.36420

JORGE, G. y FERNÁNDEZ HUIDOBRO, E. **Chile Roto. Uruguayos en Chile**. Montevideo: Editorial TAE. 1993.

MONTEALEGRE, N. **El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis.** Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. 2019.

MONTEALEGRE, N. y PEIRANO, A. *El dispositivo de la prisión política: resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay.* **Revista Contemporánea: Historia y problemas del siglo XX**, (4), 41-60. 2013. Dossier: «La prisión como arma política en América Latina, 1950-2000: nuevas miradas a un viejo tema». Recuperado de: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/2017/05/06/natalia-montealegre-y-alondra-peirano/>

MONTEALEGRE, N. y PEIRANO, A. *La visita carcelaria: un hito en las memorias de la segunda generación en Uruguay.* En: González, C. y Basile, T (Eds). **Las posmemorias. Perspectivas latinoamericanas y europeas/ Les post-mémoires. Perspectives latino-américaines et européennes.** Universidad Nacional de La Plata y Universidad de Bordeaux-Montaigne. pp. 147-174. 2020.

MONTEALEGRE y SAPRIZA, *Memorias: organizaciones de segunda generación en Uruguay (1985-2018).* En: GONZÁLEZ, C. y BASILE, T. (Eds.) **Las posmemorias. Perspectivas latinoamericanas y europeas/ Les post-mémoires. Perspectives latino-américaines et européennes** Universidad Nacional de La Plata y Universidad de Bordeaux-Montaigne. pp. 123-146. 2020.

70

MOSQUERA, S. **Huellas de las dictaduras en el Cono Sur: construcción de identidad/es en hijos de uruguayos apropiados y posteriormente localizados.** Tesis Maestría en Psicología Social, Facultad de Psicología, Universidad de la República, Montevideo [mimeo]. 2012.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU) **Derechos Humanos.** En **Naciones Unidas.** 2017. Recuperado de <http://www.un.org/es/sections/issues-depth/human-rights/index.html>

PEROSINO, C. **Umbral. praxis, ética y derechos humanos en torno al cuerpo muerto.** Tesis Doctoral. Universidad de Buenos Aires, Argentina. 2012.

RODRÍGUEZ, M. E. *El buen salvaje cosmológico y las apropiaciones new age.* En: MONTEALEGRE, N. **El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis** Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. pp. 173-181. 2019.

SAPRIZA, G. *Escritura de mujeres y memoria.* En MIRZA, R. (Ed.) **Teatro, Cuerpo, palabra, imagen. La escena contemporánea: una reflexión impostergable.** Montevideo: FHCE, Universidad de la República. 2007.

SAPRIZA, G. *Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violencia, cárcel, exilio.* En **Deportate, esuli, profughe. Rivista telematica di studi sulla memoria femminile**, 11. 2009. Recuperado de [http://www.unive.it/nqcontent.cfm?a\\_id=18891](http://www.unive.it/nqcontent.cfm?a_id=18891)

SCHELOTTO, M. *La dictadura cívico-militar uruguayaya (1973-1985): la construcción de la noción de víctima y la figura del exiliado en el Uruguay post-dictatorial.* **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 10 mars 2015, consulté le 05 avril 2020. URL:

<http://journals.openedition.org/nuevomundo/67888;>  
<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.67888>

DOI

:

SCURO, J. **Neochamanismo en américa latina. Una cartografía desde el Uruguay.** Tesis de Doctorado en Antropología social. Porto Alegre: UFRGS. 2016. Recuperado de: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140102/000990514.pdf?sequence=1>.

SCURO, J. *Interpellations and challenges in the neoshamanic and ayahuasca fields in Uruguay.* En CAIUBY, B. y CAVNAR, C. **The Expandig World Ayahuasca Diaspora. Appropriation, Integration and Legislation** Londres y Nueva York: Routledge. pp. 22-39. 2018.

SEMPOL, D. HIJOS Uruguay. *A 20 años de un ensayo de memoria generacional.* **Cuadernos de Aletheia**, (02), 53-60. 2016. Recuperado de: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/59535>

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ) **Uruguay Nunca Más: Informe sobre la violación a los derechos humanos.** 2.ª Edición. Montevideo: Serpaj Uruguay. 1989.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ) **Derechos Humanos en el Uruguay. Informe 2009.** Montevideo: Serpaj Uruguay. 2009.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia.** Río de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

VECCHIOLI, V. *Una memoria que transita por las venas: genética y emoción en los hijos de desaparecidos en Argentina.* En: GATTI, G. (Ed.), **Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales** Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes. pp. 227-248. 2017.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Río de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1981.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.). Río de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

VIOTTI, N. *Notas sobre sociedad y jerarquización en la nueva religiosidad de los sectores medios urbanos.* **Papeles de Trabajo. La Revista Electrónica del IDAES**, 5 (8), 135-152. 2011.

ZENOBI, D. **Familia, política y emociones. Las víctimas de Cromañón entre el movimiento y el Estado.** Buenos Aires: Editorial Antropofagia. 2014.





Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11771>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11771>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 73-92

Submissão: 22/07/2021

Aprovação: 09/10/2021

## TRABALHO, SABERES E A TERRA: AS MULHERES NO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA/GO.

*WORK, KNOWLEDGE AND THE EARTH: WOMEN IN THE SERRA DOURADA/GO SETTLEMENT.*

Jéssica Lorrane Gonçalves Souza   
Universidade Federal de Goiás (UFG)<sup>1</sup>

Geovanna de Lourdes Alves Ramos    
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)<sup>2</sup>

**Resumo:** Essa pesquisa analisou o processo de trabalho das mulheres no Assentamento Serra Dourada/GO, a partir de suas atuações no contexto da plantação de hortaliças. Desse modo, refletiu sobre o papel que as mulheres ocupam em suas atividades cotidianas, qual seja, à frente de atividades de produção, colheita e plantio, como também se as tarefas realizadas por elas interferem ou não na economia familiar. Por meio da História Oral foi possível compreender as histórias de mulheres assentadas que trabalham com as plantações de hortaliças e nos possibilitou reconstruir práticas, impasses, conflitos vividos no assentamento e na cidade. Neste sentido, as análises estarão centradas nas histórias de vida de mulheres que de alguma forma trabalham com a terra ou já trabalharam dentro da comunidade. Vimos que algumas dessas mulheres não são reconhecidas por parte da sociedade local, mas mencionam que se reconhecem nesse processo, como também por parte da família.

**Palavras-chave:** Mulheres. Trabalho. Memória.

**Abstract:** This research analyzed the work process for women in the Serra Dourada/GO Settlement, based on their actions in the context of planting vegetables. Thus, it reflected on the role that women play in their daily activities, that is, ahead of production, harvesting and planting activities, as well as whether the tasks performed by them interfere or not in the family economy. Through Oral History, it was possible to understand the stories of settled women who work with vegetable plantations and enabled us to reconstruct practices, impasses, conflicts experienced in the settlement and in the city. In this sense, the analyses will be centered on the life stories of women who somehow work within the community. We saw that some of these women are not recognized by the local society, but they mention that they recognize themselves in this process, as well as by the family.

**Keywords:** Women. Work. Memory.

<sup>1</sup> Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Goiás; *E-mail:*

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2014), bolsista/CAPES, com período Sanduíche na Universidade de Lisboa/PT, bolsista/CAPES. Docente do curso de História, Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. *E-mail:* [geovanna@ufu.br](mailto:geovanna@ufu.br)

## INTRODUÇÃO

Nesse sentido, começamos a analisar sobre o processo de luta pela Reforma Agrária<sup>3</sup> no município da cidade de Goiás<sup>4</sup>. Essas questões sobre a Reforma Agrária fizeram parte das experiências cotidianas de muitos sujeitos sociais das quais também fazemos parte nessas discussões. O ano de 2006 foi muito significativo, pois muitas famílias se lançaram como proprietárias de uma parcela de terra no Assentamento Serra Dourada<sup>5</sup>. Desde a infância transitamos em espaços rurais, e nesses espaços tivemos o contato com o *mundo do trabalho*<sup>6</sup> das mulheres no assentamento. Ressaltamos que a partir dessas relações as nossas investigações transitaram para a temática de pesquisa, a qual resultou a produção desse texto.

Com a oportunidade de realizar uma pesquisa acadêmica não tivemos dúvidas de problematizar a questão das mulheres ligadas a terra. Ou seja, o tema de pesquisa é o trabalho das mulheres no Assentamento Serra Dourada.

Entretanto, antes de refletir sobre a questão do tema de pesquisa será necessário compreender a questão da Reforma Agrária no Brasil, em específico, para entender a inserção das assentadas nos moldes políticos e econômicos na luta pela terra e por melhores condições de vida. Analisar a inserção dessas mulheres nas questões políticas e econômicas significa entender *ser mulher* do campo nesse processo.

<sup>3</sup>Para saber mais: MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**: questão de terra ou de gente? São Paulo: Moderna, 1987. STEDILE, João Pedro. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

<sup>4</sup>Goiás (conhecida como Cidade de Goiás ou Goiás Velho) é um [município brasileiro](#) do [estado de Goiás](#). Sua população estimada em [2010](#) era de 24.727 habitantes de acordo com o [IBGE](#). O município foi reconhecido em [2001](#) pela [UNESCO](#) como sendo Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que a circunda. Para saber mais: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A1s\\_\(munic%C3%ADpio\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A1s_(munic%C3%ADpio)). Acesso dia 28/04/2016.

<sup>5</sup>A cidade de Goiás teve a estrutura fundiária modificada a partir de meados da década de 1980. A luta pela terra promovida por diversos grupos de agricultores camponeses culminou num relativo rearranjo territorial local. Atualmente, existem 23 Projetos de Assentamento Rural, o que vai à contra mão da estrutura agrária historicamente estabelecida no país, marcado pela presença do latifúndio. Esta nova estrutura impactou territorialmente o município, mas, muito ainda precisa ser feito em termos políticos e socioeconômicos. Apenas no ano de 2013, no dia 19 de agosto, é que foi aprovada uma Política Rural para o Município de Goiás-GO, a ser incluída na Lei Orgânica Municipal, que antes inexistia. O Assentamento Serra Dourada é resultado de uma doação, diferente de outros assentamentos que passaram pelo processo de ocupação. As propriedades possuem em média 2,5 ha. O assentamento foi criado em 1999, mas é em 2010 que Altamiro e sua companheira Sirlene conseguem sua parcela e começam a experiência juntos. SILVA, Ana Cláudia de Lima; BUENO, Tobias; SILVA, Altamiro Lourenço da; SILVA, Sirlene dos Santos Neves. **Manutenção do Ciclo da Vida**: Experiência em Transição Agroecológica de Hortaliças no Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO. <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/16809/10638> Acesso dia 25/04/2016.

<sup>6</sup>Pegamos aqui de empréstimo o nome da obra de Eric Hobsbawm: **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. Editora: Paz e Terra. 2015.

Podemos considerar que a Reforma Agrária no país deu-se a partir da assinatura do Tratado de Tordesilhas<sup>7</sup> pela divisão do território brasileiro entre os portugueses e os espanhóis. Nesse sentido, a concentração de terras centrou-se em mãos de uma pequena classe<sup>8</sup> social denominada latifundiária. Deixamos claro que essa luta pela questão de posse da terra esteve presente em outros períodos históricos no país.

No final do século XIX, e até bem antes disso, era latente os conflitos por porções de terras. Temos como exemplo, o fato da disputa de glebas nordestinas que desencadeou o conflito conhecido por Canudos<sup>9</sup>. Outros movimentos ocorreram na região sul do Brasil, em específico, no Paraná e Santa Catarina, denominada Guerra do Contestado<sup>10</sup>.

De modo geral podemos dizer que houve uma discussão sobre a questão da luta pela terra no governo brasileiro de Castelo Branco (de 1964 a 1967) com o Estatuto da Terra, mas que não proporcionou mudanças significativas no que diz respeito ao que podemos denominar Reforma Agrária. O Estatuto da Terra tem como intuito adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social, girando em torno de duas grandes propostas: desenvolver a economia agrícola e promover a reforma agrária.

Com o fim do Regime Ditatorial (1964 a 1985) no país iniciam vários movimentos sociais em prol da implementação da Reforma Agrária pelo viés político visando legitimar a luta e a posse pela terra. Deixamos claro que esse processo deu-se por meio de diversos conflitos que propiciou mortes e perseguições de diferentes lideranças. Partindo dessas reflexões tomamos como *locus* de nossa investigação o Assentamento Serra Dourada visando problematizar o mundo do trabalho das mulheres assentadas.

Instiga-nos pensar a condição da mulher hoje em nossa sociedade. Apesar de todos os avanços nas últimas décadas, ainda é relegado à sua condição de inferioridade em relação ao homem. Salários baixos, postos inferiores, desigualdade no tratamento, violência física e psicológica, desrespeito, são alguns dos problemas enfrentados pelas mulheres na atual conjuntura.

<sup>7</sup>TANZI, Héctor José. O Tratado de Tordesilhas e sua projeção. Revista de História, v. 54, n.º. 108, 1976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814> Acesso: 19/08/2020.

<sup>8</sup>E. P. Thompson na obra A formação da classe operária inglesa: *a árvore da liberdade* analisa a correlação de forças entre as classes sociais em prol de objetivos comuns. THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa: *a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<sup>9</sup>MILTON, Aristides. *A campanha de Canudos*. Coleção Cachoeira vol. 2. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1979.

<sup>10</sup>PELLIZZARO, Reinaldo Assis. Guerra do Contestado: *Linguagem dos Caboclos*. Edipel, 2014.

Entretanto, quando se trata de mulheres assentadas do interior da região goiana, novos estudos historiográficos tem demonstrado uma realidade que quase sempre destoa das demais (MESQUITA, 2016). São mulheres que no viver cotidiano mantém uma relação de enfrentamento e resistência na questão de gênero. O conceito de gênero, conforme Scott (1995) surgiu no campo das feministas americanas que insistiam no caráter social das distinções baseadas no sexo.

Sendo assim, nos propomos a conhecer o trabalho das mulheres trabalhadoras na terra do Assentamento Serra Dourada, na tentativa de refletir sobre suas vivências, suas experiências e expectativas.

### CONHECENDO O TEMA...

O estudo mais detalhado sobre o trabalho das mulheres do Assentamento Serra Dourada é de suma importância para que busquemos entender outros fatores que estão diretamente envolvidos e/ou relacionados. Emerge daí então, a necessidade de analisar os processos culturais presentes na comunidade, seus saberes tradicionais, a própria identidade que essas mulheres carregam sobre sua trajetória de vida fortemente sedimentada nos processos de luta pela terra ou de outra interferem ou ajudam na ressignificação de uma consciência de grupo social.

Conforme ressaltamos anteriormente, a experiência e vivência no assentamento, como também o *olhar* sempre instigante no trabalho das mulheres nos chamou a atenção pelo fato de haver um número considerável de assentadas participando diretamente e indiretamente da organização social e política do assentamento em questão.

A atuação dessas mulheres não somente nas reuniões e festividades dentro da comunidade, mas na organização de suas próprias famílias, desempenhando múltiplos papéis como provedoras do lar, na luta por melhorias da comunidade. Consideramos fundamental investigar a história de pessoas comuns, mulheres que cotidianamente lutam em ressignificar o seu estar no mundo.

Ademais, a pesquisa contribuirá não só em mostrar as diversas relações vivenciadas no seio da Comunidade Serra Dourada, suas lutas, seus processos de resistências e conquistas, como também tencionamos trazer a baila suas histórias e, dar visibilidade a um grupo de mulheres que há séculos vem sendo relegado a uma condição marginal, mas que nem por isso deixam de serem sujeitos do processo histórico. É o que E. P. Thompson defende: “Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ [...]”. (THOMPSON, 2011; p.14).

## SERRA DOURADA: A HISTÓRIA DA SUA FUNDAÇÃO PELO VIÉS DAS ATAS DE REUNIÕES.

Analisando a documentação referente à Fundação da Associação do Projeto de Assentamento Serra Dourada encontramos registros do dia 27 de dezembro de 1999. Para tanto fora definido o senhor José Osmar Nunes Marquês para coordenar a assembleia. Contaram com o apoio de 18 sócios<sup>11</sup>. Nesse dia os sócios estabeleceram os Estatutos Sociais<sup>12</sup> do assentamento, dando ênfase artigo por artigo para que os mesmos fossem aprovados por seus membros (RAMOS, 2017).

Também foram aprovados nomes para os seguintes cargos: diretor-presidente; diretor técnico-administrativo; diretor tesoureiro e diretor-secretário. Uma vez eleita à diretoria, passou-se a eleição do Conselho Fiscal. Na leitura da ata vemos que os membros instalaram à Associação do Assentamento Serra Dourada partindo de uma legitimidade; visto que encontramos na documentação pesquisada o carimbo do “Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Protestos e Tabelionato 2º de Notas – Cidade de Goiás/GO” (RAMOS, 2017).

Na ata da Reunião Extraordinária dia 10 de janeiro de 2000, consta um episódio que fora discutido pelos associados na tentativa de solucionar um problema entre dois assentados. Ocorreria um ato de adultério no assentamento. Após o fato ser narrado pelo presidente da associação, ouviu-se cada um de seus membros.

Na discussão sobre o assunto fora pontuado que “as normas do estatuto deve ser respeitada. [...] é difícil esta situação mas não podemos aceitar”. Outro assentado ainda explicitou: “Que ele merece uma chance do grupo e que esta cendo uma escola para ele e que tem a certeza que jamais ele cometera novamente este erro” (ATA DE REUNIÃO, 27/12/1999, p. 2, verso). A ata nos traz momentos vivenciados entre os assentados. Intimidades de sujeitos sociais que poderiam permanecer ocultas no assentamento, mas que foram evidenciadas em reunião extraordinária, lembrando e firmando o lugar que estava sendo construído em coletivo. Alguns dos assentados não aprovavam, mas “devemos respeitar do mais pequeno ou mais velho e não ser como companheiro e sim irmãos” (ATA DE REUNIÃO, 27/12/1999, p.2, verso).

<sup>11</sup>Joana Cassimira da Silva; José Balbino Guimarães; Cleide Maria Rodriguês Guimarães; Claudinei Lopes da Silva; Antônio Pereira dos Santos; Sebastião Carros Ferreira; Maria Cleuza Clemente Da C. Ferreira; Ailton Antônio Assunção; Caetano José Leite de Brito; Maria Francisca Alves; Julio José da Silva; Valmir de Oliveira Bretas; Suelto Fernandes de Lima; Dormelina Andrade Xavier de Lima; José Osmar Nunes Marquês; Dircina Imaculada da Silva; Renato Celestino Saraiva; Joana Maria de Souza (ATA DE REUNIÃO, p. 1 e verso).

<sup>12</sup>Não tivemos contato com o Estatuto até o momento, mas demos prosseguimento à pesquisa.

Na reunião seria decidido se o assentado poderia ou não permanecer no assentamento depois de ter praticado o “erro, visto que até Jesus errou” (ATA DE REUNIÃO, 10/01/2000, p. 3). As colocações dos assentados nos chama a atenção, visto que os assuntos mais íntimos vivenciados, como o adultério cria entre eles códigos próprios de comportamento, de olhares e gestos, enfim, de movimentos que incidiam no espaço comum<sup>13</sup>: o assentamento (RAMOS, 2017).

Na reunião do dia 27 de janeiro de 2000, encontramos dados de que os assentados receberiam a visita da equipe da INCRA<sup>14</sup> para fazer o pagamento do crédito de alimentação e fomento, mas que isso somente seria possível pós-legitimação de cada sujeito social do assentamento. Na leitura na ata constata-se que o crédito alimentação era destinado para a compra de alimentos básicos, tais como arroz, feijão, macarrão. Parte desse crédito seria para a aquisição de ferramentas, “enchadão, enchada, arame, adubos, sementes” (ATA DE REUNIÃO, 27/01/2000, p. 3, verso). Nota-se uma vigilância por parte do INCRA quanto ao gasto dos créditos, em específico por exigir as “notas fiscais” (ATA DE REUNIÃO, 27/01/2000, p. 3, verso).

Ressalta-se que para fazer parte do Projeto Coletivo<sup>15</sup>, os candidatos deveriam fazer alguns testes exigidos para “um bom trabalho coletivo” (ATA DE REUNIÃO, 29/02/2000, p. 4). Posteriormente o INCRA explicitou os direitos e os deveres de cada pessoa com o projeto, como também a distribuição dos lotes. Na leitura da Ata do dia 29 de fevereiro do ano 2000 deu-se o início do pagamento do crédito habitação a cada associado no valor de R\$2.500,00, sendo posteriormente todos os cheques depositados na conta da Associação Projeto Serra Dourada.

Mediante as experiências<sup>16</sup> acima descritas que cotidianamente os sujeitos sociais constroem suas relações sociais; e merece destaque a reflexão sobre o que se quer legitimar com esse tipo de produção sobre a história dos Assentamentos no município de Goiás e, ao mesmo tempo, perceber como são feitas as intervenções na forma de entender e viver o campo. Registros em atas, como as

<sup>13</sup>Cf. Arantes: Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. ARANTES, Antonio A. “A Guerra dos lugares”. In: **Paisagens Paulistanas**. Transformações do espaço público. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000, p. 106.

<sup>14</sup>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>15</sup>Denominação essa utilizada para as pessoas que desejavam se candidatar ao projeto do Assentamento Serra Dourada. Para ser aprovado no teste exigia-se a participação em média de quinze famílias em projetos coletivos.

<sup>16</sup>“[...] experiência humana. É exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, por sua vez, sobre sua situação determinada)” THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 182.

que utilizamos nesse artigo, fornecem aos pesquisadores a possibilidade de pensar as lutas sociais; em como os representantes e lideranças pensam o campo e qual o lugar desses assentados em luta pela terra.

Também é visível o confronto. Um dos registros que encontramos que expressa conflitos, entre eles deu-se em dezembro de 1999, quando “o senhor C. V. C. ameaçou de morte os senhores [...]” [...] “começou o plantio de uma lavoura de mais ou menos 4 alqueires juntos [...]”, (ATA DE REUNIÃO, 07/05/2000, p. 5), configurando formas de desacordos, e adversidade de pensamentos na luta pela terra. A leitura desses registros conduz a discussão e produção que compõem um cenário; fala sobre um lugar de uma forma não harmônica em alguns momentos. Nesse espaço ocorriam disputas, conflitos e, fundamentalmente, mobilizavam-se táticas e estratégias<sup>17</sup> para lidarem com as adversidades.

Em outros momentos anuncia um lugar de animosidade e preocupação com a coletividade visto que necessita a implantação de

três tanques para piscicultura, sendo estes comunitario. [...] e o local que o técnico achou mais adequado fica na divisa do Lote 5 que pertence ao Sr. Divino Aparecido Domingos de Oliveira e será necessário que o Sr. Divino ceda alguns metros de seu lote para aproveitar uma área que é do comunitário que é muito boa. (ATA DE REUNIÃO, 21/05/2000, p. 6, verso).

Vemos nesta sequência uma clara referência da boa vontade do Sr. Divino, visto que ele concordou com a troca de alguns metros de terra. Segundo registros os tanques teriam a função de produzir peixe para as famílias se alimentarem, como também visava à formação dos assentados. Ou seja, os assentados em coletividade gastariam em média de 60,00 reais de ração por mês, mas teriam 100 quilos de peixes divididos entre as famílias (ATA DE REUNIÃO, 21/05/2000, p. 6, verso).

Os registros em atas vão delineando os viveres dos sujeitos sociais, onde as lutas cotidianas, as construções despertam para um novo olhar sobre o campo, mas, sobretudo porque viver em coletividade é um desafio para os protagonistas dessa história. Nessa direção, quando vemos os conflitos entre os assentados, não podemos tratar as experiências travadas como homogêneas. No entanto, devemos deixar claro que o viver em coletivo não se dá de forma tranquila, o que torna a memória um campo de luta política<sup>18</sup>.

<sup>17</sup>“Estratégias e táticas [...] Elas circulam, vão e vem, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida” (CERTEAU, 1994, p.97). Nesse sentido, as possibilidades de reconstrução histórica acerca de táticas, estratégias e formas de apropriação produzidas pelos sujeitos no cotidiano foram sinalizações para o entendimento da cultura no assentamento.

<sup>18</sup>O artigo do Grupo Memória Popular intitulado **Memória popular: teoria, política, método**, para o qual, Pensando sobre as maneiras como essas representações afetam concepções individuais ou de grupos do passado, podemos falar em ‘

Portanto, o Serra Dourada pulsa vida; apresentam territórios, tensões, modos de viver e de lutar, que apresenta os *nós* dessa história, tanto no sentido de entrave da dominação, da disputa, quanto como sujeitos que partilham um lugar.

### **PESQUISA DE CAMPO... MEMÓRIAS...**

A História Oral, como metodologia de investigação abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois, amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes *versões* sobre determinado fato histórico, as narrativas podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do narrador.

Sobre a importância da História Oral como método de pesquisa Paul Thompson (1992) explicita que uma das mais profundas lições da História Oral são a singularidade, tanto quanto a representatividade de cada história de vida. Há algumas delas que são tão excepcionais que têm que ser gravadas, qualquer que seja o plano (THOMPSON, 1992).

O trabalho de realizar entrevistas de histórias de vida do mundo do trabalho de mulheres assentadas nos possibilitou reconstruir práticas, impasses, conflitos vividos através desse tortuoso processo de (re) lembrança. Neste sentido, as análises estão centradas nas histórias de vida de mulheres que de alguma forma trabalham com a terra ou já trabalharam dentro da comunidade.

Segundo Alberti (2004) a História Oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a *memória* como a presença do passado, uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não (ALBERTI, 2004).

---

memória dominante'. Ou seja, este termo nos faz refletir acerca do poder e a universalidade de algumas representações e suas ligações com instituições dominantes, as quais têm o papel de obter o consenso e alianças políticas. No entanto, não temos a pretensão de afirmar que concepções do passado possam ter se tornado dominantes e representativas em todo o lugar, pois não são todas que são acessíveis ao público que se tornam dominantes. Neste sentido, o que temos são várias construções do passado que na maioria das vezes estão em constante luta entre si. Portanto, a "memória dominante" é produzida nessas lutas, sendo sempre exposta a contestação. Neste artigo, entendemos que, mesmo estando impregnados por alguns valores advindos dos discursos dominantes, muitos sujeitos sociais, com suas práticas disputam para "pertencer" o/no campo, o que nos faz analisar e colocar em dúvida os valores cultivados pela classe dominante. Grupo Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. In: **Muitas memórias, outras histórias**, p. 284.

Para Maurice Halbwachs (2006), toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (HALBWACHS, 2006). Como procedimento metodológico, a História Oral, busca registrar e, portanto, perpetuar, impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Conforme ressaltamos, a pesquisa de campo transcorreu no Assentamento Serra Dourada. O *lôcus* nos apresenta mulheres que possuem um antepassado marcado por processos de luta, pela dureza da vida, pelo trabalho diário na terra em busca da sobrevivência.

Para a gravação das narrativas das mulheres utilizamos o celular, onde gravamos somente o áudio. Posteriormente as narrativas em áudio foram transcritas para o papel. Para preservar a identidade delas optamos por apresentá-las como sujeito1<sup>19</sup> (S1), sujeito2<sup>20</sup> (S2) e sujeito3<sup>21</sup> (S3). Temos um vasto material dessa pesquisa, mas separamos parte desses para viabilizar o nosso objetivo inicial, ao qual buscava analisar e identificar como é o mundo de trabalho dessas mulheres no P.A Serra Dourada.

Iniciamos com perguntas que facilitasse e proporcionasse conhecer quem são essas mulheres, qual o perfil de cada uma, e como cada uma se reconhecia diante de seus afazeres. Diante disso nos deparamos como a fala da S1, nossa primeira entrevistada, que de forma simples e sutil traz em sua narrativa suas vivências como mulher do campo, e sua trajetória até a chegada ao Assentamento Serra Dourada.

**Pesquisadora:** Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?  
**S1:** Sou casada há 23 anos, com o meu esposo tenho duas filhas e um neto, moro no assentamento há 5 anos, nasci na fazenda Água Fria Estado e município de Goiás. A gente morava na fazenda Água fria que era do meu sogro. Lá plantávamos horta, quando meu sogro disse que ia vender a fazenda, aí entramos em um grupo do sindicato juntamente com a CPT, seguiríamos com uma vida normal, mais quando uma família desocupasse um lote, eles nos avisaria, ficamos no grupo por pouco tempo, uns três meses, nos reuníamos semanalmente, e fazíamos mutirões, onde participávamos de um aqui no Faina, o Agnel que nos avisou da terra aqui, do lote. O meu esposo veio e olhou a terra viu que era boa para hortaliças, foi tudo rápido, pois o senhor que morava aqui, já estava querendo sair, pois estava doente, aí a gente arrumo os papeis todos e fomos assentadas, não passamos pelo processo de luta em acampamento. Lá na fazenda particular, eu me sentia mais livre, por que lá

<sup>19</sup>Nome: S.S.D.R.I., 42 anos, casada há 23 anos, tem duas filhas e um neto, mora no assentamento há 5 anos, nasceu na fazenda Água Fria, Estado e município de Goiás. Identificada neste trabalho como sujeito um ou S1.

<sup>20</sup>Nome: B.F.V., 47 anos, casada há 31 anos, mãe dois filhos, nascida em Campinorte, Minaçu, Serra da Mesa. Morra atualmente no P.A Serra Dourada. Identificada neste trabalho como S2.

<sup>21</sup>Nome: M.D.J.S., 44 anos, nasceu na cidade de Goiás, casada, tem três filhos. Moradora do P.A Serra Dourada. Identificada neste trabalho como S3.

criávamos gado livre, fazíamos uso do jeito que a gente queria, mais quando viemos pra cá, ficamos limitados, pois aqui tem mais regras, pois para o gado temos que ter guia, para fazer tanque de peixe temos que ter licença ambiental, são muitas regras, se você precisa de madeira para fazer cerca, posse tem que seguir as regras, mais aqui foi bom pois moramos perto da cidade, lá era muito longe. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Pela narrativa da S1 vimos sua trajetória de vida a partir de uma experiência familiar, que apesar de não ter passado por um processo de luta e por um acampamento reconhece o valor que o assentamento tem para o seu crescimento enquanto produtora de hortaliças. A entrevistada ressalta as diferenças entre o viver e o trabalhar nas terras em que vivenciou parte de sua vida, mas demonstra as experiências que podem ter sido agregadas nas relações de convivência no assentamento.

Levando em consideração a vivência da S1 vemos que nem todas as vivências são iguais, a partir da narrativa da S2 ao relatar suas experiências:

**Pesquisadora:** Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?  
**S2:** Á então nós não conhecia aqui não né, nós vivia na terra dos outros, nós morava, nascida e criada em fazenda dos outros, ai eu casei e nós vivíamos na fazenda dos outros mesma coisa, depois meu marido conheceu um povo que foi pra lá que era daqui, e foi atrás deles que nós veio pra cá. Aí tinha um conhecido nosso lá e ele falou, sobre a terra da posse aqui né, aí que nós conseguiu um lugar aqui pra nós morar, e trabalhar, aí meu marido veio cá e olhou, aí nós deu certo aqui, mudamos para cá em agosto de 2002. Minha vida toda foi trabalhar em roça, tudo que é serviço de homem eu já fiz na vida, era fazer acero, limpa cerca, era roça pasto, era capinar, era planta, tudo. Trabalhava na roça com o meu marido, diretão o dia todo desde da hora que levantava ia pro serviço, depois nós morou na fazenda aí cozinava para pião diretão, meus filhos começaram a trabalhar eles tinham, uns 6 anos, com 6 anos eles começaram a trabalha já ia pra roça com nós, quando estudava, estudava e trabalhava mais nós depois que chegava da aula. Quando nos mudamos pra cá tínhamos vacas, tirávamos lite e fazíamos queijo vendíamos leite, plantamos o lote todo, de milho e arroz, depois começamos com as hortas, mechemos com hortaliças há 17 anos. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Ao analisar a narrativa da S2 vemos a rotina e o trabalho árduo na preparação da terra, a lida no serviço da casa, como também na preocupação com os filhos. Trabalha desde criança na lida braçal, tendo como ferramenta de trabalho a enxada, o foice, a vassoura, a panela e o fogão. Preocupação com a família. Família esta que se iniciou muito cedo; com filhos que aprenderam o valor da terra, ainda com 6 anos de idade. A entrevistada tem conhecimento sobre a resistência, suas experiências e o empoderamento de uma mulher do campo.

Já a S3 nos faz reconhecer o poder da convivência e das experiências, momentos esses desafiadores, que logo depois se torna o *Olimpo*. A narrativa abaixo permeia por um passado moldado por práticas e aprendizados, sejam eles em comunidade, sejam entre amigos ou até mesmo na essência familiar.

**Pesquisadora:** Como foi sua vida antes de chegar ao Assentamento Serra Dourada?  
**S 3:** A minha vida inteira assim, meus pais sempre morou na zona rural, trabalhava para os outros, casei e também fui morar na zona rural, aí fiquei, moramos muito tempo em fazenda dos outros, aí a gente viemos pra cá, como teve o sorteio, aí teve cinco pessoas que desistiu, não quiseram o lote por ser pequeno, aí então os assentados que moravam aqui, como minha sogra que morava aqui, aí convidou o meu esposo né, se ele não queira ir, pra poder fazer o teste lá em Goiânia junto ao INCRA, aí eu realmente eu não queria pois tinha meus filhos pequenos né, e eu tinha muito medo de passa necessidade, porque, agente trabalhando para os outros todo mês, agente tem a renda o salário fixo, e pra cá a gente tinha que aprender a viver da terra né, agente não tinha recurso, eu torcia muito rezava muito, eu falava “ Senhor não deixa meu esposo ganha isso não, tomara que ele seja um péssimo lá na hora de fazer o teste”. Aí que era com a psicóloga e tudo, aí foi, e eu rezando, da primeira vezes que o povo foi, foi quatro e fico ele, era cinco lote aí faltou ele, o pessoal veio lá de Goiânia né, e buscou ele e levo. Falei “oh meu Deus, e agora tá nas suas mãos” e aí quando eles foram eles falaram que dentro de uma semana seu esposo teria a resposta, aí eu falando nossa vai dá certo de jeito nenhum, por que eu não quero ir para assentamento meu Deus do céu, ai bão ele pegou foi e fez os testes, foi aqui na Faina reuniu todo mundo, aí ele chego lá com um papel na mão que era um cheque que ganhava quando entrava na terra, falei oh Jesus, ele olha aqui bem eu passei, falei mais não é possível, aí depois que ganhou mais não tinha mais jeito aí eu conformei, aí saiu o dinheiro nós fizemos a casa e viemos para cá. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Pela narrativa, a S3 não tinha a perspectiva de ir para o assentamento, ao contrário, ela torcia para que o marido não se sobressaísse na entrevistada para a aquisição da terra. Supomos que a S3 via esse processo como um fato obscuro, visto que se apresentava como um caminho de lutas sem resultados imediatos.

Até então, fizemos uma apresentação do perfil dessas três mulheres, sujeitos sociais aqui descritas, visto que, não fora de modo tranquilo tê-las como entrevistadas nessa pesquisa. Contactamos outras mulheres, mas especificamente motivos pessoais, as mesmas não participaram da entrevista.

Assim, procuramos entender o processo do trabalho delas no assentamento na compreensão do papel que essas mulheres assumem no seu cotidiano, o que cada uma realiza em sua propriedade. E, é exatamente isso, que a S1 nos contou durante a sua entrevista:

**Pesquisadora:** Como foi o começo de todo o processo de se trabalhar com hortaliças, vocês se reuniam para discutir e informar, teve participação dos homens nesse processo?

**S1:** desde quando nos casamos meu marido já trabalhava com hortaliças, antes em sociedade com o pai dele, aos poucos essa sociedade foi acabando, então comecei a ajudá-lo, entregávamos nossa verduras na cidade e entregamos verduras do dia, então acordávamos as 4 ou 5 horas da manhã, dependia muito da quantidade de verdura que tínhamos que entregar, a minha filha mais pequena (filha mais nova) era bem pequeninha, como a horta e a caminhonete ficava perto eu colocava ela dentro da caminhonete e ia colher, quando meu marido saia para fazer entrega eu pegava ela, ela ficava comigo na horta, com nossa vinda pra cá, só continuamos. Agora temos

um funcionário, mais o forte mesmo é só eu e meu marido, pois o funcionário tem hora para chegar e sair, quando chegamos aqui na parcela só tinha pastagem, meu marido veio dois meses antes de mim, ele veio prepara a terra, e eu fiquei na fazenda cuidado das coisas, depois desse período eu vim, para ajudar ele. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Em análise, percebemos que a S1 nos trouxe lembranças de que seu marido tinha experiência com o plantio de hortaliças, o que provavelmente pode tê-la proporcionado um aprendizado no plantio. Vemos que o início do ‘negócio’ deu-se entre ela e o esposo, mas agora tem um funcionário. Nota-se, por meio da narrativa, que a entrevistada tem a percepção do horário de entrada e saída do ajudante o que demarca os direitos trabalhistas. Já a S3 apresenta um motivo claro e objetivo, qual seja, por questões financeiras. A entrevistada narra à participação de terceiros, acompanhado do fato que o marido já trabalhava com um vizinho que plantava hortaliças.

**Pesquisadora:** Como começou todo o processo de se trabalhar com hortaliças? Vocês se reuniram para discutir e informar, teve participação dos homens nesse processo?

**S3:** Eu acho que nós começamos logo que viemos pra cá, há 17 anos. É por que assim, meu esposo começou a ajuda um homem que é até o João, que mexia com hortaliças, aí através disso ele viu que dava até um dinheirinho, ele viu e falo já que a nossa terra, muitos preferiu criar vaca, cuidando outra coisa, aí gente penso e vamos mexer com horta que é mais fácil né. Aí meu esposo já não tem paciência com gado também, foi aí que a gente começou. O que eu mais faço na horta mesmo, sempre fazer o canteiro, e meu esposo é que faz, e minha que eu faço mesmo é, ajudo ele a plantar, que a gente semeia a semente, nasce aí gente plantava, aí sempre meu trabalho é esse ajuda ele a planta, limpa, colher aí e o que eu faço, pois o serviço pesado é ele quem faz. A gente levanta [...] eu gosto de trabalhar na horta na parte da manhã, o sol tá mais fresco, quando esquenta é muito quente, e na parte da tarde a gente colhe quando é dia de entrega, dia de feira dia de sábado, a gente começa cedo, colhendo apara da consta. Eu fui na feira..... eu acho que uns dois anos na feira com ele, aí depois eu parei por que ficou muito difícil muito puxado, chegava aqui né tava tinha muita coisa para fazer, agora ele traz, quando ele vai para a feira eu fico molhando e mexendo com as coisas que tem tratando dos animais, para a hora que chegar tá o almoço pronto, aí ele faz sozinho a feira. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

Nas narrativas das entrevistadas é possível identificar que são elas, as mulheres que fazem grande parte de todo o serviço; e são as que mais permanecem no campo. Nenhuma delas realiza as entregas ou fazem às feiras, pois ambas as atividades são desenvolvidas pelos maridos.

Dando continuidade, procuramos conhecer como se sentem vistas no trabalho diário com a agricultura familiar. Percebemos que cada uma das entrevistadas sente e pensa de forma extremamente diferente. Cada uma se percebe, e se vê nesse processo de uma forma diferente.

A S1 relata que se sente valorizada tanto por parte de sua família, como do comércio local:

**Pesquisadora:** Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

**S1:** Igual aqui, aqui mesmo o meu esposo fala que quem trabalha aqui, mais na horta só eu, igual tipo assim, alguém liga encomendando uma verdura, uai quantidade maior, ele fala assim “vou ver com a S1( MULHER)” sabe se tem alguém que precisa de uma bandeja de muda ele fala, “tenho que ver S1 (MULHER), sabe? Aqui em casa eu creio que tenho reconhecimento sabe? É e ele mesmo fala se precisa de alguma coisa se chega aqui e fala com a S1, por que eu fico mais na horta do que ele, ele vai faz entrega chega vai descansar um pouco, aí depois, então ele fica mais ligado na colheita, se precisa das coisa eu falo pra ele, ele vai e compra, aí o dia que ele não tem entrega ele trabalha, faz alguma coisa aí, mais eu fico mais na horta, eu tenho mais acesso do que precisa do que pode entregar. Eu particularmente não importo, eu creio assim, que se eu for lá entregar verdura eles vão saber que eu também faço parte, que eu também (...) Goiás é cidade pequena né, então todo mundo conhece a luta do dia a dia (...) ( citou nome de mulheres que moram na comunidade), eu creio que, eu creio assim, é mais para fora já não né, o trabalho da mulher não é realmente muito valorizado né, não é muito reconhecido, mais eu acho que a partir do momento que você tá ali naquela luta, não é pra ser reconhecido, e pra satisfação da gente mesmo. É mais eu creio que aqui na região nosso trabalho é valorizado, mais pra fora não, o trabalho da mulher não é valorizado. [...]. [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S1 tem uma visão sobre a valorização de seu trabalho na sociedade, e ela explicita claramente que no seu espaço cotidiano as pessoas sabem da sua importância e de seu papel no plantio das hortaliças. Também tem a dimensão de que *o trabalho da mulher não é realmente muito valorizado né, não é muito reconhecido, mais eu acho que a partir do momento que você tá ali naquela luta, não é pra ser reconhecido, e pra satisfação da gente mesmo* (S1, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). A entrevistada se reconhece no processo, e nos apresenta com clareza de detalhes.

Quando questionamos a S2 acerca do seu papel enquanto produtora:

**Pesquisadora:** Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

**S2:** É, então até pouco tempo atrás eu achava que eles não reconheciam não, depois de uns tempos pra cá era eu que não via que eles reconheciam, que ele reconhecem! Aprende a ver mais as coisa, no dia a dia a gente vai convivendo, aí a gente vai vendo que não é do jeito que a gente pensava, eles passo a fala e eu passei a fica sabendo, que eles falavam pra pessoas e as pessoas mim falava. A lá Cidade (...). Não sei não (...), eu acho que lá o povo acha que é só ele, tem que vim aqui para conhecer a minha historia, fala mais nos homem, as mulheres não tem visibilidade, nesse ponto as mulheres não são muito reconhecidas não, nós munhe aqui tem muito valor assim não, só para quem vem aqui mesmo ver. Aqui é assim se um sai ou outro tem que ficar, pois se o sol esta quente tem que molhar as mudas para não morrer. Oia eu vou ser bem franca eu acho que homem aqui não valoriza muie aqui tanto assim não, ceis pode até achar ruim, mais é verdade, aqui nois é um grupo de muie, que trabaia e luta muito, não vejo marido dando valor as muie como elas merecem não. É o jeito do serviço, se as mulheres não vão para o serviço os homens emburram, as mulheres têm mais e que fica em casa os homens e quem mais sai, é a gente umas coisas por aí meio esquisitas coitadas das muie. Meu marido não me reconhece, cheguei tempo,

de trabalhar o dia inteiro e chega dentro de casa até que fazia come, pra poder descansar um pouco, ainda falava tá cansada do que não fez nada hoje, já escutei muito palavrão também, de casa já foi muita coisa pra chegar até aqui, homem não reconhece o trabalho da gente assim não. O serviço da horta é serviço pesado, nois trabalha porque a gente é guerreira e gosta de trabalhar, mais é um serviço pra homem. O povo acha que serviço de mulher e aquele bem maneirinho, fazer bolo é serviço de mulher, aqui nois faz é tudo seja maneiro ou pesado nois faz tudo, nois faz o serviço do homem mais o homem não faz o nosso. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S2 retrata uma realidade e vivência diferente da produtora S1. A narrativa está permeada de sua relação com o marido, qual seja não vê o reconhecimento de seu trabalho com a horta. Ressalta ainda que outras mulheres também não são valorizadas, e nem reconhecidas nas atividades da terra pelos companheiros. Interessante pontuar quando ela menciona que *meu marido não me reconhece, cheguei tempo, de trabalhar o dia inteiro e chega dentro de casa até que fazia come, pra poder descansar um pouco, ainda falava tá cansada do que não fez nada hoje, já escutei muito palavrão também* (S2, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). A narrativa nos traz uma mulher que almeja ser reconhecida como ser humano, com o seu cansaço diário e que precisa de um parceiro não só na horta, mas também dentro de casa, nos afazeres domésticos.

86

Já a entrevistada S3 vimos que suas respostas foram cautelosas e pensativas. Não sabemos ao certo se isso ocorreu pelo fato de que sua família permaneceu no ato do diálogo. Mas vemos que as respostas foram vagas e confusas:

**Pesquisadora:** Você se sente valorizada como uma mulher produtora dentro e fora do assentamento?

**S3:** Não assim [...] eu acho que meus filho eles mim reconhecem, como trabalhadora né, por que a gente sempre vê, o meu menino mais velho ele gosta muito de ajuda sempre que ele tem a oportunidade ele mim ajuda, ele sempre faz o meu serviço as vezes dia de segunda feira para fica mais folgado, e assim a minha filha também tem essa consciência né de eu trabalhar o meu filho mais novo, também vê que eu trabalho, aí por eles eu acho que sou reconhecida como trabalhadora. Meu esposo também por que ele fala assim “que eu que ajudo ele”, por que a gente não tem funcionário, e só nois mesmo, aí por ele eu também sou reconhecida por ajudar ele. Eu acho assim, os fregueses velho que já mim viram lá, eu acho que vai compra por causa que conhece o ponto conhece a maneira que ele arruma a banca, as vezes vai comprar por isso, por que ele sabe que pertence a ele, mais por minha causa acho que não compraria assim não, compraria de outro. (...). [Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018]

A S3 dá ênfase, em sua narrativa, do reconhecimento da família acerca de seu trabalho com a produção de hortaliças. Entretanto, é visível o preconceito que alguns fregueses têm na compra ou não das mercadorias visto que *os fregueses velho que já mim viram lá, eu acho que vai compra por causa que conhece o ponto conhece a maneira que ele arruma a banca, as vezes vai comprar por*

isso (...) e a entrevistada tem a noção do fato ao mencionar *por que ele sabe que pertence a ele, mais por minha causa acho que não compraria assim não, compraria de outro* (S3, Entrevista realizada dia 03 de fevereiro de 2018). Nesse sentido, essa narrativa nos induz a questionar se esse fato ocorreria se a cidade fosse mais numerosa, pois a cidade de Goiás tem a média de 20.000 mil habitantes. Quase todos se conhecem...

Quando nos tornamos pesquisadores, nos tornamos questionadores, pois tudo a nossa volta passa a ser visto com um olhar mais questionador. Tomamos como análise algumas imagens referentes ao *mundo do trabalho* das mulheres no Assentamento Serra Dourada.

**Imagem 01:** Mulheres em atividades.



**Fonte:** Acervo Benvindo, 2017.

Ao olhar esta foto buscamos analisar a realidade a qual essas mulheres estão inseridas na produção de hortaliças, na preservação e proliferação da agricultura familiar na região; levando em conta também o papel destas mulheres que por sua vez se apresentam de forma simples e atentas na colheita da plantação.

A sincronização, colaboração e a união devem ser constante no trabalho que realizam como nos mostra a concentração e o posicionamento destas mulheres. O trabalho requer um cuidado maior

por parte de quem se entremeia, dentro das plantações, podendo perceber tal fato ao olhar a imagem. Damos ênfase a uma das mulheres que se encontra de bota para a proteção de seus pés, pois existe a possibilidade da existência de répteis, anfíbios e serpentes em meio a essas plantações. A leitura que fazemos na Imagem de nº 2 é a de que o trabalho destas mulheres é permeado de momentos de descontração.

**Imagem 02:** Mulher em atividade.



**Fonte:** Acervo Benvindo, 2017.

Na imagem acima vemos um sorriso tímido. Nota-se um canteiro de couve cercada de estufas, mas coberta pelo sol da tarde que vai se pondo depois de um dia de trabalho de plantios e colheita. Observamos a posição da mulher, que se encontra com o corpo curvado e apoiando seu peso todo sobre suas pernas. Mesmo assim vemos uma feição de satisfação e alegria por estar ali.

Será que o *mundo do trabalho* destas mulheres é somente com o plantio das hortaliças? Conforme vimos por meio das narrativas essas mulheres transitam por espaços dos mais diversos. Estas mulheres estão em todos os lugares, seja no plantio ou cozinhando elas empoderam na luta pelo reconhecimento e sobrevivência diariamente.

Na imagem 03 temos um momento de encontro de algumas dessas mulheres. Nota-se que estão realizando inúmeras tarefas relacionadas a uma refeição coletiva. São mulheres que não se preocupam com as tendências da moda ou com vestimentas, pois nas narrativas vimos que o que realmente importa é o sustento da família e da comunidade. Unidas ou separadas elas estão ligadas direta ou indiretamente ao sustento de uma agricultura familiar que sustenta outras centenas de famílias.

**Imagem 03:** Mulheres em atividades.

Fonte: Acervo Benvindo, 2017.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Nessa pesquisa resgatamos por meio das Atas do Assentamento o projeto do Assentamento Serra Dourada com a presença de diferentes sujeitos que compõe esse lugar múltiplo de práticas e saberes.

A intencionalidade de nossa análise foi a de analisar o trabalho das mulheres assentadas que fazem parte do Assentamento Serra Dourada. Vimos, por meio das narrativas das entrevistadas, a aquisição da terra. Também foi possível conhecermos a rotina diária dessas mulheres com a família, e o lugar que ocupam no social. Assim, vemos que a produção de hortaliças, via mãos dessas mulheres, são essenciais e fundamentais para a garantia do cultivo. Para algumas mulheres trabalhadoras do Serra Dourada é visível em suas narrativas o não reconhecimento por parte da família e mesmo de alguns consumidores, mas o que importa para elas é o próprio olhar que elas têm nesse processo.

*Olhar* para estas mulheres como sujeitos de nossa pesquisa nos faz entender e refletir acerca do *mundo do trabalho feminino*, que segundo algumas entrevistadas não são valorizadas por parte da sociedade. A terra é o que dá a sobrevivência desses sujeitos, e elas veem no trabalho o lugar de seu

reconhecimento e valoração de sua profissão e de seu sustento diário. Um lugar que constroem suas *histórias e memórias* que são narradas por mulheres que buscam a conquista pelo seu espaço, que buscam o reconhecimento de sua labuta diária em um mundo ainda cheio de desrespeito e intolerância para nós mulheres...

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARANTES, Antônio Augusto. **O Que é Cultura Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BARRETO, Alessandra Amâncio. **A mulher trabalhadora rural do Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, em Castanhal-PA**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará/Belém. Dissertação de Mestrado. 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Volume 2. Difusão Europeia do Livro, 2ª Edição, 1970.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. (Org.). Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Luciana Dos Santos; LAVRATTI, Iara Milreu. **A participação das mulheres em assentamentos: dominação patriarcal e ações coletivas**. Disponível em : [https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-participacao-das-mulheres\\_iara-milreu-lavratti.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-participacao-das-mulheres_iara-milreu-lavratti.pdf) Acesso: 04/09/2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Editora: Paz e Terra. 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MATOS, Júlia Silveira e SENNA, Adriana Kivanski de. *História Oral Como Fonte: problemas e métodos*. **Historias**, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2395/1286> Acesso em: 25 agosto 2017.

MESQUITA, Natalia Lucas. **Geografia, Gênero e Contra-Espaço: mulheres no Assentamento Serra Dourada - Goiás/GO – Brasil**. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Dissertação. Goiânia, 2016.

MILTON, Aristides. **A campanha de Canudos**. Coleção Cachoeira vol. 2. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1979.

MINAYO, Maria Célia de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MONTENEGRO, Antônio Torres (2001). **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3ª Ed., São Paulo: Contexto.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6ª Ed. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

PELLIZZARO, Reinaldo Assis. **Guerra do Contestado: Linguagem dos Caboclos**. Edipel, 2014.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. Lutas e Experiências dos Assentados Serra Dourada/Goiás-GO. **Revista Margens Interdisciplinar**. V. 10, nº 15, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4519> Acesso: dia 25/09/2017.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Cláudia de Lima; BUENO, Tobias; SILVA, Altamiro Lourenço da; SILVA, Sirlene dos Santos Neves. **Manutenção do Ciclo da Vida: Experiência em Transição Agroecológica de Hortaliças no Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO**. <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/16809/10638> Acesso dia 25/04/2016.

STEDILE, João Pedro. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TANZI, Héctor José. *O Tratado de Tordesilhas e sua projeção*. **Revista de História**, v. 54, nº. 108, 1976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77814> Acesso: 19/08/2020.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Vol 1. Trad. Denise Bottmann. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON: Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Cultura, culturas e educação*. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, maio-agosto, 2003.

**Fotografias**

Acervo das pesquisadoras.

**Atas pesquisadas**

Atas do Assentamento Serra Dourada.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11766>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11766>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 93-104

Submissão: 04/12/2021

Aprovação: 04/01/2022

## PALABRAS, SENTIDOS Y PAPILAS GUSTATIVAS EN 'SEIOS E VENTRES' DE KANGUIMBU ANANAZ

WORDS, SENSES AND TASTING PAPERS IN 'SEIOS E VENTRE' OF KANGUIMBU ANANAZ

Daiana NASCIMENTO DOS SANTOS    
Universidad de Playa Ancha, (UPLA – Chile)<sup>1</sup>

Patricia PÉNDOLA   
Universidad de Playa Ancha, (UPLA – Chile)<sup>2</sup>

**Resumen:** En este artículo se realiza un análisis del poemario *Seios e ventres* (2020), para indagar en cómo esta obra representa literariamente los modos de irrupción del patriarcado en el contexto de la literatura de Angola. Se considera que la obra utiliza un conjunto de estrategias estéticas, literarias y culturales para explorar las complejidades de la identidad femenina que sobresalen en el poscolonialismo, así como a la necesidad de repolitizar y reposicionar a las mujeres dentro de este contexto. Como aparato teórico serán considerados aportes importantes de los estudios literarios, poscoloniales y sobre oralidad para leer críticamente la obra poética que nos convoca.

**Palabras clave:** Poemario. Literatura de Angola, Identidad femenina. Mujeres.

**Abstract:** *In this article, an analysis of the collection of poems Seios e ventres is carried out, to investigate how this work represents literally the modes of irruption of patriarchy in the context of Angolan literature. The work is considered to use a set of aesthetic, literary and cultural strategies to explore the complexities of female identity that stand out in postcolonialism, as well as the need to repoliticize and reposition women within this context. As a theoretical apparatus, important contributions from literary, postcolonial and oral studies will be considered to critically read the poetic work that summons us.*

**Keywords:** *Poems. Angolan literature. Feminine identity. Women.*

<sup>1</sup> Centro de Estudios Avanzados-Universidad de Playa Ancha (UPLA-Chile); E-mail: [daiana.nascimento@upla.cl](mailto:daiana.nascimento@upla.cl)

<sup>2</sup> Centro de Estudios Avanzados-Universidad de Playa Ancha (UPLA-Chile); E-mail: [patipen@gmail.com](mailto:patipen@gmail.com)

“Se dijeron las palabras más esenciales, las más importantes. Las palabras del comienzo, las palabras del final, las palabras de la vida, las palabras de la muerte, las palabras del amor, las palabras de la cábala, las palabras de los dioses, las palabras de las diosas, las palabras desnudas, las palabras ocultas, las palabras desveladas, las palabras del más allá, las palabras de la ilusión, las palabras de la alusión, las palabras de la desilusión” (BUGUL, 2003, p. 250)

## ANTECEDENTES

Desde tiempos inmemoriales la palabra ha tenido un rol importante en la creación del mundo, sus alcances y conquistas también han sido permeados por medio de ella, lo que de cierto modo salta a la vista con la escena descrita en el fragmento incluido al inicio de este artículo. La cita muestra el encuentro de amor entre los protagonistas de la novela ‘La locura y la muerte’ de la escritora senegalesa Ken Bugul, de donde se despliega una performance que se construye, nutre y se fusiona mediante la evocación de la palabra. En la huella de Hampate ba (1982), Ki-zerbo (1982) y Padilha (2007) entendemos que la palabra esculpe el alma africana mediante el legado de la oralidad, por lo que Kanguimbu Ananaz se nutre de la herencia de la ‘voz y letra’, eslabones fundamentales de la literatura angoleña (PADILHA, 2007) para posicionarse en la escena literaria:

“[...] a oralidade é um dos traços distintivos do discurso narrativo angolano, também a força vital constitui a essência de uma visão que os teóricos das culturas africanas chamam de visão negro-africana do mundo. Tal força faz com que os vivos, os mortos, o natural e o sobrenatural, os elementos cósmicos e os sociais interajam, formando os elos de uma mesma e indissolúvel cadeia significativa[...]” (p. 26).

Este es el contexto enfatizado en la obra de Maria Manuela Cristina Ananaz (1959), más conocida por el seudónimo de Kanguimbu, quien forma parte de un fecundo grupo de escritores angoleños de los 80 que impulsó la Brigada Joven de la Literatura de Angola, cuyo afán idealista trajo nuevos aires a la literatura angoleña con el fin de romper con el estilo neorrealista del aquel entonces e instalar el simbolismo como estilo poético que la autora conserva hasta hoy. El conjunto de su multifacética obra<sup>3</sup> abarca poesía, narrativa, cuentos infantiles que se nutren de una literatura con matices culturales donde la tradición, las costumbres y los símbolos de la tierra moldean su escenificación estética y literaria como gesta importante para el rescate y la preservación del legado tradicional (NETO, 2017, p. 13). Una circunstancia característica de su producción literaria son las imágenes culturales y simbólicas de su infancia que se hallan plasmada en la valorización de su

<sup>3</sup> Véase bibliografía de Kanguimbu Ananaz al final de este artículo.

identidad más allá de la colonización. La independencia forjó dentro de este contexto nuevos escritores y Ananaz es parte de esta generación que se nutrió del pasado, de los precursores de la Literatura de Angola, tales como: Cremilda de Lima, Agostinho Neto, Maria Eugênia Neto, Celestina Fernandes y otros cuyo legado literario son indelebles para su trayectoria literaria.

## **EBULLICIÓN DE LAS PALABRAS Y DE LOS SENTIDOS**

La obra de Ananaz ha empezado a llamar la atención de la crítica literaria y de la prensa, especialmente por traer a colación temas acordes a la identidad cultural y empoderamiento femenino, lo que le ha otorgado también el reconocimiento mediante premiaciones importantes en Angola y la participación en eventos literarios internacionales. Coincidimos con Macedo (2010, p. 3) al considerar los desafíos enfrentados por muchas escritoras femeninas en los países africanos de lengua portuguesa y, a la vez, la menguada recepción de la crítica literaria, lo que de cierto modo contribuye a un silenciamiento estratégico y patriarcal.

Uno de los méritos de la obra de Ananaz son los modos de concepción del asunto de las complejidades de la colonización, del comercio triangular y el devenir femenino que se reverbera con el poscolonialismo, además de explorar las ambigüedades del rol que cumplen las mujeres en la sociedad africana, particularmente angoleña y, al mismo tiempo, insistir en modos de empoderamiento de ellas. Esta situación tampoco es diferente en la escena literaria, pues se nota todavía que hay pocas voces femeninas en este espacio, así enfatiza Macedo (2010) en el artículo “Da voz quase silenciada à consciência da subalternidade: a literatura de autoria feminina em países africanos de língua oficial portuguesa”. Aunque nos recuerda Macedo (2010), hubo una significativa participación femenina en los procesos de lucha por la independencia de las jóvenes naciones africanas, en especial en Angola. Para Macedo esta poca presencia de voces femeninas en el espacio literario se asocia a motivos de varias índoles, principalmente en lo que refiere al rol secundario que se les relega a las mujeres en las sociedades africanas y al escaso acceso a la educación.

Coincidimos con la intelectual brasileña en estos aspectos y consideramos que el afán literario que se despliega desde *Seios e ventres* propone vías para impugnar esta coyuntura y lo hace al concebirse como una evocación a la vida que salta a la vista desde el título de la obra.

En este artículo analizamos el poemario *Seios e ventres* (2020), indagando en cómo esta obra representa literariamente los modos de irrupción del patriarcado en el contexto de la literatura de Angola. Por lo que se considera que la obra utiliza un conjunto de estrategias estéticas, literarias y

culturales para explorar las complejidades de la identidad femenina que sobresalen con el poscolonialismo, así como a la necesidad de repolitizar y reposicionar a las mujeres dentro de este contexto. Por ello, la obra puede ser entendida como la gesta de la voz femenina que alberga la fuerza, la vitalidad y la rebeldía mediante una serie de recursos lingüísticos, sensoriales y creativos. De esta manera, *Seios e ventres* asigna un significado de resistencia a la palabra y entrega una nueva ubicación necesaria a las mujeres dentro del discurso literario y de la sociedad angoleña. Desde una perspectiva diferente pero que se articula muy bien con lo anterior, Grada Kilomba en el libro *Memórias da plantação* corrobora con esta agenda que asigna voz, reposiciona el lugar y las subjetividades femeninas en las discursividades<sup>4</sup>. De manera enfática, Kilomba dice: “Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político” (KILOMBA, 2019, p. 28). Sobre esta base, consideramos que Ananaz concibe la palabra como un acto de resistencia desde donde emerge una rebelión de los vocablos, de los sentidos y de las papilas gustativas que se halla plasmado en cada verso de *Seios e ventres* (GUEDES DE SOUZA, 2021).

## EBULLICIÓN DE LOS SENTIDOS

Desde el sugerente título *Seios e ventres*, los versos de Kanguimbu Ananaz conducen al lector en una travesía por espacios que alcanzan un estatuto simbólico: el lenguaje y el cuerpo femenino como territorios que la hablante reivindica. Los poemas son un tránsito por distintos ámbitos del amor y el erotismo, líneas desde las que emanan sonrisas, aromas, sabores, texturas, sonidos armónicos; en suma, sensaciones placenteras. En contraposición con las posturas de la tradición literaria occidental, que vincula a Eros con Tánatos, el sexo con la culpa, la desnudez con la vergüenza y el acto sexual con la violencia, la voz lírica se expresa libre, gozosa, risueña. En estos versos, las señales opuestas a dichas sensaciones son, a lo sumo, nostalgia del amado, saudades. En tal sentido, el trabajo poético de Ananaz viene a subvertir un orden racional, patriarcal, culposo y violento.

Respecto de lo anterior, vale recordar que las voces de mujeres poetas entran a disputar un campo literario en una situación de desventajas. ¿Cuántas mujeres escritoras se puede nombrar antes del siglo XX? ¿Cuántas escribieron bajo seudónimos masculinos? Surge, entre medio de los siglos,

<sup>4</sup> Esta situación se evidencia también en: Muñoz, Patricia. “Narrativas emancipatorias en la literatura afroestadounidense contemporánea: el caso de Gayl Jones”. En Machado, Marta (ed. y comp.). *La diáspora africana: un legado de resistencia y emancipación*. Santiago de Cali: Fucla, 2012, p. 133.

la fértil producción de Sor Juana Inés de la Cruz, la que se levanta, rebelde, en contra de las imposiciones de sus directores espirituales. La monja mexicana debate, en el terreno de las letras, el derecho de las mujeres a estudiar. La suya es una poesía que contraviene la escritura tradicional de las que han tomado el hábito. Estas, guiadas, controladas y censuradas por sus directores espirituales, son conminadas a escribir de sus experiencias de “éxtasis” místicos. Sor Juana opta por el conocimiento, la reflexión sobre el saber, incursionando en el ámbito de la razón, privilegio del pensamiento masculino. Kanguimbu Ananaz nos ofrece otra forma de rebeldía, una que elige un campo alternativo para resistir el lenguaje patriarcal y sus imposiciones. La poeta escoge otros saberes, otros conocimientos, antes ignorados o menospreciados y “[...] tenta um caminho próprio, ao procurar revitalizar, na escrita, formas populares de narrar o texto” (PADILHA, 2007, p. 22).

Senos y vientre, los atributos propios de las mujeres, son recuperados para el propio placer de ellas. Como ya se señaló, las palabras evocan texturas, sonidos, rumores, aromas, olores y paisajes que agudizan nuestros sentidos y nuestras papilas gustativas. Son los sentidos, no el intelecto, los que alcanzan protagonismo en sus versos. La resistencia rebelde blande sus armas: la ternura, la caricia, la nostalgia, el deseo; el cuerpo, la piel, los labios. Mar, cielo, nubes, arena se transforman en sensaciones corporales que anuncian la presencia del amante, al que se extraña: “esperança somente desejos sabor/sexual à porta da relva” (ANANAZ, 2020, p. 25). Son, entonces, múltiples las vías de acceso para interpretar la lírica de este poemario. Podemos entrar por todos los sentidos: texturas, aromas, sabores, colores y sonidos, como atender a las analogías entre la sensualidad amorosa y los sabores propios de la cocina angoleña, así también atender a la evocación del terruño propio –Angola– que se derrama en los versos. En este abordaje hemos privilegiado analizar los poemas que tocan los temas del erotismo, la relación de este con las artes culinarias y las alusiones a la tierra natal, lo que no deja de ser un acto de rebeldía literaria.

El libro inicia con el poema “Nubes robustas”, que son los senos del cielo, en asedio del mar y la espera. El agua que cargan las nubes son la analogía del pecho materno que alimenta, idea que se completa en el poema “Seios empaturrados”, cuando la hablante lírica exhorta:

Alimentai-vos de mim!  
Sou vida  
dou vida  
alimentai-vos  
boca do mundo (p. 62).

La invitación es clara, el cuerpo de la mujer da vida y también la alimenta. No hay sombra que atemorice al hablante o al lector. Así, los versos citados difieren de la concepción propuesta por Bataille (1957):

El terreno del erotismo es esencialmente el terreno de la violencia, de la violación. Pero reflexionemos acerca de los pasos que hay entre la discontinuidad y la continuidad de los seres ínfimos. Si nos remitimos a la significación que tienen para nosotros esos estados, comprenderemos que el arrancamiento del ser respecto de la discontinuidad es siempre de lo más violento. Lo más violento para nosotros es la muerte; la cual, precisamente, nos arranca de la obstinación que tenemos por ver durar el ser discontinuo que somos (p. 12)

No leemos ni en los versos citados, ni en todo el poemario, la violencia a la que se refiere Bataille, ni menos la muerte. La mujer, el erotismo, el encuentro sexual son un canto a la vida. En tal sentido, citamos a Bengoa (2019) quien reflexiona en torno al poder de la mujer, al explicar el rol de la machi<sup>5</sup> para las comunidades mapuche:

La mujer es la reproducción, es la que da vida; la mujer es la que alimenta, amamanta y hace los alimentos, esto es, nutre, da vida, reproduce cotidianamente la vida; la mujer es la que mantiene encendido el fuego, da calor, protege, permite la vida [...]. Lo concreto es que la mujer en el hogar, en la vida cotidiana, maneja y controla los mecanismos de la vida, la salud, la enfermedad y la muerte (pp. 116-17).

La voz lírica que levanta Ananaz (2020) reclama ese poder, pues cada mujer potencialmente nace con él. Sus versos cantan a la vida y la fertilidad, al amor y a la sensualidad. Es una voz lírica gozosa, que habla de sonrisas: “Céu aberto/esvazia encanto/soltam sorrisos/fazem fogueira” (p. 41), ternura y pasión: “[E]ntre cálices linguados aromáticos/renasce o amor/havia perdido!” (p. 33). Por ello creemos que los poemas de Ananaz restituyen al amor y al erotismo su carácter sagrado, en el sentido propuesto por Reine Eisler en *El placer sagrado* (1996):

Velas, música, flores y vino —la materia prima del romance, sexo y amor. Pero velas, música, flores y vino son también la materia prima de rituales religiosos, de nuestros ritos más sagrados.  
[...] El anhelo sexual de tantas mujeres y hombres, como algo hermoso y mágico, ¿será acaso un impulso reprimido durante largo tiempo para expresar sexo y amor de una manera más espiritual y al mismo tiempo más apasionada? (p. 34).

Además, la voz lírica exclama: “meu ventre/minha alma” (ANANAZ, 2020, p. 48). Un concepto junto al otro, en una suerte de espejo, su vientre es también su alma. Colegimos, entonces, que los versos citados invierten la tradicional manera de interpretar el sentido de la vida humana, pues

<sup>5</sup> Machi: persona que, dentro del pueblo mapuche, tiene poderes para sanar enfermedades del cuerpo y psíquica. Aunque existen machis hombres, generalmente el oficio lo ejercen las mujeres.

no aspira a una trascendencia abstracta e inmaterial, sino que se ubica en el vientre de la mujer capaz de alojar la vida pronta a nacer.

La poesía de Kanguimbu invierte las normas patriarcales al reivindicar el poder de dar la vida –el vientre y los senos de la mujer– restituyendo así el lugar de la antigua divinidad femenina. Sus versos nos recuerdan otra de las propuestas de Reiner Eisler, desarrollada en *El cáliz y la espada* (1998). La antropóloga argumenta en torno a la idea de que antes del modelo dominador y jerárquico que caracteriza a la cultura de occidente, existió una cosmovisión asentada en la solidaridad y en la veneración de quien tiene la facultad de dar la vida, es decir, en la mujer. En consecuencia, las primeras divinidades son femeninas, pues del vientre de la mujer, al igual que de la tierra, surge la vida. Dicha forma de convivencia, en que el poder femenino no implicó dominación, jerarquías y sometimiento, sino colaboración, fue violentamente sustituida por quienes tienen el poder de dar la muerte, la espada. El libro indaga en las causas para arribar a una conclusión. Nosotros nos quedamos con la interpretación que establece un lugar primordial al poder de dar vida, alimentarla y cuidarla, propia de las mujeres y de las comunidades matriarcales. Y conjeturamos que en torno a esos principios dialoga con nosotros Kanguimbu Ananaz (2020):

Meus seios  
abrasadores  
desvendam segredos  
atraemborboletas  
fecundam néctar estação do amor (p. 32).

Los poemas de *Seios e ventres* restauran el carácter sagrado de la vida, enaltecen la fecundidad, metaforizada en esas borboletas, –mariposas– atraídas por los senos abrasadores de la hablante. Al respecto, citamos nuevamente a Bengoa (2019), que propone:

La mujer debe preocuparse de la vida por orden y disposición de los hombres. Su papel puede ser fundamental, pero subordinado. Pues bien, allí reside la posibilidad de reversión del sistema de poder. Pueden transformar el poder de la vida y de muerte en “poder independiente”, no sujeto a las reglas de los hombres y la sociedad” (p. 117).

La voz lírica comunica sus experiencias eróticas en que la atmósfera erótica es evocada a través de los sentidos del oído y del olfato:

Os suores dialogam  
brandam suspiros  
no cazebre  
seios apaixonados  
soltam beijos  
cravo eorquídea  
no galho das emoções (ANANAZ, 2020, p. 35).

Como se aprecia, estos y otros poemas contradicen las propuestas de Bataille (1957), para quien:

El erotismo es al menos aquello de lo que es difícil de hablar. Por razones que no son únicamente convencionales, el erotismo se define por el secreto. No puede ser público. [...] En el conjunto de nuestra experiencia, permanece esencialmente al margen de la comunicación normal de las emociones. Se trata de un tema prohibido (p. 186).

Muy por el contrario, Ananaz (2020) nombra lo acallado, sin tapujos, sin vergüenza y sin culpa, pues son “mensagens/espermatozoidicas da saudade” (p. 24).

La desnudez es enaltecida en muchos poemas. No implica el riesgo que anuncia Bataille (1957): “El desnudarse, si lo examinamos en las civilizaciones en las que tiene un sentido pleno, es, si no ya un simulacro en sí, al menos una equivalencia leve del dar la muerte” (p. 13). En los versos de Ananaz (2020), la ausencia de ropaje es “sabor do nudismo/à espera desejos dilatados” (p. 55). En la misma línea, el ombligo, inequívoca sugerencia de desnudez, reclama amor: “meu umbigo quer poesia” (p. 52).

Asimismo, la propuesta poética viene a dar relevancia a áreas cotidianas de las que se ha ocupado la mujer a lo largo de la historia, en distintas culturas, como lo es la cocina y el arte de la gastronomía, las que vincula con el erotismo. Los poemas establecen nexos entre el encuentro amoroso y los sabores y aromas de la comida angolana: “Sexo adormece/lábios meus seios Kitaba<sup>6</sup> aroma entre apertos/saboreia gonguenha<sup>7</sup>” (p. 27) y le proporciona a la hablante un “coito gastronómico” (p. 28).

Las voces de los pueblos angolanos que nombran los alimentos propios de su cultura surgen multiplicados: *massarocas*, *loncagos*, *minguelekas*, *pirão*, *mbolo*, como una invitación a probar tales sabores: “Adormeço degustando sabor da mingueleka<sup>8</sup>” (p. 37). El cuerpo femenino se ofrece para ser saboreado, pues también se degusta la piel del amante: “[N]oites de núpcias exala cânticos eróticos/saciando forno do corpo” (p. 34). La hablante confiesa: “Ando as cambalhotas” (p. 53), es decir, dando volteretas, quizás en espera del amante. Sus “seios enrolados/massuika do amor” (p. 53): la palabra *massuika* designa las tres piedras usadas para poner una olla sobre el fuego de leña. En el poema, los senos cumplen esa función. El cuerpo, entonces, es

<sup>6</sup> Kitaba: pasta moída de amendoim, na língua kimbumdo. (Traducción de Ananaz).

<sup>7</sup> Gonguenha: farinha derivado de mandioca, com leite e açúcar, um pouco de água morna, alimento para almoço. (Traducción de Ananaz).

<sup>8</sup> Mingueleka: folhas de abóbora, é comestíveis nas refeições comida. (Traducción de Ananaz).

horno en que se cocinan los manjares para exaltar los sentidos y prepararlos para el encuentro erótico.

Junto con ello, cabe resaltar la diglosia como una forma de poner en relieve no solo tales saberes culinarios, sino también como un medio para visibilizar esas otras voces acalladas por el imperialismo. En la misma línea, leemos en los poemas los nombres que la cultura angoleña le da a la naturaleza y los espacios geográficos, los que se encuentran en conexión con el amor y el erotismo. Las “águas kuanzáticas” (p. 30) aluden tanto al mayor río de Angola, llamado Kuanzas, como al acto amoroso, ebullición líquida que se encuentra sumergida en el “útero rosas de espinhos” (p. 30). Como en esos versos, varios otros poemas incluyen la toponimia propia de Angola y los modos de nombrar los fenómenos climáticos: “Nbungo<sup>9</sup> aquece erosões/anuncia/renúncia impossível/sensações ao amanhecer/cria nvula<sup>10</sup> d’ amor” (p. 26). Las arenas multicolores: “areia o arco-íris/espanta lukala<sup>11</sup>/desliza/sobre o amor” pueden aludir a la piel de la hablante que asombra (espanta) al río Lukala, como analogía del amante.

El poemario desafía las convenciones milenarias y tensiona el estrecho canon de los elegidos. Recoge una visión de mundo que no es nueva, sino antigua y la convierte en lenguaje y ritmo, cadencias que nos traen el palpitar de los territorios conquistados por quienes siempre han sido sus dueñas, en la voz y las palabras de Kanguimbu Ananaz. En tal sentido, cabe resaltar también las diversas expresiones que emplea la hablante lírica para nombrar a la mujer. No es *mulher* simplemente en portugués. Por el contrario, es nombrada con diversas voces en lenguas angolanas, tales como: *mukai*, *muatus*, *mboas*, además de la mujer *malangina*. De esta manera, *Seios e ventres* ubica en un lugar señero a la mujer angoleña, como símbolo de emancipación poética y corporal en la que se pueden encontrar representadas las mujeres del mundo. Pues, como apunta la reseña de Huarley Mateus do Vale Monteiro: “Seios e Ventre, não é o corpo de uma única mulher, pois ressoa as muitas que encontram nele sua verbalização” (2021, pp. 6-7).

## CONSIDERACIONES FINALES

A modo de conclusión, consideramos que *Seios e ventres* (2020) es un poemario cuyo trasfondo descortina la imposición de la mujer en la sociedad africana, fundamentalmente angoleña.

<sup>9</sup> Nbungo - areia da praia na língua kimbundo. (Traducción de Ananaz).

<sup>10</sup> Nvula: chuva na língua nacional kimbundo. (Traducción de Ananaz).

<sup>11</sup> Lukala: Rio situado na província do Kuanzas Norte-Angola. (Traducción de Ananaz).

Entretejidos en sus poemas, subyace el rol de la mujer y las luchas sociales que se han confrontado para su integración en la sociedad. Este sujeto se encuentra asociada a una serie de conflictos iniciados por mujeres guerreras, tales como Ginga Nbandi, que en el periodo colonial logró conquistar su lugar de reina derrotando al colono portugués en varias batallas, pero también se asocia a otras como Lucrecia Paim, Inerene Coehn y tantas más que trazaron los primeros pasos en la lucha por la inserción de la mujer en lugares históricamente ocupados por hombres. Es en este sentido que surge *Seios e ventres*, en la emergencia de enmarcar la importancia de la mujer dentro de un contexto patriarcal, revelando el rol que desarrolla en la sociedad no solo como el ser que genera otro ser, sino también como aquella que se busca integrar, expresando su potencial, ocupando y mostrando que es capaz de irrumpir lugares otrora destinados a los hombres y a la vez, levantando las voces por tanto tiempo silenciadas. Por estas razones, cabe concluir con este planteamiento de Grada Kilomba: “Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade” (2019, p. 238). Esta es la invitación que hace Kanguimbu Ananaz en *Seios e ventres* a las mujeres africanas y afrodescendientes, pero que también puede venir a ser la ruta para ser abrazada por todas las mujeres.

## REFERENCIAS

ANANAZ, Kanguimbu. **Seios e ventres**. Luanda: Tchingapy Editora, 2020: 72.

BATAILLE, George. **El erotismo**. Madrid: Tusquets editores, 1957: 478.

BENGOA, José. **Crónicas de la Araucanía**. Relatos, memorias y viajes. Santiago: Catalonia, 2019: 312.

BUGUL, Ken. **La locura y la muerte**. Barcelona: El Cobre Ediciones, 2003: 288.

EISLER, Riane. **Placer Sagrado**. Volumen 1: Sexo, Mitos y Políticas del Cuerpo. Traducción de Elena Olivos. Santiago de Chile: Editorial Cuatro Vientos, 1998: 207.

EISLER, Riane. **El cáliz y la Espada**. Santiago de Chile: Editorial Cuatro Vientos, 1998: 296.

GUEDES DE SOUZA, Elis Regina. “*Seios e ventres*” de Kamguimbu Ananaz: uma leitura do universo feminino, a partir de uma voz de resistência. **Communitas**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 321–323, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5064>. Acesso em: 5 jul. 2021.

HAMPATÉ Ba, Amadou. “*La tradición viviente*”. En Ki-Zerbo, J (dir.). **Historia general de África I: Metodología y prehistoria africana**. Madrid: Tecnos/Unesco, 1982: 185-222.

KI-ZERBO, J. “*Introducción general*”. En Ki-Zerbo, J. (dir.). **Historia general de África I: Metodología y prehistoria africana**. Madrid: Tecnos/Unesco, 1982: 23-44.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019: 249.

MACEDO, Tania. “*Da voz quase silenciada à consciência da subalternidade: a literatura de autoria feminina em países africanos de língua oficial portuguesa*”, **Mulemba**, vol. 2, n. 2, Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2010: 4–13. Visible en internet: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/4682/16387>. Consultado el 11 de junio de 2021.

MONTEIRO, Huarley Mateus do Vale. “*ANANAZ, Kanguimbu, Seios e Ventre: poemas, Tchingapy Editora, Luanda, 2020*”, **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, vol. 14, nº 1, Online: Universidade Estadual de Roraima, 2021: 3. Disponible en: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/920>. Consultado el 11 de junio de 2021.

MUÑOZ, Patricia. “*Narrativas emancipatorias en la literatura afroestadounidense contemporánea: el caso de Gayl Jones*”. En Machado, Marta (ed. y comp.). **La diáspora africana: un legado de resistencia y emancipación**. Santiago de Cali: Fucla, 2012: 133-160.

NETO, Akiz. “*Poesia, criação estética de uma trindade: Kanguimbu Ananaz (Angola), Odete Costa Semedo (Guiné-Bissau) e Conceição Lima (São Tomé e Príncipe)*”, **ContraCorrente**: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 7, Online: Editora Universitaria da UEA, 2017: 9-28. Visible en internet: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/552/538>. Consultado el 11 de junio de 2021.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre voz e letra**: O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: Editorial Pallas, 2007. 256.

### ***Bibliografia de Kanguimbu Ananaz***

KANGUIMBU, Ananaz. **A Literatura Infantil Angolana, Pós-Independência, estudo sobre a escritora Cremilda de Lima**. Luanda: Editora das Letras, 2019: 101.

KANGUIMBU, Ananaz. **A Wati e a Sonhi n.º 1**. Luanda: União de Escritores Angolanos, 2015: 24.

KANGUIMBU, Ananaz. **As Férias de Yahula**. Luanda: União dos escritores Angolanos e Tchingapy, 2012: 30.

KANGUIMBU, Ananaz. **Avô Sabalo**. Luanda: União dos escritores Angolanos. 2006: 40.

KANGUIMBU, Ananaz. **O Regresso de Kambongue**. Luanda: União dos escritores Angolanos e Tchingapy, 2011: 40.

KANGUIMBU, Ananaz. **Pétalas Rasgadas**. Luanda: Tchingapy, 2014: 64.

KANGUIMBU, Ananaz. **Seios do Deserto**. Luanda: Patrocínio do governador de Luanda e o Apoio do Ministério da Família, 2002: 71.

KANGUIMBU, Ananaz. **Soba Kangeiya e a Palavra. Luanda**: União dos escritores Angolanos e Tchingapy, 2010: 23.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11772>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11772>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 105-122

Submissão: 04/07/2021

Aprovação: 15/10/2021

## DESCUIDOS SEM GÊNERO

### GENDERLESS OVERSIGHTS

Paola ZORDAN  

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <sup>1</sup>

**Resumo:** Este breve ensaio, ao estilo de bell hooks, retoma questões entre trabalho doméstico e institucional, tendo como elemento central a casa, a qual, em outros aspectos é nosso país e nosso planeta. O problema é atualizado para além de uma questão somente feminina a partir da psicopolítica de Byung-Chul Han, especialmente no que diz respeito aos contrangimentos sofridos pelos intelectuais e artistas brasileiros. O arder para fora da sociedade do cansaço gera um descuido, um não prestar atenção no que realmente se é. Não ter gênero é sentir-se fora de qualquer categoria e isto pode ser interessante para que se ultrapasse a falta de compaixão dos sujeitos do desempenho e se crie uma poética que afirme uma existência não subjugada.

**Palavras-chave:** Psicopolítica. Casa. Performance. Cuidado

**Abstract:** *This brief essay, in the style of bell hooks, remains issues between domestic and institutional work, having as its focus home, which, in other respects, is our country and our planet. The problem is updated beyond a female question based on Byung-Chul Han's psychopolitics, especially with regard to the constraints suffered by Brazilian intellectuals and artists. Burnout of the society of tiredness generates carelessness, not paying attention to what you really are. Not having gender is feeling out of any category and this can be interesting to overcome the lack of compassion of the performance subjects and create a poetics that affirms an unsubdued existence.*

**Keywords:** *Psychopolitics. Home. Performance. Care.*

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Artes Visuais e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora e Mestre em Educação, Bacharel em Desenho; Licenciada em Educação Artística. *E-mail:* [paola.zordan@gmail.com](mailto:paola.zordan@gmail.com)

*“Minha existência é finita e  
tenho um número limitado  
de anos pela frente”*  
(TOLOKONNIKOVA, 2019, p. 245)

## NENHUMA COMPAIXÃO

Fiz meus estudos de mestrado junto a Michel Foucault, pensando e analisando modos de subjetivação feminina. Nas bordas de uma dissertação em torno de uma feminilidade idealizada e estereotipada, centrada na figura das *Princesas* (ZORDAN, 2019), escrevi um ensaio em torno dos cuidados domésticos que trazia como “saída”, a escrita de si. Publicado na Revista *Margens*, em 2008, constituía um texto paralelo que não “coube”, por assim dizer, no que se circunscreveu como pesquisa. Primeiramente porque não tratava de desenhos produzidos por tendências datadas, como as princesas veiculadas nas corporações de entretenimento que dialogavam com o dispositivo “pedagógico da mídia”(FISCHER, 1997) tratado pelas pesquisas da orientadora. Outro aspecto tomado como “problema” era o texto escrito em primeira pessoa, nem sempre considerado acadêmico e apropriado, ainda mais por não ser fiel ao estilo foucaultiano, pois trazia referências demais num tom assumidamente confessional. Tudo isso foi considerado inadequado por quem inicialmente o avaliou como produção resultante de uma disciplina. Ao me deter em situações que toda mulher passa, independente de ser pesquisadora, trouxe um tema, o cuidado com a casa e com as pessoas que temos em casa, sem aprofundar, como era esperado, discussões entre a esfera pública e privada. Também não tratei dos conceitos de Foucault de acordo com as exigências, pois trouxe autoras que, pelo que me diziam, “não combinavam”. Tinha lido apenas um texto de bell hooks, e, talvez, o fato de citá-la, provocadoramente em letras minúsculas como a própria sugere, assim como outras autoras feministas tenha causado repúdio e estranheza quando defendi, com mulheres, um tipo de escritura nem sempre afeito às arguições acadêmicas. Ter a produção rejeitada, especialmente quando os argumentos (tom confessional, estilo, falta de estudo, mistura de autores, tema incomodo, conceitos insuficientes, método confuso), mesmo por elementos contestáveis, nos marca. Até hoje, destarte todos aceites e inclusões, continuo com o extremo sentimento de inadequação que os juízos condenadores, em torno do muito que produzi, calcaram em tudo o que fiz. Por mais pertinente que fosse discutir como as mulheres, em especial às dedicadas a pesquisa e ao ensino, viviam “sob o fogo cruzado de coações contraditórias” (ZORDAN, 2008, p. 191), este e outros textos que publiquei pouco circularam. A sensação que fica, após duas décadas de produções acadêmicas nas quais me detive após dez anos de magistério em escolas básicas, se afirma na sentença que recebi em um parecer do Conselho Nacional

de Pesquisa e desenvolvimento (CNPq) é que, efetivamente, trata-se de uma produção sem impacto e irrelevante. Então, por que eu e tantas outras pessoas marcadas sob o signo de contínuas rejeições, seguem escrevendo, desenhando, criando projetos, assumindo tarefas? Por que não desistimos e simplesmente cuidamos da própria vida? Por que e não fazer somente o mínimo dentro da instituição universitária, que garante o mesmo sustento para os que não se submetem a tantos julgamentos? De algum modo, o convite de *Margens* para revisitar um texto que além de ter sido acolhido, traz o germe de um problema hoje escandido a todo Brasil, responde a uma resistência, a uma insistência, a um não se deixar esmorecer. Hoje, por uma comodidade, por cansaço, por falta de opção, de alguma forma, brasileiros se descuidaram e este descuido precisa ser pensado a partir de todas as tensões que envolvem o desfazer das relações, o sofrimento subjetivo e os adoecimentos cotidianos.

A tensão entre a vida doméstica e carreira não era uma discussão nova no irromper do século XXI, pelo contrário, chegava a ser clichê, a “mulher-mãe: a personagem central da casa” (Risério, 2015, p. 229) sempre esteve na berlinda dos pesquisadores. Porém, com bell hooks, aquele debate recaía em torno do trabalho intelectual e do espaço necessário ao pensamento. Estas contradições se instalam, inicialmente, na divisão do tempo, do espaço e do próprio corpo, em tarefas que contemplam duas instituições: o desempenho profissional e o atendimento à casa. *O cuidado feminino* foi escrito a fim de discorrer o que tratei como “embate diário de todas as mulheres”, colegas com que eu convivía e que testemunhavam “uma existência feminina onde atender a casa, a família, os alunos e mesmo outras pessoas, parece ser uma das ocupações fundamentais” (ZORDAN, 2008, p. 160). Quando lembro como era a minha vida na época que escrevi o texto, ainda professora de escolas, aprendendo a me tornar pesquisadora, e observe como vivo hoje, professora doutora em uma Universidade pública, vejo que as dificuldades daquele contexto eram irrisórias. Perto das que vivemos, eu e colegas, hoje, aquelas esperanças de uma saúde econômica de âmbito nacional, um projeto de nação que privilegiava a cultura e o acesso à Educação, tudo parece findo e destruído. Em termos pessoais, dificuldades podem ser vistas em vários âmbitos da vida de professores universitários, especialmente pelo deterioramento das relações, agora postas prioritariamente em mídias eletrônicas e não mais no cotidiano dos espaços ocupados corporalmente. E tudo isto se agrava quando se vive num lugar ainda mais insustentável do que o magistério: a de artista sem destaques e prêmios, sem propagação em mídias consumidas e, conseqüentemente, sem público. O que pensar se nem as pessoas que você mais ama, no seio da sua família, em nada se interessam pelo o que você faz, mesmo que tudo esteja publicado na rede, nos dispositivos que não tiram de suas mãos e de seus olhos, ignorando, todos os dias, sua presença, sua fala, seu corpo? Hoje, os problemas que aqui elenco

não são exclusivos da vida das mulheres, das professoras, tampouco dos artistas, sendo homens, mulheres, trans e cis, assexuados, seres sem classificação binária, todos estão envolvidos com os sintomas que agora assolam pessoas que estudam, trabalham, tem produção cultural e intelectual e tem uma casa para manter e cuidar. A partir de tudo isso, bell hooks traz uma perspectiva política que inclui a prática do amor, sem o qual não será possível transformação social. Ainda que o “gênero molde a perspectiva” (HOOKS, 2020a, p. 38), romper com os estereótipos de gênero é uma estratégia para que as identidades estratificadas não se calcem num modo de ser enrijecido, o qual impeça o respeito, a honestidade, a confiança e a justiça.

Ao considerar a realidade de trabalho ininterrupto e constante em que vivo agora, é como se eu estivesse num *game*, a cada fase que se passa, mais difícil fica, mais atenção é requerida, menos atenção e cuidado alheio você recebe, mais demandas aparecem, mais pessoas clamam por ajuda e mais próxima da morte estou. Em vários aspectos, deixei de ser mulher, ainda sou mãe, não tenho como viver sem ser professora. O que vivem aqueles que vivem da docência, senão servindo os outros? Na época em que escrevi o referido artigo, a complexa tarefa de formar pesquisadores e professores sequer estava em meu horizonte. Avaliar textos, fazer parte de bancas examinadoras, escrever pareceres e pareceres técnicos, ter compromisso com o estabelecimento de políticas públicas, lutar por uma ética efetiva das relações, nada disto, ainda, fazia parte de minha rotina. Escrevia e falava por mim e outras mestrandas e doutorandas, sem ter um rol de pessoas e projetos sob minha responsabilidade: projetos coletivos, que raramente dizem respeito a desejos pessoais: escrever versos livremente, postar o que gostaria, passar dias fazendo apenas o que tenho vontade. Outras coisas na vida, com o passar do tempo, também se complexificam e o quanto mais a vida transcorre, especialmente para as mulheres, mais comprometidas com outras pessoas, as que nos antecedem e inevitavelmente adoecem, ficamos. Por isso, pode-se dizer que, ao contrário do jogo eletrônico, no qual o jogador vai ganhando habilidades e se tornando melhor a cada fase, na vida de carne e osso, apesar da responsabilidade acumulada, quanto mais se avança, mais cansados, vulneráveis e fracos ficamos. Anos e anos de sala de aula, experiências de gestão, coordenação e orientações, trinta anos dividindo tudo com outra pessoa, me tornaram uma coisa outra, completamente distinta de quem pensou o feminino e seus cuidados, em especial, a casa. E, para essa que aqui escreve, a casa é também espaço de cultivo, no qual, todos fracassos viram bobagem quando nasce, num canteiro seu, uma rosa.

A casa se torna um lar quando o corpo de quem nela vive se estende a todo o espaço e todo o espaço é povoado de pequenas e plenas epifanias. Em alguns termos poderia se dizer deste espaço “sagrado”, porém aqui não se trata de separar forças divinas do mundano e sim afirmar a realização,

totalmente independente do arbítrio alheio, que uma casa pode significar. Os lares são territórios seguros, para proteção e cura, “espaço de acolhimento e cuidado” no qual pessoas podem “dar força umas às outras”(HOOKS, 2019, p. 105). Queremos que o mesmo aconteça na esfera pública, nas relações para além do círculo familiar, mas sabemos que isso não acontece facilmente. Nadya Tolokonnikova, ativista, artista nascida após a derrocada da Cortina de Ferro, aposta que somos capazes de fazer as instituições funcionarem melhor. Entretanto, arrefecer nossa confiança, a confiança em nós mesmos e a confiança entre uns e outros, é a melhor maneira de imobilizar as pessoas e enfraquecer as instituições. Trata-se de tornar as pessoas infelizes, não por impedimentos, mas sim por um convencimento tão grande de que não valem nada, que as torna incapazes de lutar por uma vida menos nefasta. Por isso, nas instituições não há compreensão, guarida, ajuda mútua, “ninguém está disposto a se sacrificar” (TOLOKONNIKOVA, 2019, p. 77). Há uma desvalia generalizada, se minha pessoa não vale nada, a instituição a qual respondo, também não tem valor. Acaba-se numa multidão de pessoas que não conseguem despende esforço algum nem mesmo para criar alegrias e belezas na própria casa, quiçá por uma instituição que pode ser a “casa” de muitos. Bell hooks chama a atenção ao tipo de políticas acadêmicas que coloca professores universitários “uns contra os outros”(HOOKS, 2019, p. 260), de modo que a ajuda mútua se torna rara e o fortalecimento da categoria profissional, centrada em currículos individuais, se torna cada vez mais pífio, evitando corporativismo e colaboração. Não se trata mais de relações verticais, de assujeitamentos, mas sim identificações representativas de subjetividades que falham e que são ridicularizadas: *cringes*. Este tipo de vida, amalgamado eletronicamente nos dispositivos móveis, enfraquece a saúde do corpo coletivo, joga filhas contra pais e mães, parceiro contra parceiro, companheiro com companheiro, colega contra colega. A sociedade estabelece relações feitas para que não se tenha compaixão por ninguém, não importa o lugar que você ocupe, a cor de sua pele, sua orientação sexual, suas crenças, o que você estudou ou deixou de estudar, de onde você venha, onde você está. Basta estar vivo para ter alguém que o acuse e aponte suas inadequações, seus defeitos, atire algo que faça arder estigmas que você nem imaginou que tinha. Aquele capaz de ler mais de três parágrafos e fazer “perguntas que incomodam” (TOLOKONNIKOVA, 2019, p.9), facilmente não será tolerado. Se você pensar e perguntar porque as coisas são como são, você se torna uma ameaça. Mas você só perceberá isso depois de uma sucessão de desencorajamentos constantes. Você precisa deixar de pensar, pois quem pensa deixa de comprar o que não precisa, quem pensa não aceita a manipulação de outrem, quem pensa para. Alguém que não cria dívidas, que não satisfaz o mercado, alguém que não rende lucros, este alguém precisa estar fora. Mas você prefere pensar, o que pode se

tornar horrível e inútil para o mundo e toda a ciência e pesquisa que você produz acabará irrisória frente ao que todo mundo consome. O sentimento de “desvalorização contínua” (HOOKS, 2020b, p. 227), a desumanização que bell hooks bem mostra na vida das mulheres negras estadunidenses, está aqui, contundente, embora não se trate de comparar. Não se tratar de medir o que cabe em cada situação, seja para as afrodescendentes estado-unidenses, seja para mestices de mil cores brasileiros, mas sim combater o que mutuamente aniquila umas e outras quando nos desviamos do problema comum que todos temos que resolver. Se o sistema acadêmico precisa ser um palco de crueldades, cujas submissões aceita-se ativamente, para podermos seguir nele, formando gerações sem as doenças que nos formaram, temos que encarar sua sintomática de frente. As humilhações, os rechaços entre pares e outras experiências que promovem adoecimento, especialmente a todos que são responsáveis por propagação e produção de saber, são estratégias letais que visam a própria aniquilação da ciência, da arte, da filosofia e das diversidades ancestrais cujos saberes são complicados de delimitar num campo. Quando trago este tipo de saber, arcano, ancestral, penso em saberes nenhuma das instâncias já mencionadas, arte, filosofia e ciência, comporta, saberes que nem sempre são aceitos, pois não cabem em “áreas de conhecimento”. A competitividade acadêmica é estimulada a fim de que se apague quem foi silenciado e coíba o que vem trazendo novos sons. Não permite renovação, tampouco resgate do saber arcano, vive em prol de um tipo de história exclusivamente centrada na dominação e em conquistas territoriais. A Terra, que tão bem sabemos ser extensão vital dos nossos corpos, é tão desapropriada quanto aquilo que os que defendem sua preservação pensam, criam e fazem. Este tipo de vida faz com que a Terra não possa ser considerada nossa casa, pois, caso contrário, não seria possível tratá-la tão mal. Ignora-se a ecosofia de Félix Guattari (1990), as subjetividades continuam sendo colonizadas, as máquinas continuam sendo utilizadas de modo predatório e o meio ambiente desrespeitado. Como, após tanto desenvolvimento, tantos avanços científicos, não avançamos nas relações humanas, na tolerância, no amor que bell hooks propõe cultivar para uma nova sociedade? Por amor temos aquela singularidade que se aprende em casa, aquela força que nos permite ser o que somos, a qual sonhamos que exista nas instituições acadêmicas e públicas. Trata-se de algo cultivado, exercitado, mas, para que possa existir, árduo trabalho psíquico precisa ser encarado.

## PSICOPOLÍTICA ARDENTE

O filósofo coreano Byung-Chul Han evidencia as mudanças da sociedade disciplinar de Foucault. Diferente do que se constituiu no século XIX, o público deixa de ser homogêneo e passa a criar um espaço de embates e tensões, positivado por intolerâncias e movido por competitividade. De um modo bastante distinto do sujeito da obediência que caracterizou a sociedade disciplinar, aquele que se configura numa sociedade “transparente”, de controles subjetivos positivos, é o que Han chama “sujeito do desempenho”. Esse compete consigo mesmo, as sanções se tornam íntimas, as referências deixam de ser coletivas. As identidades de raça, classe e gênero tanto se demarcam em lutas e movimentos quanto se diluem e perdem nitidez, tamanha as múltiplas combinações nos câmbios discursivos de tais categorias. A sociedade industrial buscava se calcar em identidades imutáveis e papéis fixos que criavam segmentos subjetivos homogêneos; na sociedade do desempenho contemporânea, o sujeito tem que ocupar o máximo de papéis, preencher um rol bem amplo de quesitos, o sucesso depende de *branding* e isso é pessoalizado, exaltado como virtude. Tudo isso leva a desmobilização coletiva, “o impessoal só tem capacidade para a luta, mas não para concorrência”(HAN, 2017b, p. 91), de modo que a personalização das conquistas torna o social irrelevante. Han mostra como as tecnologias de poder estudadas por Foucault funcionam hoje de outro modo junto a sociedade digital operada por sujeitos cujas visibilidades e enunciações se esgotaram. Liberdade e controle estão identificados nos “panópticos digitais” (HAN, 2017b, p. 212) que carregamos conosco. Isto se justifica pela eficiência da autoexploração, que atinge mais resultados produtivos do que a exploração por outrem. No lugar do biopoder, Han traz a psicopolítica dos *big data*, da qual somente podemos participar uma vez acordando com seus termos, sem subjugações e submissões, mas capturados de forma definitiva. As prisões físicas nunca prenderam, em toda a sua história, como este tipo de dispositivo subjetivador, que nos encarcera animosamente. São aparatos psicopolíticos, os quais contabilizam o valor de uma vida por emoções positivas (curtidas, *likes*) e dispõem de técnicas para “vigiar até a psique”(HAN, 2017c, p.78). Estes indicam um modo de ser sempre inatingível, idealizado em imagens luminosas e bidimensionais. O que se consome, mesmo sem comprar, na luz dos monitores, alimenta angústias e a necessidade de seguir atrás de algo que não concerne ao que somos, num ciclo esquizofrênico que nada satisfaz, mas segue colocando capital em movimento.

Bell hooks mostra o quanto as mulheres negras crescem com palavras e atitudes que as convence de sua inferioridade. Apesar de ser considerada “branca”, apesar de todos os privilégios

que tenho como professora servidora federal, também me sinto em situações em que é “impossível vencer”(HOOKS, 2019, p. 165). Este sentimento assola a humanidade todos os dias, muitas vezes por dia, a rigor, seria tudo o que temos para compartilhar. Porém, o comportamento das pessoas é mostrar sucessos atrás de sucessos, mesmo que significados em pequenas conquistas e “boas” ações, reativamente. Internamente, o sintoma dessa sociedade que Han chama de “transparente”, “sociedade do cansaço”, cujo *topus* se dá na violência psíquica dos exames cibernéticos, é a culpabilização e, conseqüentemente, depressão. Como “o sentimento de ter alcançado uma meta definitiva jamais se instaura”(HAN, 2017a, p. 85), por mais que haja empenho, dedicação, tempo de execução de tarefas, a sensação é de que há um descuido muito grande, do qual jamais poderemos nos eximir, pois tudo está derruindo, especialmente as relações com a natureza e as relações entre seres humanos. Culpabilizar é se eximir de responsabilidades, em todos os âmbitos que estas alcancem. A ética responde não a obrigações morais e sim aos clamores do que se encontra. Ao se encontrar na Terra, aceitamos a magnitude de todas as suas forças e o fato irrefutável de que são inumanas. Embora da Terra se aparte, sem deixar de explorá-la, o ser humano é responsável pelo planeta, ainda que uns achem que a terra é plana, pois talvez seja insuportável compreender o astro que nos sustenta como um corpo vivo, tridimensional, pleno.

Quando clamei por “teorias que nos conectem com a existência, que nos façam refletir sobre nossas próprias vidas”, acreditava que sem tratar daquilo que vivemos, de nossos problemas reais, que também são os dos outros, toda uma ética se desenvolveria, nas relações, no dia-a-dia, no trabalho. O intuito era integrar pensamento, conceitos, aulas, sistemas abstratos com “cuidar e abastecer a casa, educar os filhos, ajudar amigos e parentes, entregar-se ou não aos amores, colocar-se profissionalmente, trabalhar e por fim produzir conhecimento” (ZORDAN, 2008, p.177). Comentei, já naquela época, que tal conexão parecia difícil, os obstáculos entre uma mulher e o trabalho intelectual eram muitos e a escrita de si surgia como exercício, como técnica para que as ligações fossem possíveis. Hoje, não consigo pensar que exista teoria o suficiente para que tenhamos pleno bem-estar no corpo, para que se possa resolver todos problemas de economia doméstica e nos fazer sentir algo melhor do que emoções anestésicas, apaziguadoras das dores reais, obtidas via entretenimento. O cansaço que Han toma do *animal laborans* de Hanna Arendt, mostra que o trabalho degrada a vida, uma vida ativa, plena. Especialmente para minha geração, ainda não afeita a criptomoedas, o trabalho se torna o único meio de garantia para uma sobrevivência básica, para obtenção de uma casa e pagamento de contas. O fracasso do eu-ideal, em sua violência autogerada, trava guerras sem vencedores frente a ilusão de que o capital “gera mais capacidade para viver”(HAN,

2017a, p. 107). Essa capacidade se mascara no transcorrer ininterrupto de tarefas e suas pontuações. “O sujeito do desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (*burnout*). Ele desenvolve nesse processo uma autoagressividade, que não raro se agudiza e desemboca em suicídio” (HAN, 2017a, p. 101). Vivemos em Guerra contra nós mesmos. Agressor é vítima, o explorador é o explorado e essa violência, a qual se passa por liberdade, se torna muito mais prejudicial do que a violência disciplinar da obediência hierárquica. “O imperativo do desempenho converte a liberdade em coação; em lugar da exploração estranha entra a autoexploração, sendo que o sujeito do desempenho explora a si mesmo até ruir.” (HAN, 2017b, p. 182).

Embora Han apresente o *Burnout*, sintoma que se aproxima da depressão, como “consequência patológica de uma autoexploração voluntária” (HAN, 2017a, p. 75) frente a dificuldade de sair de si mesmo em relação ao servir os outros, há um *burnout* familiar, conhecido de todas as mulheres, todas aquelas que, mesmo com a bexiga cheia não conseguiram sentar num vaso sanitário porque tinham que atender bebês, mexer a comida no fogão, girar o botão da máquina de lavar, recolher o pano úmido do assoalho, escrever um parágrafo, tudo isso ao mesmo tempo e mais algumas coisas como a dobra de uma manga e o tampar de uma caneta. Neste caso, o diálogo se torna impossível porque não há, naquele corpo, capacidade para mais uma função além de todas exercidas ao mesmo tempo em todos os tempos. Observo isso porque no jogo do dia a dia, tudo isso segue acontecendo, acrescido do aparelho telemóvel celular, com todos seus aplicativos, piscando com notificações de sucessivas mensagens que nos ofertam coisas e, no caso de alguns profissionais, pedem ajuda, a exemplo de alunes e orientandes que necessitam endossar suas decisões e mostrar seu desenvolvimento. Roseli Schnetzer e Cleiton Oliveira pesquisaram problemas e desafios frente a complexidade das ações do “professor-orientador”, o qual também forma formadores, especialmente nas relações, essas idealizadas em estudantes capazes de “participação ativa, crítica e coletiva” (SCHNETZER; OLIVEIRA, 2010, p. 198). Trata-se de uma relação institucional estabelecida em torno de partilhas de conhecimento, dentro da qual o orientador pauta horizontes para o desenrolar da pesquisa. No entanto, na intersubjetividade desta relação, anseios, sumiços, exigências, desesperos, abandonos, toda uma sorte de reações sintomáticas pode ser observada em detrimento do que realmente interessa e, em muitos casos, a pesquisa do orientador precisa ser colocada de lado a fim de acolher os interesses e processos de orientandes. Tais sintomas são o indício de *burnouts* coletivos, com mais ou menos incidência de acordo com cada tipo de pessoas envolvidas, disputas entre sujeitos dentro dos grupos e até pela natureza das instituições nas quais esta relação se estabelece.

Num projeto de pesquisa centrado nas aparelhagens disciplinares instituídas sobre o corpo

de infames, em especial o corpo das mulheres (ZORDAN, 2016a), poéticas para pensar como se dão as amarras, as submissões e os juízos que definem futuros em termos de aceite, mérito e inclusão. Sem me deter nas mãos com sexualidade não normativa e sim nos encarceramentos que o trabalho promove, criei um aparelho ortopédico simulado usado em situações acadêmicas. A casa, assim como os corpos individuais, envolvem mais do que um aparelho, porém, tudo o que gira em torno do funcionamento de casas, seja a que dormimos, seja nas quais trabalhamos, envolve pesadas maquinarias. Território maquínico, a casa também é corpo, dobra, toca, buraco. A série de desenhos *Mulher-casa*, de Louise Bourgeois, precursora de questões femininas em artes visuais, mostra que, independente da pessoas que ali habitam, a casa tem devir mulher. Ao se tratar das dificuldades em conciliar trabalho intelectual e inúmeras tarefas cotidianas, há uma fala, um cantar, um agitar, que é das iaiás, das sinhás, das mulheres, independente do gênero biológico. Não são hormônios que fazem alguém caber na categoria de “mulher”, o que se enquadra é uma vaga habitável, constituída por apetrechos vários. Há mulheres em homens, em não sexuados, em hermafroditas, frades, todos se tornam, em algum momentos, algo em uma casa que só a si, enquanto quem ali vive e habita, pertence, nem que a casa seja todo o planeta. O que interessa aqui, é a mulher enquanto força de uma casa. Deleuze e Guattari mostram como a arte começa na casa (1992). Em *Mil Platôs* trazem o conceito de ritornelo para demonstrar como os animais marcam territórios (DELEUZE; GUATTARI, 1997). O devir-animal, em suas nuances, se aproxima do devir-mulher. Os devires percorrem territórios, os constituindo. O fato de o território doméstico ter se constituído como feminino é uma longa estratificação histórica, da qual tratei em outros textos e pontuei, sob alguns aspectos, em *O cuidado feminino*. O que está em questão, hoje, extrapola o feminino e se coloca nos limites e nas elasticidades dos corpos. A tênue linha entre respeitar as necessidades próprias e não atropelar as prioridades alheias é bastante complexa, especialmente quando respondemos por instituições das quais a sociedade espera soluções e cobra prazos. Ainda sem a leitura de Han, orientei a tese de Marcio Tascheto da Silva, o qual, a partir de estudos de economia política italiana, em especial Antonio Negri, trata dessa necessidade insana de produtividade como uma “velocização”, sintoma da crise subjetiva da troca e início de milênio (ZORDAN; SILVA, 2018). O fato das universidades públicas, no Brasil, especialmente nas áreas de Artes e Ciências Humanas, pouco responderem aos apelos do mercado, faz com que os docentes sejam cobrados em vários âmbitos sociais, sendo a razão de sua existência questionada em muitas instâncias, mesmo dentro da própria Universidade. A desaceleração não foi tolerada nem mesmo frente a pandemia da COVID-19, a qual denotou outros assujeitamentos discursivos e mesmo visuais. A desconstrução subjetiva vira uma linha de

desubjetivação radical. Somos coagidos a desprezar o próximo e a criar constrangimento em relação ao que nos acontece, pois aprendemos que quando somos passivos reduzimos “a possibilidade de ataque” (HOOKS, 2020 a, p. 98) por parte dos outros. Não entrar em conflito é uma maneira de se preservar e não parar de trabalhar, cada vez com mais velocidade, faz com que as submissões não pareçam tão subjugadoras.

Quem defende acirradamente a Terra, quem produz o que desacomoda, quem faz pessoas modificarem modos de ser por suas técnicas e ações é tomado como “pernicioso”. Apontar inimigos e culpabilizar quem questiona é o modo de inviabilizar técnicas filosóficas, terapêuticas, clínicas, pedagógicas, junto as quais uma vida mais sustentável e mais amigável, colaborativa, pode existir. Como bell hooks observa, “o desamor é uma benção para o consumismo” e uma cultura que privilegia mentirosos favorece “a publicidade predatória” (HOOKS, 2020a, p. 89). Por isso todos os aparatos subjetivadores sustentam narrativas nas quais temos que combater o “mal”, sendo o que realmente nos faz mal é não olharmos uns para os outros e sim para as telas que me fazem ver o outro como meu “inimigo”. Quanto mais nos ajudarmos, combinando confiança mútua, responsabilidade e compromisso com outrem, menos poder de coação haverá sobre nós. Por isso, a ativista russa, presa por se contrapor aos abusos de poder em seu país, clama pelo direito a informações de todos os lados, que apresentem amplas perspectivas dos fatos. O que hoje se propaga no Brasil não são exatamente notícias e sim convencimentos em torno de verdades arbitrárias, via manipulação de informações por meios estatais ou empresariais. Aprendemos valores com o entretenimento, porém, notícias, muito mais do que os textos filosóficos e científicos, determinam aquilo que passamos a encarar como “fato”. Num mundo de egoísmos e prevaletimentos narcísicos ninguém quer pagar para alguém pensar, muito menos pagar para fazer com outros pensem e se unam em torno de ações em comum, fortalecendo uns aos outros. Quem não pensa, aponta, reprime, pune, calunia. O fato de sermos caluniados, repudiados, acusados, pode ser o mote para criarmos um novo modo de vida. Mas como lutar por um outro modo de vida, quando nenhuma perspectiva é dada? Isto tudo se agrava quando, por falta de políticas previdenciárias, as perspectivas finais para a vida de quem desempenhou funções em troca de sustento não garantem um mínimo de confortos, tampouco os melhores medicamentos. As condições para uma subsistência digna implicam saneamento básico, assistência médica e educação.

Sem educação ninguém consegue compreender o caráter da informação recebida. A educação garante que a informação tenha embasamento científico atualizado, que respeite os responsáveis pelos conhecimentos em processo e facilite que se compreenda como múltiplos pontos de vista podem

variar. O problema é quando a educação vira coação que conduz a um só modo de ver as coisas, impedindo o diálogo com os demais, tornando quem é coagido “indigno”. Sem dignidade, o brasileiro sofre da síndrome de “vira-lata”, sintoma que abate a identidade do brasileiro desde o pós-guerras, nas sucessivas derrotas, como bem assim designou Nelson Rodrigues (OLIVEIRA JR., 2019). As perspectivas mudam, os contextos ficam totalmente diferentes, mas alguns pontos de embate e tensão permaneçam iguais. De algum modo, o Urugay segue com seus troféus e o Brasil continua padecendo. São quase setenta anos que dramaturgos e intelectuais tratam do complexo de inferioridade dos brasileiros e as múltiplas possibilidades de leitura destas “degenerações” implicadas, em especial, na miscigenação. A falta de reconhecimento dos méritos do Brasil são os mesmo que sentimos, dia após dia, com o convencimento de todas nossas “desimportâncias”, para parafrasear o poeta Manoel de Barros em *O apanhador de desperdícios* (2006. pp. 73-74). Assim, quando brasileiros não identificados com a riqueza natural e sincrética do país são incitados por um líder que faz dos cachorros comuns, gado humano, estes, armados, sentem-se lobos vorazes. Há, nesse brasileiro “médio”, vira-lata negacionista, um sede de estar certo, uma necessidade de mostrar suas conquistas, triunfar sobre os outros, achacar o diferente. Sem conseguir dialogar, o prevalecimento de sua imagem parece ser o único sentido de sua vida. Isto provocou, em plena pandemia, o escancaramento absurdo da síndrome de Dunning-Kruger em ditos “especialistas” em saúde e outros assuntos. Tal síndrome mostra, estatisticamente (KRUGER; DUNNIG, 1999), o quanto indivíduos com menos conhecimentos e com perspectivas mais estreitas em relação à ciência e à filosofia tem mais confiança em suas crenças e apresentam “certezas” no que dizem. De algum modo, pode-se dizer que, sem compreender a complexidade de todos problemas éticos envolvidos nos sistemas de conhecimento e, ignorando totalmente métodos científicos, tais “donos da verdade” enunciam sentenças de modo mais enfático do que os que pensam perspectivamente todas as camadas da questão. Tal síndrome, reativa ao complexo de vira-latas, explica a ignomínia das mitificações bolsonaristas, fruto do ressentimento brasileiro, perante intelectuais, cientistas e acadêmicos, reação que também pode ser observada em outras facções partidárias e militantes. O vira-latismo está presente na construção subalterna que assola o modo do Brasil operar, tendo consequências econômicas graves, sendo que um estudo sobre as Normas Internacionais de Relato Financeiro mostra como “as iniciativas políticas tomadas ao longo de nossa formação histórica não tinham como objetivo, de modo geral, atender a necessidades locais de desenvolvimento, mas apenas facilitar a exploração máxima de nossos recursos naturais” (HOMERO JR, 2017). Nadya Tolokonnikova mostra as fragilidades da democracia e o quanto, se não nos posiciormos, tudo pode piorar. Não

se trata apenas do futuro do planeta e, sim, do que será da humanidade. Já temos conhecimentos suficientes para saber que acúmulos de riqueza e ambição autocentrada são devastadoras para povos e nações. Todos temos direito de conhecer os fatos da vida e as forças da natureza, para pensar para além das falsas notícias, revisar os erros, compreender alguns desastres como aprendizagem, assim podemos unir forças para mudar a situação. “Se estivermos sendo conduzidos por idiotas egoístas, o futuro nunca será próspero” (TOLOKONNIKOVA, 2019, p.130). Quanto mais nos ajudarmos, combinando confiança mútua, responsabilidade e compromisso com outrem, menos poder de coação haverá sobre nós e melhor moldaremos o destino de todos os seres do planeta.

## ARTE SALVA

Imagem 1 e 2: Performance Rosas



Fonte: Paola Zordan. Fotografia Andrea Hofstatter, 2016.

Em 2011, no lago do Congresso Nacional, Eduardo Srur, junto a duzentos participantes, lança no lago projetado por Neimeyer trezentas e sessenta bóias salva-vidas de plástico laranja, adesivadas com a frase “a arte salva”. Para o artista, trata-se de uma “ação com poder” (SRUR, 2012, p. 140), para mim, o trocadilho envolve também o enunciado “ciência cura”. Hoje, o desrespeito à ciência mata. Em 2016, coordenando um projeto de avaliação de alcance nacional, mergulhei minha cabeça neste lago, compondo um protesto-compromisso quanto a estar com a cabeça imersa no Brasil, o qual seguia uma série de performances que trabalho com flores brancas junto à miríades de tarefas

domésticas e institucionais, trabalho poético performático, sempre em aberto, denominado *Exercícios Ortopedoxizantes Líricos* (ZORDAN, 2016b). O quadro para derrocada da primeira mulher presidente do Brasil estava formado e como artista, só me coube um manifesto de paz, assistido pela colega que o registrou e pelos seguranças do complexo.

**Imagem 3:** Performance Rosas, Congresso Nacional



**Fonte:** Paola Zordan. Fotografia Andrea Hofstatter, 2016.

Pessoas, sozinhas e em grupos, precisam acreditar que tem poder, que podem mudar algo. Neste sentido, a arte é mais do que “necessária para trazer prazer e beleza para vidas difíceis, materialmente carentes”(HOOKS, 2019, p. 215) e sim, na expressão esquizoanlítica de Deleuze e Guattari, a arte é o que levanta uma “máquina de Guerra”. Para Virginie Despentes, cineasta francesa que pensa sua experiência com prostituição, as dificuldades também nos tornam mais fortes. “Quando não temos o que nos gabar, somos, na maioria das vezes, mais criativos.” (DESPENTES, 2016, p. 8). Fazer arte sem recurso, sem fomento, sem apoio social, sem credibilidade da crítica, sem elogios ou compreensões, sem público comprador, é uma política, uma resistência, uma saúde. Louise Bourgeois, uma das primeiras artistas mulheres consagradas no sistema artístico internacional, escreve, no ano 2000, num papel cor-de-rosa: *art is a guaranty of sanity*, “a arte é uma garantia de sanidade”. Uma russa, uma negra estado-unidense, coreano, franceses. Por mais que suas palavras seja certas, o que podem dizer tais autores a nós, brasileiros que testemunham desrespeitos sucessivos à Constituição Federal, sob ameaças ditatoriais sem precedentes nas terras tupiquins? O que dizer aos povos originários estão enfrentando milícias armadas e recebendo ameaças a seus

territórios? O que resta quando a arte é tratada como algo inútil e as reservas naturais, em todos seus biomas, não estão sendo respeitadas? Mulheres cis e trans, pessoas, homens trans e cis, não-binários, assexuades, gente proativa que não se deixa desanimar, segue, sem ganhos, criando alternativas para não perder a alegria e escapar de encarceramentos ideológicos.

**Imagem 4:** Oferenda à Mãe das Águas. Congresso Nacional



**Fonte:** Paola Zordan. Fotografia Paola Zordan, 2016.

Quando pensamos, independente de sermos caboclos, filhas de santo, ialorixás, ciganas, agricultores, professores, artistas, observamos que na natureza nada concorre, não há competição, apenas devoração e assimilação. O mundo não humano celebra um sistema de forças que, mesmo assombroso, nos sustenta e nos maravilha. Trazer tais forças para as instituições humanas é fazer com que tais espaços deixem de ser arenas para disputas que se pautam em interesses individuais e partidários, para torna-los espaços que favorecem o exercício geopolítico, no quais nos sentiremos, efetivamente, em casa. Uma casa, seja a nossa, seja uma sala de aula, seja o Senado, seja o Congresso, pode ser um espaço de encontros e alegrias, onde “o amor pode florescer”(HOOKS, 2020a, p. 105), interligando e fortalecendo todos os tipos de vida. Quanto mais nos ajudarmos, combinando confiança mútua, responsabilidade, assumindo compromissos com o bem estar não apenas dos grupos com quem nos identificamos, mas com todos grupos e segmentos, menos coações haverá sobre nós. Estar em casa na Terra implica não mais temer a diversidade de suas forças e sim celebrá-las. Neste intuito, performar com as flores brancas das iabás, se conectar com a água e os seres da natureza, mesmo na artificialidade urbanizada, é tanto um ato devocional como uma manifestação política.

As implicações do marianismo, com todas suas ambiguidades feministas, as quais se tornaram

foco de minha pesquisa atual, já estavam presentes nas considerações de *O Cuidado Feminino*. A figura da “Rainha do Lar” é pensada a partir da ascensão da figura de Nossa Senhora e dos valores promovidos pela sociedade moderna colonial, especialmente em relação a resignação e ao silêncio. “Não é por acaso que todas as boas moças, ou quase todas, depois de uma certa idade, tentem não chamar muita atenção.” (DESPENTES, 2016, p. 100). Por outro lado, a “Mãe do Céu” se torna ícone pop (ZORDAN, 2017) e símbolo de “empoderamento” feminino (ESTÉS, 2012), ou seja, afirma, em suas variedades a força da mulher em seus múltiplos papéis e funções. Seu aparente silêncio, repleto de mensagens e ensinamentos que seu próprio corpo, em dor, gozos e glórias, desvela enquanto mistérios. Hoje a figura feminina ainda está presente em minhas pesquisas, embora eu não tenha me tornado uma pesquisadora culturalista que trate de gênero e sim uma professora transdisciplinar que pesquisa e escreve somente quando sobra tempo depois de todas as tarefas para outrem terem sido cumpridas. E por pesquisa, agrego minha produção em artes, a qual ocupa as capilaridades do sistema procurando inserções participativas e colaborativas, mesmo que, no caso da pintura, da colagem e do desenho, sejam imagens autorais. Trabalho com as multiplicidades da figura que encontramos como “a Grande Mulher, Santa Maria, Mãe Mer, *La Nuestra Señora*, *La Mera Mera* (o sentido e causa final)”, uma força que aparece na natureza, em “inúmeras feições” (ESTÉS, 2012, p. 69). A imagem da mulher se torna campo de criações muito diversas, todas ancorando aquelas singularidades que o amor, no corpo e na casa, abraça.

Com o tempo, aprende-se que poucas coisas na vida são frutos de escolhas e sim acontecem de acordo com urgências as quais não podemos seguir indiferentes, caso contrário feriremos toda uma ética interpessoal. No entanto, ao me deixar levar por fluxos, por forças, numa aceitação que se dá entre o esquecimento e o combate, respondo a questões que me são apresentadas. Cada pessoa tem sua maneira, sempre singular, de pensar, não apenas seu presente, mas também o passado, a fim de poder lidar com o que lhe reserva o futuro. O que podemos escolher são textos nos trazem e, se a sua maneira de responder aos questionamentos que a vida traz é poética, você não consegue abrir mão de fazer poemas, mesmo que tudo seja perdido, esquecido e ignorado. Depois de todo seu pensamento ter sido transfigurado, despersonalizado pelos mares revoltos do pensamento nômade, é quase uma transgressão. Voltar a bell hooks, que iniciou todo um atravessamento de fronteiras discursivas, inspira este ensaio a assumir, um tom confessional, pessoal, remissivo, que algumas ascensões filosóficas tomam como abjeto. Adjetivos pouco definem os valores que nos interessam. Aqui, quem escreve deixou de ter identidade, ainda que apresente um nome, ainda que tenha um currículo, por mais estranho que pareça. Sem categorias suficientes que a possam expressar, os problemas de ser

mãe, professora, trabalhadora doméstica, motorista, *cheff*, secretária, não importam, o papel não vale, mas sim o quanto o que está sendo feito torna o mundo melhor. O que vale é a atitude, sem gênero, em todos os gêneros, que não permite que descuidemos do Brasil e de todo planeta. As representações, o falar por um determinado tipo psicossocial, reproduzir um discurso de classe, dando demarcações políticas ao que efetivamente atinge os corpos, existem para serem transpostos. Ao pensar o amor como ação que derrota o medo e combate julgamentos cerceadores, o cuidado se torna uma resposta a qual não precisamos “cuidar” para que demonstre o que vale.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.

BARROS, Manoel de. **O apanhador de desperdícios**. In. PINTO, Manuel da Costa. *Antologia comentada da poesia brasileira do século 21*. São Paulo: Publifolha, 2006.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Trad. Márcia Bechara. São Paulo: n-1, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs v. 4**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Libertem a Mulher Forte**. Trad. Wáldea Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O Estatuto Pedagógico da Mídia: questões de análise**. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre: no 22, vol.2, p.59-80, jul./dez.1997.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt, 21ª edição. Campinas: Papirus, 2012.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2018a.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis: Vozes, 2018b.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyné, 2018c.

HOMERO Jr, Paulo Frederico. *O Complexo de Vira-Lata no Discurso Acadêmico Brasileiro sobre as IFRS. Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, mai/ago2017.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Trad. Stephanie Borges São Paulo: Elefante, 2020a.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020b.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Trad, Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

KRUGER, Justin; DUNNING, David. *Unskilled and Unaware of it: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments*. **Journal of Personality and Social Psychology**, 77(6), 1121–1134. Dec. 1999.

OLIVEIRA JR, Eduardo F., *Do complexo de vira-lata ao multiculturalismo cru*. **Revista Científica Doctum: Multidisciplinar**. Caratinga. v. 1, n. 2, 2019.

RISERIO, Antonio. **Mulher, casa e cidade**. São Paulo: Ed. 34, 2015.

SCHENETZLER, Roseli Pacheco; OLIVEIRA, Cleiton (orgs). **Orientadores em foco: o processo de orientação de teses e dissertações em Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2010. “

SRUR, Eduardo. **Manual de intervenção urbana**. São Paulo: Bei Comunicação, 2012.

TOLOKONNIKOVA, Nadya. **Um guia Pussy Riot para o ativismo**. Trad. Jamille Pinheiro Dias; Breno Longhi. São Paulo: Ubu, 2019.

ZORDAN, Paola. **PRINCESAS: produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo**. Curitiba: CRV, 2019.

ZORDAN, Paola. Virgem Senhora Nossa Mãe Paradoxal. **História: Questões & Debates**. Curitiba, v. 65, n.2, p. 239-263, jul./dez. 2017.

ZORDAN, Paola. *Ortopedoxia: mãe, mulher, professora, pesquisadora, artista*. In: ROMANGUERA, Alda; AMORIM, Antonio Carlos. (Org.). **Conexões: Deleuze e Máquinas e Devires**. 1ed. Rio de Janeiro: DP et Alli, 2016a, v. 1, p. 139-151.

ZORDAN, Paola. *Flores Brancas: exercícios líricos*. In: **Seminário Iberoamericano sobre o Processo de Criação nas Artes**, 2016, Vitória/ES. Poéticas 2016b. Vitória: UFES, 2016. v. 1.

ZORDAN, Paola. *O cuidado feminino*. **Margens** (UFPA), v. 4, p. 157-196, 2008.

ZORDAN, Paola. B. M. B; SILVA, Marcio. T. da. *Figuras da Crise, cidades e educação*. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230099, p. 1-23, 2018.



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11770>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11770>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 123-131

Submissão: 04/04/2021

Aprovação: 08/06/2021

## RESISTÊNCIAS 2021

### RESISTENCE 2021

Federico LORENZ  

Universidad de Buenos Aires (UBA - Argentina)<sup>1</sup>

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo actualizar un artículo publicado anteriormente que discute el concepto de resistencia desde perspectivas vinculadas a la historia, considerando ejemplos que reflejan la relación del término con contextos militares y militares, más particularmente en el escenario argentino de 1950. En dirección, tenemos analogías que unen las relaciones entre ganadores y perdedores, tanto como formas de resistencia. Los supuestos reflexivos también incluyen la idea de resistencia como representación de una proyección colectiva y futura y un post scriptum a partir de 2021.

**Palabras-clave:** Resistencia. Colectivo. Futuro. Pandemia.

**Abstract:** *This article aims to update a previously published article that discusses the concept of resistance from perspectives linked to history, considering examples that reflect the relationship of termination with military and military contexts, but particularly in the Argentinean scenario of 1950. In direction, we have analogies that unite the relationships between winners and losers, as well as forms of resistance. Reflective assumptions also include the idea of resistance as a representation of a collective and future projection and a post scriptum from 2021 onwards.*

**Keywords:** *Resistance. Collective. Future. Pandemic.*

---

<sup>1</sup> Instituto de Historia Argentina “Dr. Emilio Ravignani” /FFyL UBA – CONICET). E-mail: [federicoglorenz@gmail.com](mailto:federicoglorenz@gmail.com)

“Resistir”, desde la etimología, remite a las virtudes militares. Una de sus acepciones es la de “mantenerse firme”. De ese modo, por ejemplo, concebían el valor los hoplitas espartanos: el coraje no se encontraba en las acciones individuales, sino en permanecer en la formación de la falange, en la línea que ataba el destino de un ciudadano al de sus compañeros. El soldado Aristodemo<sup>2</sup>, sobreviviente de las Termópilas (480 AC), vivió en vergüenza hasta que entregó su vida valientemente en batalla al año siguiente, en Platea. Sin embargo, fue perdonado pero no premiado por sus estrictos conciudadanos: en busca de la muerte gloriosa, había abandonado la formación de los *homoioi*, los iguales.<sup>3</sup>

Muchos siglos después, el escritor Héctor Germán Oesterheld, desaparecido durante la dictadura militar argentina (1976-1983) proponía una idea similar. En un prólogo escrito para su historieta *El Eternauta*, explicaba que no existe el héroe individual. En su relato, bajo los copos de la nevada mortal que arrasaba la vida en Buenos Aires, la resistencia a los invasores extraterrestres tomó forma a partir de la extensión en pequeños círculos concéntricos surgidos de núcleos de parentesco o afectivos: una casa en la que se reúnen amigos a jugar al truco.

Siempre me fascinó la idea del Robinson Crusoe. Me lo regalaron siendo muy chico, debo haberlo leído más de veinte veces. EL ETERNAUTA, inicialmente, fue mi versión de Robinson. La soledad del hombre, rodeado, preso, no ya pelo mar sino pela muerte. Tampoco el hombre solo de Robinson, sino hombre con familia, con amigos. Por eso, la partida de truco, por eso la pequeña familia que duerme en el chalet de Vicente López, ajena a la invasión que se viene. Ese fue el planteo. Lo demás... lo demás creció solo, como crece sola, creemos, la vida de cada día. Publicado en un semanario. EL ETERNAUTA, se fue construyendo semana a semana; había si una idea general, pero a realidad concreta de cada entrega la modificaba constantemente. Aparecieran así situaciones y personajes que ni soñé el principio. Como el “mano” y su muerte. O como el combate en River Plate, O como Franco, el tornero, que termina siendo más héroe que ninguno de los que iniciaron la historia. Ahora que lo pienso, se me ocurre, que quizá por esta falta de héroe central, EL ETERNAUTA es una de mis historias que recuerdo con más placer. El héroe verdadero de El ETERNAUTA es un héroe colectivo, un grupo humano, Refleja así, aunque sin intención previa, mi sentir íntimo: el único héroe válido es el héroe “en grupo”, nunca el héroe individual, el héroe solo. (OESTERHELD, p.3)

La forma de la resistencia con la que nos identificamos, entonces, remite a la lucha y el esfuerzo colectivos. Imagina un hilo profundo construido a lo largo de los siglos y en diversos

<sup>2</sup> En Diccionario de Mitología Griega y Romana, Pierre Grimal define una contradicción sobre su muerte, que para una tradición sería “mientras se preparaba la flota y el ejército a emprender esta conquista [El Peloponeso], Aristodemo fue muerto por un rayo a repetición de Apolo, deseoso de castigarlo no haber consultado el oráculo de Delfos. Otra tradición pretende que murió la mano de los hijos de Pilates y Electra, Medonte y Estrofo. Finalmente, los laonios, aseguraban que no había sido muerto, antes bien, había participado con sus hermanos en la conquista, recibiendo en reparto la Laconia, donde había reinado, dejando el trono al morir Eurístenes e Procles” (GRIMAL, 1989, p. 53)

<sup>3</sup> J. E. Lendon, *Soldados y fantasmas. Mito y tradición en la Antigüedad clásica*, Barcelona, Ariel, 2011, pág. 76 y ss.

continentes, y se pregunta por las formas de la resistencia reconociéndole antigüedad, pero luchando contra las esencializaciones que demasiadas veces son paralizantes.

Posiciones y bastiones defendidos hasta la última gota de sangre, la vida entregada en nombre de los que huyen; las relaciones con luchas emancipatorias son prácticamente obvias. Pero es importante señalar que las representaciones de la resistencia no se agotan en los enfrentamientos armados o la guerra. La pregunta acerca de sus traducciones clasistas, por ejemplo (su asociación a virtudes propias del mundo del trabajo, como la fuerza, la paciencia, o el “aguante”, de diversas connotaciones además en los sectores populares) es bien relevante. Pero no podemos desconocer el peso que las imágenes bélicas han tenido en la construcción de ciertas imágenes sobre la resistencia y los resistentes, sobre todo en partidos políticos o grupos de tradición revolucionaria.

**Imagen 1:** Capa El Eternauta - Imágenes bélicas



**Fuente:** Solano Lopes, 1976. Capa Segunda Parte. El Eternauta

La épica de la resistencia se construye, también, en la noción de un enfrentamiento del fuerte contra el débil, y de la justicia contra la injusticia. Los *maquis* contra los ocupantes alemanes, los partisanos en la antigua Unión Soviética, en Italia, Augusto Sandino en la selva centroamericana. Esta idea abreva y se refuerza, entonces, con imágenes acerca del bien y el mal, de lo justo y lo injusto. El

“pequeño” y “derrotado” es por antonomasia, alguien con la justicia de su lado; por oposición, el vencedor y el poderoso está connotado de características malignas.

Veamos un ejemplo. A mediados de la década de 1950, luego del derrocamiento de Juan Perón, en 1955, en las paredes de una barriada obrera aparecía una desafiante pintada:

Imagen 2: Graffiti en Vila Manuelita



Fuente: vilamunuelita.org

**LOS YANQUIS, LOS RUSOS Y LAS  
POTENCIAS RECONOCEN A LA  
LIBERTADORA.  
VILLA MANUELITA NO.**

Es difícil no emocionarse frente a la sencillez de la consigna: “*No importa que los Estados Unidos, la Unión Soviética y otros países reconozcan el gobierno de los golpistas de 1955*” (“la Libertadora”), dicen los brochazos de cola y carbón. Los habitantes de Villa Manuelita sienten otra cosa. Los vecinos del barrio, algunos de ellos seguramente *resistentes*, expresaban que había un colectivo que, aún bajo condiciones de fuerza y proscripción, desconocían y enfrentaban la autoridad de la dictadura sin que importara el apoyo de los poderosos que esta exhibía. Expresaban, dicho sea de paso, una adhesión (por más nebulosa que se piense) a una concepción del mundo (cultural, política, social, económica) frente a otra, traducida en proyectos antagónicos.

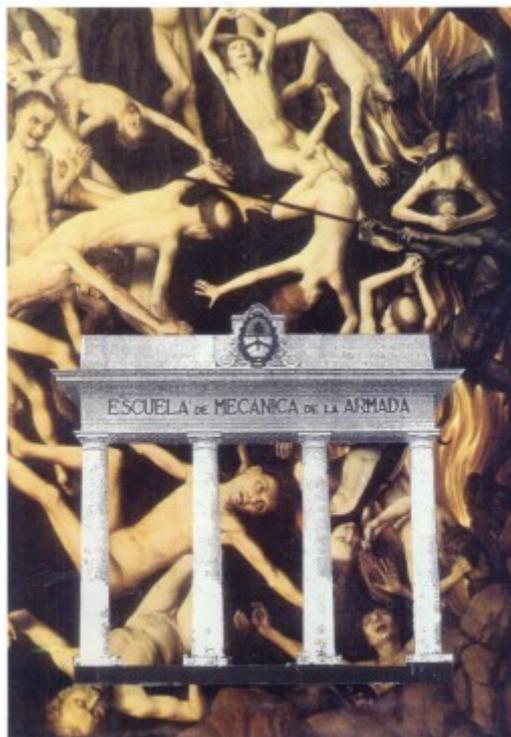
Si son victoriosas, las resistencias aparecen en relatos nacionales fundacionales, constituyentes o que pretenden construir una identidad (las luchas contra la ocupación, por la independencia, las más recientes luchas de liberación nacional). Pero otras veces, la resistencia culmina en derrota, y sin duda ese es un componente central de las formas en las que las imaginamos hoy como concepto, objeto y problema. De algún modo, la resistencia derrotada constituye al vencido en vencedor moral: los republicanos españoles son tal vez el ejemplo paradigmático.

**Imagen 3:** Desfile de la 2.<sup>a</sup> División Blindada de Leclerc para celebrar la liberación de París.



**Fuente:** Dominio público, [Biblioteca del Congreso de EE. UU.](#)

Muchos de los militares que en la Argentina participaron en la represión ilegal se consideran *vencedores* en la guerra pero *derrotados* en la batalla ideológica. Es interesante pensar la paradoja que el cinismo de estos asesinos plantea. En los comienzos del tercer milenio, podemos ver que poderes de distinto signo e identidad, pero en general reaccionarios y regresivos, *han vencido* en luchas en las cuales la resistencia (la de ellos y la de quienes los enfrentaron) fue puesta a prueba. Poderes para los que personas como las recientemente condenadas en la Argentina por delitos de lesa humanidad actuaron como eficientes disciplinadores.

**Imagen 4:** Escuela de Mecánica de la Armada + Detalle del Juicio Final de Hans Memling<sup>4</sup>

**Fuente:** León Ferrari, 1995. Museo de la Memoria, Argentina.

De allí que si bien las resistencias no pueden analizarse apartadas del auge de las memorias, deberíamos hacerles justicia y pensarlas, como toscamente intentamos señalar al comienzo de estas líneas, enmarcadas en tradiciones y marcos conceptuales más antiguos. Pero en tanto las memorias se han asociado desde mediados del siglo XX sobre todo a la experiencia de las víctimas, y dicha resistencia a la voluntad de memoria y justicia, es lícito preguntarnos hasta qué punto esta matriz histórico – cultural ha teñido el concepto. Manteniendo, tal vez, su carácter identitario, su imagen de fuerza, de reservorio y refugio, pero limando su fuerza prospectiva y revolucionaria.

En este camino, dicho debilitamiento se refuerza por el hecho de que el siglo XX ha sido el de las grandes derrotas de los movimientos emancipatorios. El conservadurismo ha vencido, pero en paralelo a esa victoria se ha expandido un campo de *formal condena a los mecanismos por los cuales venció, que por extensión estigmatiza a los proyectos que se le enfrentaron*. Para Alain Badiou, esta es una época de “inflación moral”. Se condena

<sup>4</sup> Collage en la tapa del fascículo N° 1 del “Nunca más” de la CONADEP, publicada por el diario Página/12, Buenos Aires, 1995. Disponible en:

[https://www.museodelamemoria.gob.ar/uploadsfotos/escuelademecanicadela\\_armada\\_detalle\\_del\\_juicio\\_final\\_de\\_memling\\_baja.jpg](https://www.museodelamemoria.gob.ar/uploadsfotos/escuelademecanicadela_armada_detalle_del_juicio_final_de_memling_baja.jpg)

“el furor tanto revolucionario como totalitario, mientras que pasa a segundo plano el triunfo del capitalismo y del mercado mundial (...) Por fin, al enterrar las patologías de la voluntad desatada, la correlación bienaventurada del Mercado sin restricciones y de la Democracia sin orillas habría instaurado el sentido del siglo como pacificación o sabiduría de la mediocridad”.<sup>5</sup>

Si, como señalamos, la representación de la resistencia construye el lado de los justos como débil y pequeño, ¿cómo transformarlo, políticamente, en fuerte y hegemónico?

No estamos proponiendo recuperar de forma acrítica los proyectos derrotados, sino en mantener el potencial revulsivo que su evocación e historización conlleva. Abstraerlos del espacio inflacionario que denuncia Badiou y volverlos históricos. En este camino, la noción de resistencia, de sus caminos, historias e identidades, debe volver a pensar si no una linealidad automática, una teleología (tan cara a fuerzas que terminaron derrotadas por adaptar la realidad a sus proyectos) por lo menos el abandono de la circularidad, ese laberinto sin salida a veces tan embriagador desde una perspectiva estética, que el actual clima de ideas de algún modo le impone.

Acaso como una marca generacional (quien esto escribe se escolarizó en la segunda mitad de los setenta, hizo su secundaria en los ochenta, se formó como docente en los años noventa, es decir, fue niño en dictadura, adolescente en democracia, joven en la década neoliberal), vemos en la resistencia de los “indignados” los desafíos que enfrentamos como sociedad.

**Imagen 5:** Manifestación de profesores



Fuente: EFE, 2007. EL MUNDO<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Alain Badiou, “Cuestiones de método”, en *El siglo*, Buenos Aires, Manantial, 2005, p. 14.

<sup>6</sup> Disponible en:

[https://www.elmundo.es/elmundo/muestra\\_foto\\_grande.html?foto=/elmundo/imagenes/2007/04/09/1176139165\\_g\\_0.jp&alto=354&ancho=512&md5=2ebd3e97f70de612dcf51c89f3ecf3cc](https://www.elmundo.es/elmundo/muestra_foto_grande.html?foto=/elmundo/imagenes/2007/04/09/1176139165_g_0.jp&alto=354&ancho=512&md5=2ebd3e97f70de612dcf51c89f3ecf3cc)

Los grupos que se reúnen en las plazas y espacios públicos de distintas ciudades del mundo revelan un punto (posible) de inflexión. Pero ¿cómo recuperar el *segundo momento* de la resistencia? Es decir, ¿cómo avanzar? Pregunta que sólo puede suceder a la más elemental del “hacia dónde”. Si permanecemos firmes, y resistimos, pues es para avanzar, sea en la forma de un mandato, de un recuerdo, o de un proyecto materializado. Pensar las resistencias históricamente, entonces, es tanto estudiar proyectos e identidades en la historia e imaginar los nuestros, los del hoy.

Entonces un sinónimo de “resistencia” es “futuro”. Y asumida esta idea, hay allí una pregunta ineludible acerca de nuestro lugar como investigadores, y que nos obliga a repensar los criterios de legitimación del saber que también se impusieron en tiempos de derrota.

### POST SCRIPTUM 2021:

He sido invitado generosamente a revisar estas líneas, escritas en un momento completamente diferente de mi país y del mundo. Previo a la victoria electoral de distintas experiencias de derecha, que rápidamente desmantelaron muchas de las conquistas populares de las primeras dos décadas del tercer milenio. Previo al formidable avance de las *fake news* y el instantaneísmo informativo tan funcionales al aturdimiento y la confusión.

Pero sobre todo, cuando escribí las líneas que anteceden no tenía en mi imaginación la posibilidad de una pandemia, bajo cuyos efectos aún vivimos y cuyas consecuencias nos a condicionarán por muchos años. Creo que la idea de la resistencia colectiva tiene más valor que nunca, pero más urgencia tiene, todavía, la pregunta por la acción. Por sus formas, y por el punto de llegada que imaginamos. ¿La resistencia puede ser un estado de cosas permanente? Una derrota prolongada, un permanente avance sobre las mayorías, pueden construir un sentido común fortísimo acerca de que la realidad es inmodificable. La superficialidad de la información refuerza esa idea, distrayendo todo el tiempo con “noticias” que cubren, como las hojas caídas la huella que hay que seguir, los profundos problemas estructurales que se consolidan aún bajo gobiernos de signo popular. La desigualdad, el extractivismo, con tendencias crecientes que condicionarán el futuro de nuestras hijas e hijos.

Entonces, si bien es importante pensar nuestras acciones en el marco de un linaje político, tanto o más importante es pensar cómo continuar las luchas de los que nos precedieron. ¿Con qué herramientas conceptuales? La tradición resistente, en tanto impugnadora de un orden injusto, tiene

entonces el deber de repensarse y resignificarse para mantenerse viva y, de esa manera, ser un instrumento útil. No puede conformarse con el lugar de vencedora moral, mucho menos cuando la estrategia de las distintas derechas es la de victimizarse, presentarse como víctimas de los discursos públicos y la prensa que las estigmatizan pero toleran. La resistencia tiene el deber de confrontar además de celebrarse, para no devenir en mero ritual, es solo un recuerdo autocomplaciente.

En un contexto en el que desde el punto de vista sanitario estamos obligados al aislamiento (quienes podemos) falsa o superficialmente “conectados” por las redes, la creatividad para la organización es fundamental. La política del “like” o del reenvío de un *tweet* es un peligro: porque nos deja en nuestro lugar con la idea de que estamos haciendo algo.

De esta manera, la principal herramienta de la resistencia es el cuidado de la vida en un contexto agravado por las desigualdades, y de la mano de esto, la reivindicación de la dimensión humana en distintas formas de articulación política, imprescindible para articular, discutir, polemizar y proyectar. De alguna manera, es la recuperación de la dimensión humana tangible de las luchas, que ningún recuerdo o imagen reemplaza.

## REFERENCIAS

BADIOU, Alain. **El siglo**. Buenos Aires: Manantial, 2005.

GRIMAL, Pierre. **Diccionario de Mitología Griega y Romana**. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós. 4 1989.

HERÓDOTO. **Los nueve libros de la Historia**. Buenos Aires: El Aleph, 2000.

LENDON, J. E. **Song of Wrath: The Peloponnesian War Begins**. New York: Basic Books, 2011.

OESTERHELD, HéctorG. & LOPEZ, Solano. **El Eternauta**. Buenos Aires: Ediciones Record. 1975.

OESTERHELD, HéctorG. & LOPEZ, Solano. **El Eternauta: Segunda Parte**. Buenos Aires: Ediciones Record. 1976.



---

T R A D U Ç Ã O

---



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11798>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11798>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 133-149.

Submissão: 15/07/2021

Aprovação: 09/10/2021

## NARRATIVA DE VÍTIMAS, IMPUNIDADE E RELIGIOSIDADE DA CLASSE MÉDIA NO URUGUAI: POSSÍVEIS IMPUGNAÇÕES AO CAMPO DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

*NARRATIVE OF VICTIMS, IMPUNITY AND RELIGIOSITY OF THE MIDDLE CLASS IN URUGUAY: POSSIBLE CHALLENGES TO THE FIELD OF MEMORY AND HUMAN RIGHTS.*

Natalia MONTEALEGRE 

Universidad de la República (UDELAR – Uruguay) <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo aprofunda alguns aspectos das relações entre impunidade, classe média e religiosidade no Uruguai a partir da narrativa pública de um filho de desaparecidos políticos, autor best seller, terapeuta gestáltico e neoxamã uruguaio. Interessa sua produção de caráter autobiográfico porque permite adentrar-se em alguns aspectos dilemáticos que contestam o senso comum em torno dos conceitos de memória e justiça, compartilhados no campo da memória e dos direitos humanos, de uma perspectiva que alerta sobre a forma em que o ethos do conforto individual pode impactar em diversos âmbitos. Este texto, escrito no contexto de uma pandemia mundial, contribui para a reflexão sobre as consequências potenciais do desenvolvimento de universos de sentido sobre os pilares do individualismo e a autonomia, e sua potencial oposição à universalidade dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, ele evidencia o entrecruzamento entre religiosidade e política no Cone Sul através da narrativa de uma vítima, integrante da segunda geração, que constrói um projeto biográfico que torna possível a formação de uma família feliz.

**Palavras-chave:** Impunidade, Direitos Humanos, Segunda Geração, Uruguai.

**Abstract:** This article delves into some aspects of the relationship between impunity, middle class and religion in Uruguay, based on the public narrative of a group of disappeared detainees, bestselling author, gestalt therapist and Uruguayan neochamán. Its production of an autobiographical nature is of interest, because it allows us to enter into some dilemmatic aspects that challenge the common sense around concepts of memory and justice, shared in the field of memory and human rights, from a perspective that provides insight into how it can impact in different areas the ethos of individual comfort. Written in the context of a world pandemic, this text contributes to a reflection on the potential consequences of the development of universes of meaning on the pillars of individualism and autonomy, and their potential opposition to the universality of human rights. At the same time, it highlights the intersection between religion and politics in the Southern Cone through the narrative of a victim -member of the second generation-, who builds a biographical project that makes possible the formation of a happy family.

**Keywords:** Impunity Human Rights. Second Generation. Uruguay.

---

<sup>1</sup> Profesora del Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, Uruguay. *E-mail:* [montealegre.alegria@gmail.com](mailto:montealegre.alegria@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Este texto aprofunda alguns aspectos das relações entre impunidade<sup>2</sup>, classe média e religiosidade no Uruguai. O ponto de partida é uma pesquisa<sup>3</sup> sobre a narrativa pública de um filho de desaparecidos políticos<sup>4</sup>, Alejandro Corchs Lerena, autor *best seller*, terapeuta gestáltico e neoxamã uruguaio<sup>5</sup>.

Esta produção autobiográfica permite adentrar-se em alguns aspectos dilemáticos que contestam o senso comum em torno dos conceitos de *memória e justiça*, compartilhados no *campo da memória e dos direitos humanos*, de uma perspectiva que alerta sobre a forma em que o *ethos do conforto individual* pode impactar em diversos âmbitos.

Para tanto, cabe lembrar que o mito de origem da narrativa de Corchs Lerena ocorrerá na ruptura biográfica que supõe o desaparecimento forçado de sua mãe e seu pai no contexto da Operação Condor. Esse crime contra a humanidade acontece na Argentina, mas se origina na militância de seus pais, opositores aos regimes de facto na região. O Uruguai, seu país de origem, passou das *Medidas Prontas de Seguridad* [leis de exceção constitucionalmente previstas para situações de emergência, NT] com a ação ilegítima do Estado (1968-1973) para a ditadura cívico-militar e sua prática do terrorismo de Estado (1973-1985), sem razão de continuidade. Ao mesmo tempo, houve uma série de práticas de solidariedade internacional e coordenação entre as organizações revolucionárias do Cone Sul, que foram brutalmente reprimidas no contexto da Operação Condor, e cujo vínculo com o Acordo Teseu podemos reconhecer nos dias de hoje. Vamos nos deter por alguns momentos nesse Acordo.

<sup>2</sup> Adotarei a definição proposta pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que entende a impunidade como “a falta em seu conjunto de investigação, perseguição, captura, julgamento e condenação dos responsáveis pelas violações dos direitos protegidos pela Convenção Americana” considerando que “o Estado tem a obrigação de combater essa situação por todos os meios legais disponíveis já que a impunidade propicia a repetição crônica das violações de direitos humanos e torna as vítimas e seus familiares totalmente indefesos”. Ver, nomeadamente: *Ivcher Bronstein vs. Perú*, Corte idh, Série C Nº 74, par. 186, 6 de fevereiro de 2001; *Tribunal Constitucional vs. Perú*, Corte idh, Série C Nº 71, par. 123, 31 de janeiro de 2001; *Velásquez vs. Guatemala*, Corte idh, Série C Nº 70, par. 211, 25 de novembro de 2000. Ver também: Comissão de Direitos Humanos, ONU (2005), *Conjunto de princípios atualizado para a proteção e a promoção dos direitos humanos mediante a luta contra a impunidade*, E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 de fevereiro de 2005. Sobre o desenvolvimento específico no Uruguai com relação ao Sistema de Direitos Humanos, ver Guianze, 2016.

<sup>3</sup> A pesquisa completa consta do livro *El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis* (MONTEALEGRE, 2019).

<sup>4</sup> Segundo a informação disponível na *Secretaría de Derechos Humanos para el Pasado Reciente* da Presidência da República do Uruguai, o sequestro de seus pais, Elena Lerena e Alberto Corchs, aconteceu no dia 21 de dezembro de 1977 às 19 horas no domicílio do casal em La Lucila, Província de Buenos Aires, Argentina. O menino estava com a mãe, que o deixou com uns vizinhos que tomaram conta dele até que foi possível entregá-lo a seus avós maternos.

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre esta caracterização, ver Scuro, 2016.

## TESEU E A IMPUNIDADE TRANSNACIONAL

Na sexta-feira 12 de abril de 2019, o governo dos Estados Unidos entregou ao ministro argentino da Justiça quarenta e sete mil páginas de documentos desclassificados pertencentes a arquivos da *Central Intelligence Agency* (CIA), o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e outras agências estadunidenses de segurança e inteligência sobre a última ditadura argentina (1976-1983) e sua “guerra suja”.

Como parte dos achados (em muitos casos, confirmações) consta uma reunião, realizada em Santiago do Chile em maio de 1976, da qual participaram os chefes das polícias secretas das seis ditaduras do Cone Sul da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), com o fim de criar uma “nova unidade” destinada a exterminar os esquerdistas em diversas partes do mundo, com inclusão da Europa e outros países de da América Latina.

Segundo um dos documentos desclassificados da CIA, esta unidade chamada “Teseu” (em referência a Theseus, personagem mitológica que matou o Minotauro) foi constituída sob o guarda-chuva do plano conhecido como “Operação Condor”. Os documentos também referem a um acordo, assinado em 1976, entre os países parte dessa Operação, para estabelecer a forma de financiamento da unidade Teseu, cuja base estava na Argentina.

O texto obtido pela CIA, intitulado “Acordo dos países Condor em relação com a regulação de suas operações contra objetivos subversivos”, estabelecia que cada governo ditatorial devia contribuir com dez mil dólares para esses operativos e fazer pagamentos mensais de 300 dólares (antes do dia 30 de cada mês). E ainda, tinha outros detalhes, como, por exemplo, que os agentes designados para missões de assassinato no estrangeiro precisavam de 3.500 dólares a cada dez dias e que, na primeira missão, eles recebiam mil dólares para comprar roupas. Também inclui informação do interesse dos serviços de inteligência da França, o Reino Unido e a República Federal de Alemanha (RFA), que, segundo um cabo da CIA de 7 de abril de 1978, visitaram a Argentina para discutir os “métodos para o estabelecimento de uma organização anti-subversiva semelhante a “Condor””. Desses documentos desclassificados infere-se informação concreta que permite dilucidar as condições do sequestro e do assassinato, com fins claramente econômicos, do embaixador argentino na Venezuela, Héctor Hidalgo Solá<sup>6</sup>.

É pertinente salientar que a cúpula da CIA tinha conhecimento de que os países integrantes da “Operação Condor” planejavam assassinar os membros da *Junta de Coordinación Revolucionaria*

<sup>6</sup> Sequestrado no dia 18 de julho de 1977 em Buenos Aires, ele permanece desaparecido até hoje. Alguns sobreviventes o identificam como detido no centro clandestino de detenção, tortura e extermínio que funcionou na *Escuela de Mecánica de la Armada* na Argentina.

(JCR) e estava preocupada pelas “ramificações políticas adversas” que as operações desse tipo poderiam ter para a própria agência devido ao seu apoio à Operação Condor. Nesse sentido Raymond A. Warren, quem foi chefe para a América Latina na CIA, estabeleceu em um memorando emitido entre julho e agosto de 1976: “É preciso tomar todas as precauções [...] para nos assegurar de que a agência não seja acusada por erro de ser parte deste tipo de atividade”.

Dentro desse “tipo de atividade”, encontramos fatos que resultam marcos na construção das memórias do passado recente. Rupturas biográficas que tingem as experiências vitais e subvertem, mudam as relações sociais e seus sentidos, como os crimes de lesa-humanidade. Um flagrante e ativo até o presente, é o desaparecimento forçado de pessoas.

A maioria das pessoas detidas e desaparecidas de nacionalidade uruguaia foi sequestrada na Argentina, o que produz uma estranha filiação entre as organizações *HIJOS* do Uruguai e da Argentina (SEMPOL, 2016; MOSQUERA, 2012). Isso também facilitou o acesso à justiça em alguns casos, porque enquanto na Argentina ocorreram julgamentos orais e públicos contra os genocidas, no Uruguai a impunidade vem acompanhando as políticas governamentais desde a abertura democrática até o presente, embora com matizes, dependendo do período.

136

Em suas pesquisas sobre o Uruguai, Mariana Allier (2010; 2015) identificou quatro períodos na recuperação da memória ditatorial, que ela denomina correlativamente como “A explosão da memória, 1985-1989”, “A repressão do passado, 1990-1995” e “O retorno do passado, 1996-2004”. A autora propõe um quarto período de “implantação da justiça, o esclarecimento do passado e o domínio da história, 2005-2014” (ALLIER, 2015).

O trabalho empírico com as organizações do campo da memória e dos direitos humanos — particularmente, com *Memoria en Libertad* (MONTEALEGRE e PEIRANO 2013 e 2020; IRRAZÁBAL et al, 2010, 2012a e 2012b; MONTEALEGRE e SAPRIZA, 2020) — permite matizar essas denominações propostas, especialmente a do último período. A denominação dada por Allier apoia na promulgação de leis reparatorias. Embora isso seja verdade, é preciso considerar também que essa série de regulações nacionais para a reparação das vítimas (Leis N° 18033, N° 18596 y N° 19859) não cumpre as normas internacionais; colide, em alguns casos, com os direitos trabalhistas e carece de mecanismos em sintonia com a quantidade e as características dos sobreviventes do país. O trabalho de Allier (2015), bem como o de Sapriza (2007 e 2009, entre outros), permite visualizar claramente a existência de ciclos da memória, que a evocam ou a silenciam, tingidos fortemente pelas decisões políticas e institucionais.

## ORGANIZAÇÕES DE “FILHOS DE” E AS LUTAS PELA MEMÓRIA

No Uruguai percebemos uma espécie de dicotomia entre as organizações de direitos humanos e as instituições ou pessoas abertamente “negacionistas” ou que se opõem explicitamente aos julgamentos, identificando como legítimas no âmbito político apenas aquelas entidades ou sujeitos que se apresentam como tais. Dessa perspectiva reducionista, as vozes atendíveis (embora ainda com alguma dificuldade) na hora de considerar as tensões e disputas nas “lutas pela memória” são aquelas dos “filhos de” — ou membros da segunda geração — e principalmente daqueles provenientes de coletivos organizados.

Neste país do Cone Sul, três organizações da chamada segunda geração podem ser identificadas: *HIJOS* [FILHOS], fundada em 1996 e integrada, principalmente, por filhos e filhas de uruguaios detidos desaparecidos; *Niños en cautiverio político* [Crianças em cativeiro político], criada em 2007 e formada por pessoas que nasceram ou viveram com suas mães durante o cativeiro político, e o coletivo *Memoria en Libertad* [Memória em Liberdade], que em seu início agrupava fundamentalmente filhas e filhos que sobreviveram à prisão política prolongada, mas atualmente conta com uma ampla diversidade de situações entre seus integrantes<sup>7</sup>.

Esses três coletivos interpelam o campo da memória e dos direitos humanos no Uruguai com respeito a quem são os protagonistas da história e suas hierarquias internas, dão nomes e trajetórias pessoais aos desaparecidos<sup>8</sup>, e também mostram um claro compromisso com a universalidade dos direitos humanos e a busca por justiça com relação aos delitos cometidos durante a ditadura cívico-militar por agentes do Estado ou com sua anuência<sup>9</sup>.

As outras produções culturais ou religiosas desenvolvidas por “filhos de” costumam ser percebidas como alheias à política. Elas são categorizadas como experiências pertencentes à esfera privada, de caráter meramente individual. Assim, como resultado dessa divisão entre o que é público e o que é privado, é estabelecida uma *individação* dessas experiências. Esse processo de individuação, que aliena a experiência religiosa das relações sociais mais amplas, a coloca, por meio

<sup>7</sup> O coletivo surge em Montevideu em 2008, se dissolve em 2011 e renasce em 2018 integrando filhos e filhas de exilados políticos e pessoas que nasceram ou viveram quando crianças, em cativeiro político junto com suas mães; em 2019 consolida também agrupações em diferentes departamentos do Uruguai, estendendo sua organização para além da capital do país.

<sup>8</sup> As organizações de “filhos de” no Uruguai compartilham o que Basile (2019) já apontou para o caso argentino, que é a busca por estabelecer a identidade política e pessoal dos desaparecidos, transcendendo o número ou a silhueta; trata-se de operações de “aparición”, que no caso da narrativa pública a que nos referimos adquire uma expressão mais radical porque, de fato, os pais aparecem a partir da participação do protagonista na cerimônia de Busca de Visão do *Camino Rojo* [Caminho Vermelho] (CORCHS, 2011a, 2011b e 2013).

<sup>9</sup> Ver Serpaj (2009), *Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo* (2013), Guianze (2016), entre outros.

de uma falácia, fora do âmbito da política; sendo que o suporte de sentido para essa divisão é a separação do Estado moderno da Igreja católica, que no Uruguai aconteceu em 1919.

Cabe lembrar que a Constituição da República Oriental do Uruguai, em sua primeira seção, intitulada *Da Nação e sua Soberania*, estabelece no Artigo 5º que:

“Todos os cultos religiosos são livres no Uruguai. O Estado não apoia nenhuma religião. Reconhece à Igreja católica o domínio de todos os templos total ou parcialmente construídos com fundos do Erário nacional, com a única exceção das capelas destinadas ao serviço de asilos, hospitais, presídios ou outros estabelecimentos públicos. Também declara isentos de todo tipo de impostos a templos consagrados ao culto das diversas religiões”.

Essa concepção de que as crenças religiosas não deveriam influir na política nacional e de que seu âmbito de ação se reduz ao espaço privado de cada indivíduo — além dos dados factuais que permitem sua discussão —, também pode ser extrapolada ao campo das disputas em torno da memória do chamado passado recente. É assim que as narrativas a serem consideradas como parte das tensões costumam ser restritas ao gênero testemunhal que explicitamente tenha como foco a denúncia.

Somam-se a isso as décadas de trabalho de múltiplas organizações de direitos humanos (*Abuelas de Plaza de Mayo* da Argentina poderia ser o exemplo mais conhecido), que demonstram a necessidade de respeitar a diversidade de experiências subjetivas daqueles que foram objeto de violações de seus direitos por parte do Estado durante a infância, particularmente os que foram apropriados, e de proporcionar o tempo e o espaço que cada caso exigir, sem moralizar suas práticas, permitindo o acesso à família de origem além das reações primárias<sup>10</sup>.

Isso também incidiu nas condições de possibilidade de análise das implicações políticas dessas práticas. O compromisso acadêmico com a temática gerou uma espécie de autocensura no tratamento das narrativas das vítimas. Esse posicionamento sustenta-se no imperativo ético de evitar qualquer tipo de re-vitimização, mas, ao mesmo tempo, obtura as possibilidades de problematizar os sentidos que vão se construindo com respeito à memória e sobre quem tem a legitimidade para fazê-lo. Nesse sentido, permitir-se analisar respeitosamente as narrativas das vítimas é necessário e pertinente para dar conta da complexidade das lutas pela memória (JELIN, 2002) em diversos contextos. A categoria *vítima* incorpora legitimidade a toda uma rede de relações sociais significativas, principalmente por meio do *familismo* (JELIN, 2011; VECCHIOLI, 2017), de tal forma que o vínculo parental por si só possibilita o status de verdade, em determinados setores, de qualquer enunciação a respeito do familiar morto, torturado ou desaparecido.

<sup>10</sup> Sobre este tópico e com relação às experiências no Uruguai, ver Mosquera (2012).

Geralmente, o que é manifestado está ligado à obrigatoriedade moral da busca por justiça por parte do familiar, produção de sentidos de acordo com a posição hegemônica do campo da memória e dos direitos humanos frente aos crimes cometidos pelos Estados no Cone Sul. Nos últimos anos, esse “sentido compartilhado”, ligado ao acesso à justiça, sustenta-se nos dispositivos legitimados como produtores de verdade (como, por exemplo, os testes de DNA), entre os quais se destaca a Antropologia Forense. Nesse âmbito de ação, a relação entre a humanidade (a pessoa) e a ossada ocupa um lugar central. É através dessa disciplina, como poder instituinte diante do desaparecimento forçado, que os chamados desaparecidos foram conceitualizados como nomes sem corpos (HUFFSCHMID, 2015). Ao mesmo tempo, a possibilidade de os familiares concretizarem o luto e fazerem justiça (HUFFSCHMID, 2015, p. 210) teve como foco a busca e a identificação dos restos mortais de seus familiares. De tal forma que o corpo por si só (sem vida, e independentemente da data estimável da morte) é conceitualizado como portador de direitos (PEROSINO, 2012). Sob essa perspectiva, a pessoa desaparecida permanece enraizada nos restos ósseos que permitem, inclusive, que chegue a ser testemunha de seu próprio assassinato.

Contudo, a relação entre corpo e pessoa varia de acordo com os diversos contextos culturais e políticos<sup>11</sup>. Este é um dos elementos relevantes na hora de abordar a narrativa pública a que fiz referência no início, a partir da pergunta: O que acontece quando uma narrativa não só impugna esses sentidos hegemônicos do campo da memória e dos direitos humanos a partir de uma posição individual (como nos casos dos filhos apropriados que se recusam a fazer os testes de DNA ou rejeitam sua família biológica em primeira instância), mas se torna um discurso público de alto impacto, que promove outros sentidos que desvelam um fato social maior?

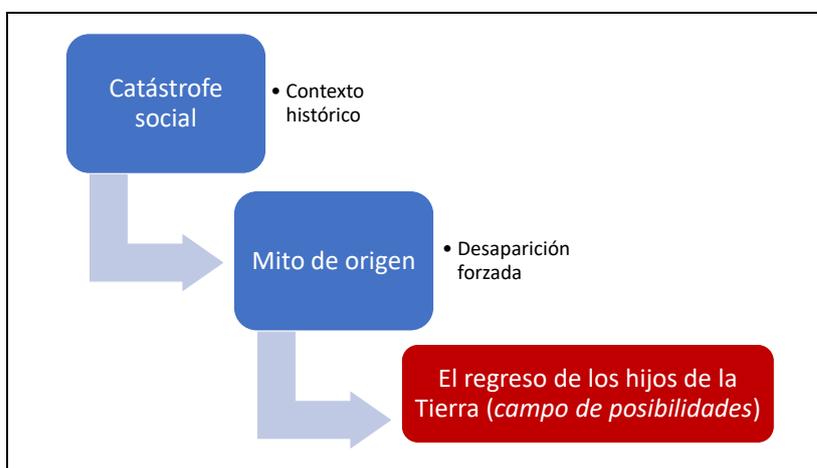
## A AUTOBIOGRAFIA DE UM FILHO

Os trabalhos que analisam a narrativa de filhos e filhas na região aumentaram ao longo do tempo, como evidenciam alguns dos textos neste volume. A ficção se entrelaça com as formas em que a memória da segunda geração dá conta de experiências de fragmentação e construções de sentido que exigem múltiplas linguagens. O testemunho canônico é interpelado ao incorporar-se a paródia polifônica, entre outras dobras de sentido sobrepostas.

<sup>11</sup> Cabe lembrar que um setor da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* em determinado momento se opôs categoricamente à busca dos restos de seus filhos e filhas (GORINI, 2008, p. 308), em um contexto em que o lema «Vivos os levaram, vivos os queremos» ainda fazia parte dos lemas da organização na Argentina.

Neste trabalho, como mencionei anteriormente, serão abordados alguns aspectos da narrativa pública de um filho de desaparecidos, autor *best seller*, terapeuta gestáltico e *neoxamã* uruguaio, que constam de três livros que integram a série *El regreso de los hijos de la tierra* [O retorno dos filhos da terra] (CORCHS, 2011a, 2011b, 2013).

Os livros se apresentam como um texto autobiográfico. Neles, o autor explicita o objetivo de compartilhar uma experiência de busca espiritual e cura. Descreve-se a *redenção* do personagem messiânico, chamado Alejandro Corchs Lerena, quem, a partir de um encontro (um agenciamento) em uma *catástrofe fundante*<sup>12</sup> (o desaparecimento forçado de sua mãe e seu pai), é adotado no âmbito do Caminho Vermelho, uma das propostas das religiosidades da classe média no Uruguai. É a partir deste encontro, e das cerimônias associadas, que ele constrói uma “família feliz”.



Para os fins desta análise são particularmente esclarecedores os trabalhos precusores de Gilberto Velho a respeito dos sectores médios brasileiros. A noção de *biografia*, tal como é conceitualizada por Velho, é útil para abordar estes textos na medida em que incorpora o modo como a trajetória do indivíduo passa a ter significado como elemento constituinte da realidade (Velho, 2003). Para isso, precisará traçar *projetos* que possibilitem lidar com os sistemas de valores diferenciados e heterogêneos da sociedade complexa, na qual “a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica” (VELHO, 1981, p. 16); considerando que “a noção de complexidade traz também a ideia de uma

<sup>12</sup> Utilizo a categoria *catástrofe fundante*, tal como é conceitualizada por Gabriel Gatti (2011).

heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições” (VELHO, 1981, p. 16).

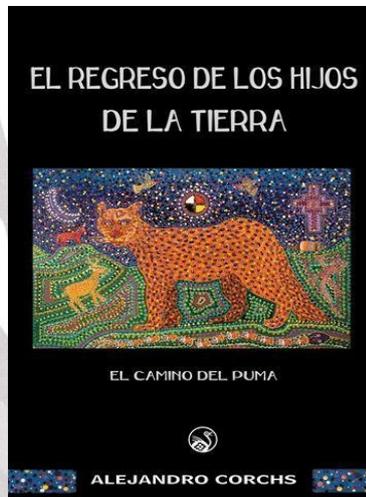


Imagem da capa do primeiro livro: Corchs, Alejandro (2011a) *El camino del puma* ["O Caminho da Puma"].

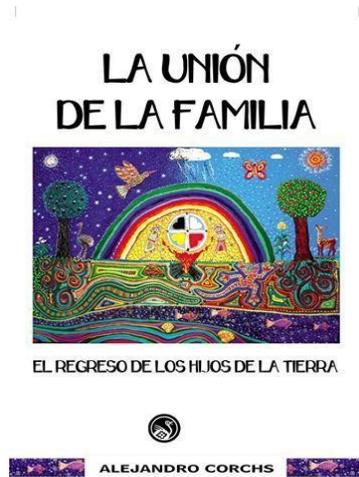


Imagem da capa do segundo livro: Corchs, Alejandro (2011b) *La unión de la familia*. ["A União da Família"].

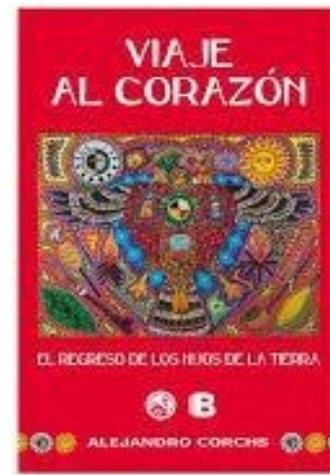


Imagem da capa do terceiro livro: Corchs, Alejandro (2013) *Viaje al corazón* ["Viagem ao Coração"].

Nestes três livros se apresenta esta *biografía*, na qual uma série de projetos é colocada em competição para dar apoio, finalmente, ao projeto do protagonista, no contexto de promoção de um projeto coletivo, para o qual sua narrativa pública também é configurada como uma ferramenta privilegiada de publicidade e visibilização do Caminho Vermelho<sup>13</sup>. Esse caminho é uma das propostas *neoxamânicas* existentes no Uruguai.

A incorporação do autor e sua designação como líder da organização propiciou a imbricação entre essas esferas no processo de consolidação e separação do macromovimento internacional por parte da organização no país. Uma das singularidades decorrentes, analisada pelo antropólogo uruguaio Juan Scuro, é que

“o processo foi derivando na construção de um dispositivo terapêutico, de encontro, de estudo e de trabalho individual e coletivo no qual os espaços, conhecimentos e sujeitos provenientes do âmbito gestáltico se aproximaram das inovadoras técnicas de trabalho psicoespiritual oriundas do campo dos usos das plantas sagradas e das técnicas indígenas de cura” (SCURO, 2016, p. 200).

<sup>13</sup> Site oficial original da organização no Uruguai: [www.caminorojouruguay.org](http://www.caminorojouruguay.org); site atual <http://www.caminodeloshijosdelatierra.org>. A mudança de nome responde ao processo de autonomização da organização com respeito à vertente original com sede no México. Sobre esse processo podem ser consultados os trabalhos de Scuro (2016 e 2018).

*Dispositivo* que, por suas características, torna possível a circulação de diversos projetos. *Projeto* entendido no sentido de Velho (2003), quem, baseando-se na fenomenologia de Schutz (2012), o define como: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2003, p.101). Essa conduta se torna uma antecipação da futura trajetória biográfica do sujeito que traça essa possibilidade em um processo que não será contínuo, homogêneo nem linear e que deverá ser compreendido com suas multiplicidades na medida em que será um ponto de intersecção entre diferentes mundos (SIMMEL, 2006). Isso, porque o indivíduo-sujeito, tal como é conceitualizado por Velho, define (traça) seu projeto dentro do *campo de possibilidades* em que está inserido; é por essa mesma razão que interessa aprofundar na emergência desta narrativa dentro das lutas pela memória no Uruguai.

Os sentidos atribuídos no Uruguai aos filhos de desaparecidos permitem que, nesta biografia (que, como antecipei, delimita um projeto que terá lugar no desenvolvimento de uma religiosidade autônoma da classe média), o autor — como todo indivíduo-sujeito desses setores no momento de estabelecer um projeto — use a dimensão da *memória* para considerar não apenas a ação presente que serve de antecipação a essa construção futura, mas também as significações impressas nos acontecimentos passados. É neste ponto que a *retórica da marca* vinculada ao desaparecimento de seus pais é entendida como mobilizadora de espaços de aceitação do que quer que seja, desde que proporcione tranquilidade com respeito ao bem-estar da vítima — neste caso o autor — no presente.

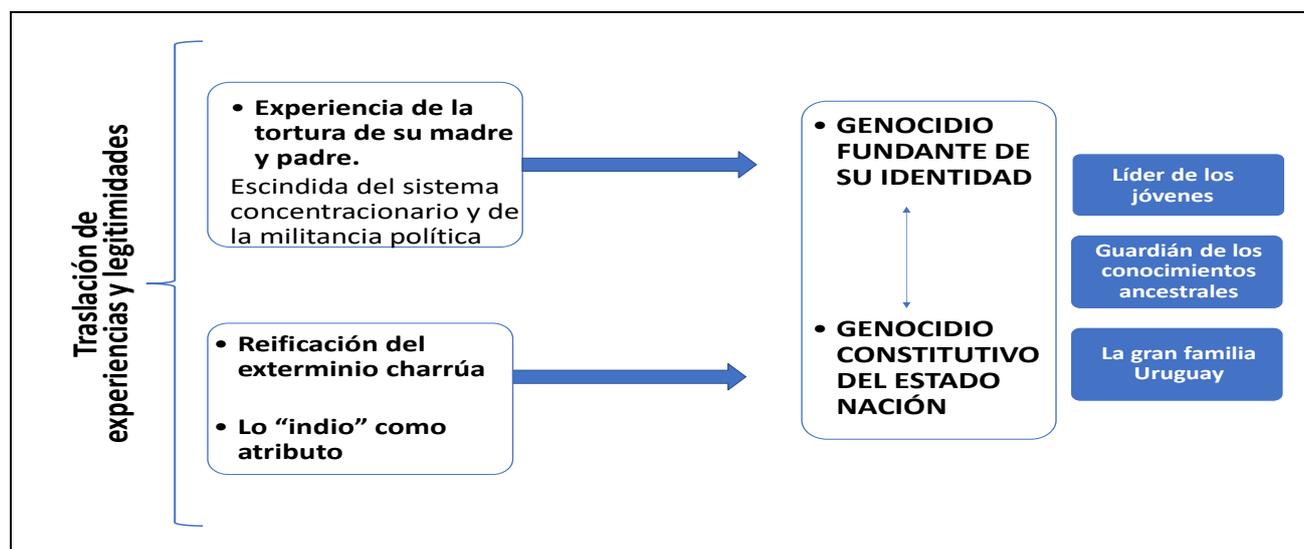
Para Velho (2003), e é pertinente neste contexto, a memória é fragmentada de tal forma que o sentido que o indivíduo dá a si mesmo dependerá da organização de seus fragmentos ao longo de sua trajetória. Em outras palavras, dada a descontinuidade do passado, a memória também constituirá a própria construção do projeto e a construção subsequente a partir do significado que ele — neste caso, Alejandro Corchs Lerena e seu entorno — concede aos acontecimentos que serão apresentados como significativos para a definição do projeto e os suportes de sua comunicação.

Na reiteração da situação de ser filho de desaparecidos há uma exigência de reconhecimento que “invoca um mundo de relações sociais de hierarquia, obliterando os aspectos de cidadania da modernidade” (GUIGOU, 2005, p. 15). Nesse sentido, a afirmação de Scuro é eloquente: “a mensagem e espiritualidade de Alejandro Corchs é tão bem recebida no Uruguai porque Corchs não é um “xamã”, “guru”, “padre” ou “liderança espiritual” como outro qualquer. Corchs é, antes de tudo, filho de desaparecidos, vítima do terrorismo de Estado” (SCURO, 2016, p. 213).

O percurso em termos do projeto que os livros descrevem poderia ser sintetizado da seguinte forma:



Processo que é possível, conforme o que foi analisado (MONTEALEGRE, 2019) a respeito da construção que o autor elabora ao longo desses três livros, através da traslação e apropriação de uma série de experiências e as legitimidades das quais são portadoras, como é resumido no seguinte quadro:



O resultado da articulação na biografia entre o genocídio dos povos indígenas (que é reificado no texto) e o sobrevivente de um segundo genocídio no contexto da "Operação Condor" está relacionado à investidura — enquanto líder carismático — como líder dos jovens, por um lado, e guardião dos conhecimentos ancestrais, por outro, integrando-se assim a uma família maior pertencente ao território nacional: o Uruguai.

Ao mesmo tempo, essa articulação suscita e precisa de uma continuidade entre um processo e outro que se condensa em um conceito de memória (como versão nativa) mais amplo do que a forma

como é entendida pelas organizações de direitos humanos ligadas ao passado recente, pois transcende a memória do ser humano para se enraizar na própria terra como portadora de uma série de conhecimentos que ali residem e que será possível apreender através do caminho que ela propõe. Essa dimensão que assume o conceito de memória, transcendendo as relações entre as pessoas, também aparece ligada à ideia de justiça em relação a um certo equilíbrio cosmológico que torna possível seu desdobramento transcendental. Aqui existem dois elementos especialmente relevantes: a reificação de um extermínio constitutivo do Estado-nação uruguaio que invisibiliza os Charruas<sup>14</sup> no presente, bem como uma religiosidade que, sob o conceito de justiça transcendental, se opõe em certa medida à universalidade, dos direitos humanos.

Impugnação que tem condições de possibilidade no país, em decorrência das políticas de impunidade desenvolvidas pelo Estado desde a pós-ditadura, por um lado, e também pelos múltiplos interesses em jogo no presente que obstruem os processos de acesso à justiça em relação aos crimes contra a humanidade. Ao mesmo tempo, a narrativa apresenta um exemplo de como alcançar o bem-estar mesmo em um contexto de impunidade, o que certamente é esperançoso e tranquilizador para uma parte da população.

144

O interesse pela Justiça e os mecanismos previstos pelo Estado, relacionados ao desaparecimento de pessoas, entre outros crimes do Estado, são fundamentais por pelo menos dois motivos: porque a definição da condição de vítima é um elemento sobre o qual se constrói a narrativa que estamos tratando e porque a *memória histórica*, entendida como aquela que pretende contribuir com a produção de uma verdade sobre os atos de violência política, se apresenta como condição *sine qua non* para as garantias de não repetição por parte dos Estados, junto com a possibilidade de reparação para essas mesmas vítimas-testemunhas. De tal forma que “a dor é um ingrediente moral essencial no processo de reconciliação e construção de um passado comum [...]. Vítima e memória andam de mãos dadas com justiça e verdade” (IRAZUZTA, 2017, p. 53), ou não?

Além do caráter *best seller* dos livros, acrescenta-se que em 2019 — ano eleitoral no Uruguai — foi publicada a quarta obra da produção literária que me ocupa (CORCHS, 2019) e que o jornal *El País* editou, em 12 fascículos, os livros deste autor sob o lema “Para viver um presente em paz, não perca esta coleção”. A polissemia do slogan publicitário escolhido pelo jornal de maior distribuição no Uruguai, fundado em 1918, e que tem um claro perfil conservador-liberal de direita, não pode ser eludida.

<sup>14</sup> Sobre este tópico pode ser consultado Rodríguez (2019), entre outros.

## REFLEXÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, mostrei como uma narrativa que, a princípio, é reconhecida como alheia ao campo da memória e dos direitos humanos, impugna parte dos sentidos atribuídos aos conceitos de memória e justiça a partir de uma área que promove uma certa religiosidade no Uruguai. Essa proposta neoxamânica chega ao país através de pessoas que pertencem à classe média urbana e é praticada principalmente por esse setor social (com a sua complexa delimitação), mas tem como elemento distintivo os valores que ordenam a experiência religiosa marcada pelo individualismo e pela autonomia. Ambos os elementos são entendidos como aqueles valores que ordenam essa prática<sup>15</sup>, e que foi possível analisar através da articulação dos seus conceitos de *projeto*, *biografia* e *campo de possibilidade* (VELHO, 1981, 2003 e 2006).

Apresentei como essa narrativa pública contrasta com a de outros agentes da segunda geração, que exigem justiça ou se posicionam a partir de uma perspectiva universalista de respeito dos direitos humanos<sup>16</sup> e das normas internacionais quanto à imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, mesmo que discordem explicitamente, em alguns casos, da prática política de seus pais.

A distinção estabelecida pela narrativa de Alejandro Corchs Lerena é razoável se entendermos essa proposta religiosa em termos de uma organização social que promove o *ethos religioso do conforto pessoal* (VIOTTI, 2011, p. 5). Esta posição se opõe à obrigação de uma ordem moral (ZENOBI, 2014, p. 215) do familiar — analisada em outro contexto etnográfico — em relação às demandas de justiça perante o Estado e o percurso de suas múltiplas instâncias burocráticas.

A articulação entre individualismo e autonomia é o que possibilita o desenvolvimento de projetos que, ao focarem no *ethos* do conforto pessoal, exige um distanciamento da universalidade dos direitos. É sobre esses elementos que me interessa refletir e gerar intercâmbios.

---

<sup>15</sup> Para isso, a reflexão pioneira de María Julia Carozzi sobre o “movimento da Nova Era e as terapias alternativas” (CAROZZI, 2000) parte do estudo da genealogia de seu desenvolvimento internacional, possibilitando contextualizar o surgimento do neoxamanismo no país.

<sup>16</sup> Uma síntese autorizada estabelece que “os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, sem distinção de qualquer tipo, tais como raça, sexo, nacionalidade, origem étnica, língua, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade; a não ser submetido à escravidão nem à tortura; à liberdade de opinião e de expressão; à educação e ao trabalho, entre muitos outros. Esses direitos correspondem a todas as pessoas, sem qualquer discriminação” (ONU, 2017). A partir da carta das Nações Unidas de 1945, em seu artigo primeiro, pode se observar como o Direito Internacional dos Direitos Humanos tem afirmado o direito à igualdade e a proibição da discriminação. São princípios fundamentais consagrados nos diversos instrumentos internacionais, no âmbito universal e no sistema interamericano. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que até hoje é reconhecida como a norma fundamental do sistema internacional para a proteção de todas as pessoas, este nível geral será complementado com instrumentos específicos que abordam a diversidade de problemas e nos vários níveis que os Estados membros da ONU devem abordar.

Em um contexto de pandemia que evidencia radicalmente as desigualdades sociais e no contexto de governos autoritários na região, problematizar os sentidos atribuídos à memória e à justiça, evidenciar as tensões e revelar a diversidade de atores, se torna imprescindível, embora seja desconfortável, como um imperativo ético para a produção de conhecimento socialmente significativo.

## REFERÊNCIAS

ALLIER, E. **Batallas por la memoria. Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay.** Montevideo-Ciudad de México: Ediciones Trilce-UNAM. 2010.

ALLIER, E. *De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates, Caravelle* [En ligne], 104. 2015. URL: <http://journals.openedition.org/caravelle/1615>; DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.1615>

BASILE, T. *Infancias: La narrativa argentina de hijos.* Villa María: Eduvim. Carozzi, M. J. (2000). **Nueva era y terapias alternativas. Construyendo significados en el discurso y la interacción.** Buenos Aires: EDUCA. 2019.

CORCHS, A. **El camino del puma.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 1. 2011a.

CORCHS, A. **La unión de la familia.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 2. 2011b.

CORCHS, A. **Viaje al corazón.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El regreso de los hijos de la tierra, 3. 2013.

CORCHS, A. **La medicina del Amor.** Montevideo: Purificación, Memoria viva. Serie El Regreso de los Hijos de la Tierra, 4. 2019.

GATTI, G. *El lenguaje de las víctimas: silencios (ruidosos) y parodias (serias) para hablar (sin hacerlo) de la desaparición forzada de personas.* **Revista Universitas Humanística**, (72), 89-109. 2011. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/791/79122328005.pdf>

GORINI, U. **La otra lucha. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. 1983-1986.** Buenos Aires: Norma. 2008.

GUIANZE, M. *La impunidad más allá de la Ley de Caducidad. Construcción de un marco jurídico nacional de derechos humanos vs. persistencia de la cultura de impunidad.* **Revue de l'Institut des langues et cultures d'Europe, Amérique, Afrique, Asie et Australie.** ILCEA, 26. 2016. Recuperado de <http://journals.openedition.org/ilcea/3916>

GUIGOU, L. N. **Sobre cartografías antropológicas y otros ensayos**. Montevideo: Hermes Criollo. 2005.

HUFFSCHMID, A. *Huesos y humanidad. Antropología forense y su poder constituyente ante la desaparición forzada*. **Athenea Digital**, 15 (3), 195-214. 2015. doi: 10.5565/rev/athenea.1565

INSTITUCIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y DEFENSORÍA DEL PUEBLO (INDHH) **Declaración sobre administración de justicia y derechos humanos**. 21 de febrero. 2013. Recuperado de: [www.cainfo.org.uy/2013/02/declaracion-de-la-institucion-nacional-de-derechos-humanos-sobre-administracion-de-justicia-y-derechos-humanos](http://www.cainfo.org.uy/2013/02/declaracion-de-la-institucion-nacional-de-derechos-humanos-sobre-administracion-de-justicia-y-derechos-humanos).

IRAZUZTA, I. *Memoria y víctima*. En: GATTI, G. (Ed.), **Un mundo de víctimas** Barcelona: Anthropos-Siglo Veintiuno Editores. pp. 36-72. 2017.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *De los malos entendidos a la «valija conceptual». Una discusión en torno a los abordajes «inter» disciplinarios/ e interfacultades en una línea de trabajo Extensión/Investigación*. **Seminario En clave inter. Reflexiones sobre la interdisciplina en la Udelar**. Montevideo: Universidad de la República. 2010.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *¿Cuál es tu historia? Infancia(s) y adolescencia(s) durante el terrorismo de Estado*. En **En clave Inter**. Montevideo: Espacio Interdisciplinario, Universidad de la República. 2012a.

IRRAZÁBAL, E.; MONTEALEGRE, N.; SAPRIZA, G. y PEIRANO, A. *Desafíos de la memoria: interdisciplina y segunda generación*. **Revista Encuentros Uruguayos**, V (1), 278-291. 2012b. Recuperado de: <http://docplayer.es/20478385-Desafios-de-la-memoria-interdisciplina-y-segunda-generacion-enrico-irrazabal-graciela-sapriza-natalia-montealegre-alondra-peirano.html>

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI. 2002.

JELIN, E. *Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión*. **Política y Sociedad**, 48 (3), 555-569; 2011. DOI: 10.5209/rev\_POSO.2011.v48.n3.36420

JORGE, G. y FERNÁNDEZ HUIDOBRO, E. **Chile Roto. Uruguayos en Chile**. Montevideo: Editorial TAE. 1993.

MONTEALEGRE, N. **El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. 2019.

MONTEALEGRE, N. y PEIRANO, A. *El dispositivo de la prisión política: resonancias y reproducción del terrorismo de Estado en Uruguay*. **Revista Contemporánea: Historia y problemas del siglo XX**, (4), 41-60. 2013. Dossier: «La prisión como arma política en América Latina, 1950-2000: nuevas miradas a un viejo tema». Recuperado de: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/2017/05/06/natalia-montealegre-y-alondra-peirano/>

MONTEALEGRE, N. y PEIRANO, A. *La visita carcelaria: un hito en las memorias de la segunda generación en Uruguay*. En: González, C. y Basile, T (Eds). **Las posmemorias. Perspectivas latinoamericanas y europeas/ Les post-mémoires. Perspectives latino-américaines et**

**européennes.** Universidad Nacional de La Plata y Universidad de Bordeaux-Montaigne. pp. 147-174. 2020.

MONTEALEGRE y SAPRIZA, *Memorias: organizaciones de segunda generación en Uruguay (1985-2018)*. En: GONZÁLEZ, C. y BASILE, T. (Eds.) **Las posmemorias. Perspectivas latinoamericanas y europeas/ Les post-mémoires. Perspectives latino-américaines et européennes** Universidad Nacional de La Plata y Universidad de Bordeaux-Montaigne. pp. 123-146. 2020.

MOSQUERA, S. **Huellas de las dictaduras en el Cono Sur: construcción de identidad/es en hijos de uruguayos apropiados y posteriormente localizados.** Tesis Maestría en Psicología Social, Facultad de Psicología, Universidad de la República, Montevideo [mimeo]. 2012.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU) **Derechos Humanos.** En **Naciones Unidas.** 2017. Recuperado de <http://www.un.org/es/sections/issues-depth/human-rights/index.html>

PEROSINO, C. **Umbral. praxis, ética y derechos humanos en torno al cuerpo muerto.** Tesis Doctoral. Universidad de Buenos Aires, Argentina. 2012.

RODRÍGUEZ, M. E. *El buen salvaje cosmológico y las apropiaciones new age.* En: MONTEALEGRE, N. **El Cóndor pasa. Entre genocidios y metamorfosis** Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. pp. 173-181. 2019.

148

SAPRIZA, G. *Escritura de mujeres y memoria.* En MIRZA, R. (Ed.) **Teatro, Cuerpo, palabra, imagen. La escena contemporánea: una reflexión impostergable.** Montevideo: FHCE, Universidad de la República. 2007.

SAPRIZA, G. *Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violencia, cárcel, exilio.* En **Deportate, esuli, profughe. Rivista telematica di studi sulla memoria femminile**, 11. 2009. Recuperado de [http://www.unive.it/nqcontent.cfm?a\\_id=18891](http://www.unive.it/nqcontent.cfm?a_id=18891)

SCHELOTTO, M. *La dictadura cívico-militar uruguaya (1973-1985): la construcción de la noción de víctima y la figura del exiliado en el Uruguay post-dictatorial.* **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 10 mars 2015, consulté le 05 avril 2020. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/67888>; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.67888>

SCURO, J. **Neochamanismo en américa latina. Una cartografía desde el Uruguay.** Tesis de Doctorado en Antropología social. Porto Alegre: UFRGS. 2016. Recuperado de: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140102/000990514.pdf?sequence=1>.

SCURO, J. *Interpellations and challenges in the neoshamanic and ayahuasca fields in Uruguay.* En CAIUBY, B. y CAVNAR, C. **The Expandig World Ayahuasca Diaspora. Appropriation, Integration and Legislation** Londres y Nueva York: Routledge. pp. 22-39. 2018.

SEMPOL, D. **HIJOS Uruguay. A 20 años de un ensayo de memoria generacional. Cuadernos de Aletheia**, (02), 53-60. 2016. Recuperado de: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/59535>

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ) **Uruguay Nunca Más: Informe sobre la violación a los derechos humanos**. 2.<sup>a</sup> Edición. Montevideo: Serpaj Uruguay. 1989.

SERVICIO PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ) **Derechos Humanos en el Uruguay. Informe 2009**. Montevideo: Serpaj Uruguay. 2009.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Río de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

VECCHIOLI, V. *Una memoria que transita por las venas: genética y emoción en los hijos de desaparecidos en Argentina*. En: GATTI, G. (Ed.), **Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales** Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes. pp. 227-248. 2017.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Río de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1981.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.). Río de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

VIOTTI, N. *Notas sobre sociedad y jerarquización en la nueva religiosidad de los sectores medios urbanos*. **Papeles de Trabajo. La Revista Electrónica del IDAES**, 5 (8), 135-152. 2011.

ZENOBI, D. **Familia, política y emociones. Las víctimas de Cromañón entre el movimiento y el Estado**. Buenos Aires: Editorial Antropofagia. 2014.



---

M A R G E N S   D A S   A R T E S

---



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11799>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.11799>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 151-158

Submissão: 04/01/2022

Aprovação: 08/01/2022

## UFPA - CAMPUS DE ABAETETUBA: FOTO-MEMÓRIA EM CORES

*UFPA - ABAETETUBA CAMPUS: PHOTO-MEMORY IN COLORS*

Augusto SARMENTO-PANTOJA  

Universidade Federal do Pará<sup>1</sup>

**Resumo:** Trabalho de recolha de algumas fotografias antigas e novas da UFPA-Campus de Abaetetuba, recriadas pelo olhar artístico. Atualizadas e reformuladas, em um jogo entre o monocromático e a cor. Um trabalho que mistura Arquivo e Arte, em uma proposta de mostrar a resistência da UFPA na manutenção da política pública de ensino superior.

**Palavras-chave:** Resistência. Campus de Abaetetuba. Universidade. Memória.

**Abstract:** *Work of collecting some old and new photographs of the UFPA-Campus de Abaetetuba, recreated by the artistic eye. Updated and reworked, in a game between monochrome and color. A work that mixes Archive and Art, in a proposal to show the resistance of UFPA in maintaining the public policy of higher education.*

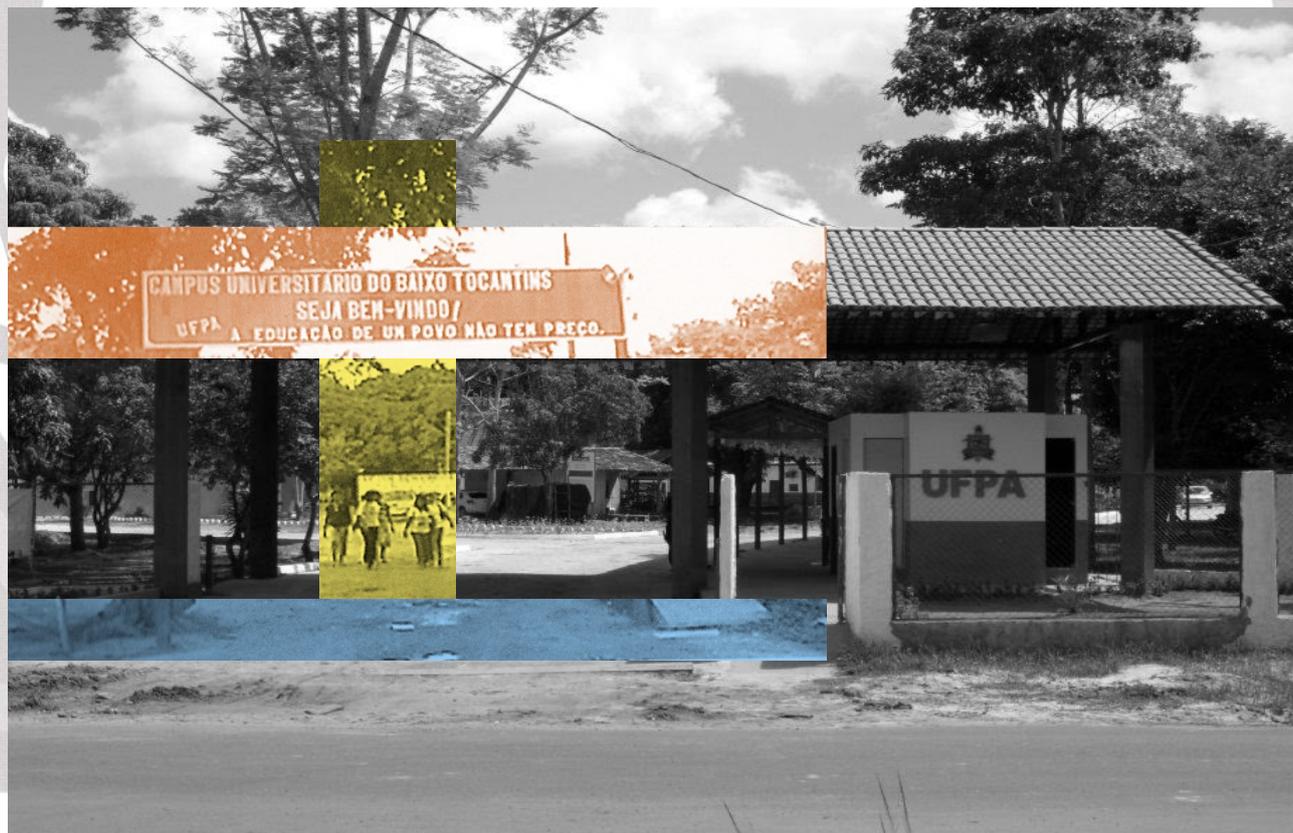
**Keywords:** *Resistance. Abaetetuba campus. University. Memory.*

---

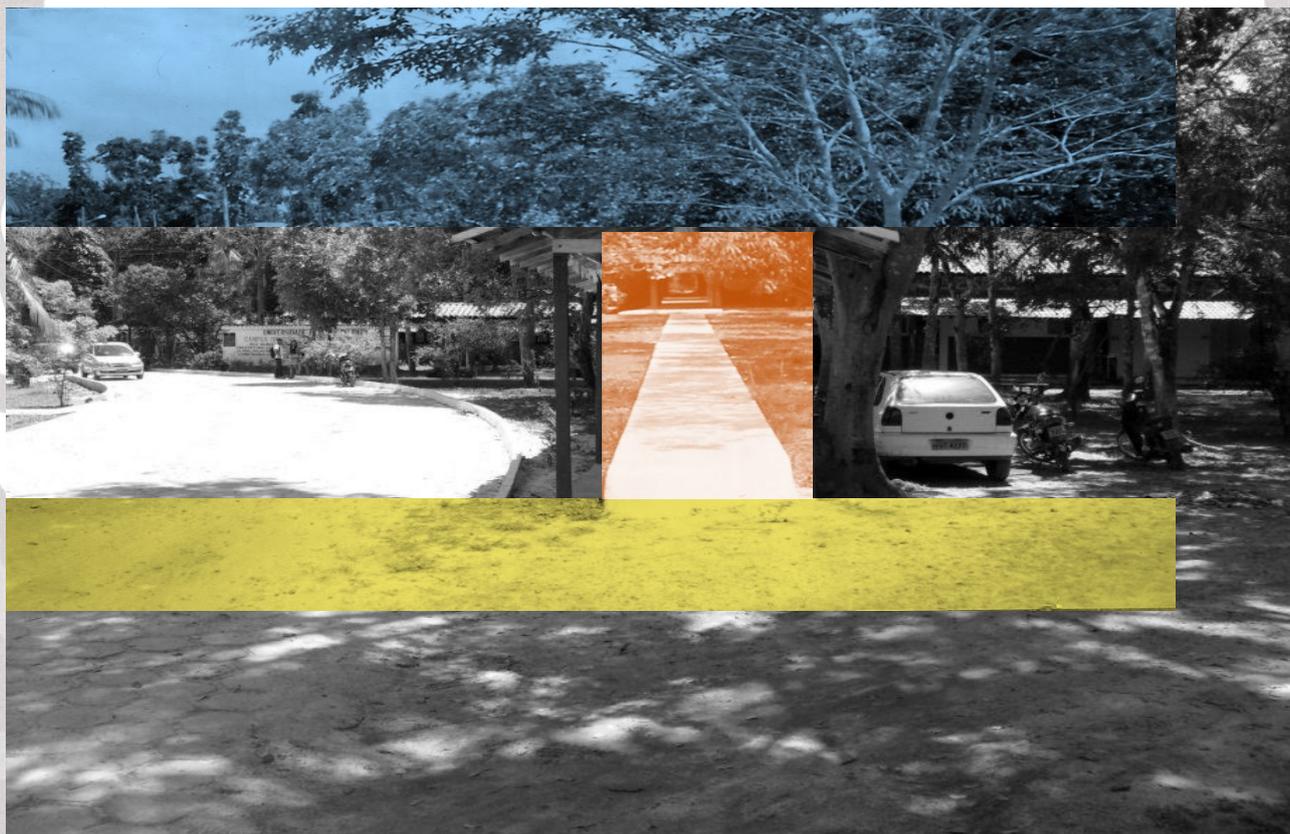
<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP, Pós-Doutor pelo Centro de Estudos Comparatistas da ULISBOA. Docente de Literatura da Universidade Federal do Pará, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPA). E-mail: [augustos@ufpa.br](mailto:augustos@ufpa.br)













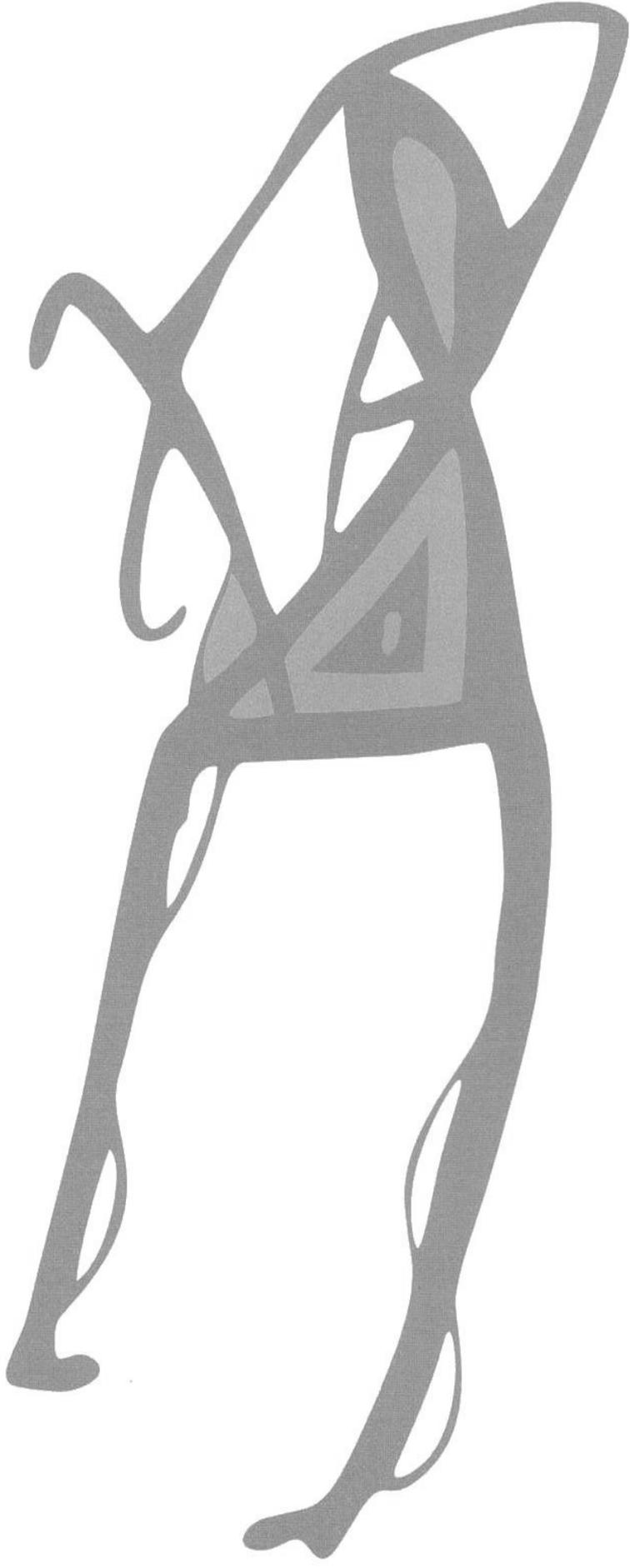
Quando iniciei o projeto de um dossiê comemorativo dos 15 anos de Publicação Científica no Campus de Abaetetuba, pensei como materializar artisticamente esse momento e me veio a ideia de brincar com algumas fotografias que havia recolhido em uma pesquisa com fotografias trazida por alunos e colegas do Campus de Abaetetuba, ainda na época da comemoração dos 30 anos do campus. Tinha nas mãos uma dezena de fotografia que marcavam algumas imagens interessantes do espaço e de prédios do Campus de Abaetetuba. Foi nesse caminho que procurei encontrar algumas identidades que estavam materializadas naquelas fotografias. Parei para comparar como poderia unir passados de tempos diferentes da constituição do Campus. Todas as fotos que chegaram a mim eram monocromáticas, mas queria propor ao leitor outra experiência estética.

O primeiro jogo fotográfico foi com o espaço Toca-Tocantins. Originariamente um barracão onde eram ministradas aulas, depois, com a construção das salas de aula, o espaço passou a ser uma espécie de “vadião”, espaço para camaradagem, brincadeiras, debates. Aos poucos o espaço foi se remodelando para agregar a administração do campus e espaço de reunião e até um auditório, quando começa a configurar mais ainda os meandros da relação entre cultura e arte e ciência. São duas épocas que marcam as mudanças dos prédios a chegadas de serviços como o “orelhão” e a modernização de um automóvel. Os títulos dados aos dois espaços da fotografia mais antiga “barracão dos amigos” e “barracão da alegria” revelam que o espaço nasce com uma afetividade singular. Essa afetividade é que buscamos manter e quando deixamos as bandeirinhas da decoração junina, como marca da importância cultural do espaço.

O segundo jogo poético visual foi realizado junto ao portão de entrada do Campus, identificada pela placa como “Campus Universitário do Baixo Tocantins” e a inscrição de um subtítulo, que acentua o valor político da criação de um Campus da UFPA na cidade de Abaetetuba, por isso uma referência aos esforços humanos e econômicos para sua materialização: “a educação de um povo não tem preço”. Sabemos que mesmo diante dos diversos modelos de gestão que limitam e fragilizam a educação superior ao longo dos anos, a universidade sempre se posicionou como uma dissidência, potencializando projetos como a interiorização do ensino superior empoderando as populações locais e garantindo que emergissem do povo, lideranças e quadros para esta mesma universidade. Ao lado da simplicidade está um imponente pórtico erguido muitos anos depois ilustrado pelo brasão da instituição, marcador da importância da UFPA na região. Mas não deixamos de fora as pessoas, discentes, técnicos, professores, que fazem essa instituição. Não nos interessa saber que são as pessoas das fotografias e sim, a importância que elas têm e tiveram ao longo dos anos.

Para finalizar esse trabalho procuramos acentuar o caminho, que coberto ou descoberto leva ao conhecimento científico, ao mesmo tempo, leva ao conhecimento de mundo de pessoas que fazem a universidade se no passado era descoberto, aos poucos foi coberto, sem que essa cobertura apagasse o desejo de infinitude, pelo contrário acentua na medida que nos faz refletir sobre como somos formados em todos os lados e todos os ângulos.





---

R E S E N H A

---



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10920>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v15i25.10920>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 15 | N. 25 | Dez., 2021, pp. 151-165.

Submissão: 27/08/2021

Aprovação: 15/10/2021

## RESENHA - COQUIMBO EPISODIOS COLONIALES: LOS CLAROSCUROS DEL DESIERTO DE NICOLE PARDO-VILÚ

REVIEW - COQUIMBO COLONIALES EPISODES: LOS CLAROSCUROS DEL DESIERTO DE NICOLE PARDO-VILÚ

Inés HORTAL 

Universidad Andrés Bello (UNAB – Chile).<sup>1</sup>

**Resumen:** La esclavitud en Chile ha sido un hecho invisibilizado en diversas áreas de estudio e investigación. Desde la época de la Colonia, sobrevivieron en estas tierras la esclavitud de africanos y sus descendientes. La novela *Coquimbo Episodios Coloniales: los claroscuros del desierto de Nicole Pardo-Vilú* (2021), reconstruye un pasado silente entrecruzando relatos inéditos donde podemos “presenciar” la situación de esclavas, esclavos y sus descendientes en la zona del Limarí, Coquimbo.

**Palabras-clave:** Esclavituden Chile. Esclavitud de Africanos. Nicole Pardo-Vilú. Coquimbo.

**Abstract:** *La esclavitud in Chile has been a hecho invisible in several areas of study and research. Since the time of Colony, the slavery of Africans and their descendants survived in these lands. The novel Coquimbo Episodios Coloniales: los Claroscuros del Desierto de Nicole Pardo-Vilú (2021), reconstructs a silent past intertwining unpublished accounts from which we can “witness” the situation of slaves, slaves and their descendants in the Limarí zone, Coquimbo.*

**Keywords:** *Esclavituden Chile. Slavery of Africans. Nicole Pardo-Vilu. Coquimbo.*

---

<sup>1</sup> Licenciada en Lengua y Literatura Inglesa. Magister en Literatura Chilena e Hispanoamericana. Dra. en Literatura Hispanoamericana Contemporánea. Grupo Internacional de Investigación 'Océanos, desplazamientos y resistencia en la Literatura Contemporánea' coordinado por la Dra. Daiana Nascimento dos Santos en el Centro de Estudios Avanzados de la Universidad de Playa Ancha, Chile. E-mail: [ineshortal@hotmail.com](mailto:ineshortal@hotmail.com)

PARDO-VILÚ, N. **Coquimbo Episódios Coloniales**: Los claroscuros del desierto. Santiago de Chile: Acto Editores, Enero 2021.

La esclavitud en Chile ha sido un hecho invisibilizado en diversas áreas de estudio e investigación. Desde la época de la Colonia, sobrevivieron en estas tierras la esclavitud de africanos y sus descendientes. Chile no estuvo ajeno a la tradición esclavista de la Corona española en tierras hispanoamericanas y otros lugares del mundo. “Desde el periodo de la conquista, la idea de raza ha sido un instrumento de imposición de poder que ha permeado las relaciones establecidas e impuestas desde entonces” (NASCIMENTO DOS SANTOS, 2015, p. 43). La dominación española estuvo basada en esta imposición de poder que funcionó a nivel político, económico y social, regulando los derechos y deberes de los esclavos, “El objetivo era controlar grupos subordinados, manos de obra esclava, control de la sexualidad y capacidad reproductiva de los esclavos” (ACUÑA, 2008, p. 137). En pocas palabras: controlar seres humanos cazados, torturados, violentados y despojados de su humanidad.

La novela se sitúa en la región de Coquimbo, la cual fue incorporada al Imperio Incaico en el siglo XV. Existen indicios de la llegada de esclavos durante la Conquista (1536) y la presencia del tráfico de esclavos desde Perú. Incluso, se registra documentación con el ingreso de hombres, mujeres y niños a través de la Cordillera de los Andes, específicamente en la zona donde ocurren los sucesos relatados en esta novela. Según su autora, es importante destacar que “nuestra historia y nuestra identidad se formó con esa herencia de esclavización, por lo tanto, no solo tenemos que conocerla, tener conciencia sobre la presencia de estos esclavizados y esclavizadas, sino también pensar quienes eran los amos” (BECERRA, 2021), en el caso de esta narrativa se refiere a los españoles. Según Nascimento Dos Santos (2015, p. 60): “La memoria cultural abre la posibilidad de mirar el pasado como un sistema que aún se mantiene en el contexto presente”. Esa memoria cultural, que también forma nuestra historia e identidad, sigue ocultando millones de muertes, infanticidios y traumas sin fin. Es así como nos adentramos en un increíble mundo matizado de crueldad, sufrimiento, violencia y romance en esta novela. Entendiéndose este último, incluso, como una aproximación al Síndrome de Estocolmo, es decir, las mujeres esclavas desarrollaban vínculos afectivos con sus amos quienes eran sus captores y dueños. Por otro lado, la relación que existía entre las esclavas y las mujeres “blancas”, quienes procedían directamente de España o eran criollas, es más bien de una violencia doble donde ambas son víctimas, pero solo las “amas” se convierten también en victimarias. Es así como:

La esclavitud se evidencia como uno de los engranajes del sistema económico de la época, logrando legitimarse en este panorama por la práctica de la violencia en sus diversas acepciones y simbologías, que involucran tanto al esclavizador como al esclavizado en los diferentes ámbitos de cinco siglos de resistencia. (NASCIMENTO DOS SANTOS, 2015, p. 35)

La novela *Coquimbo Episodios Coloniales: los claroscuros del desierto* de Nicole Pardo-Vilú fue publicada por ACTO EDITORES en Santiago de Chile, 2021. Sus 132 páginas están divididas en un prólogo, XXIII capítulos, notas históricas, documentos y bibliografía. También, se añade un mapa de la zona, dos árboles genealógicos y fotografías de la época. En su portada, observamos a una mujer amamantando, lo cual nos da un primer indicio de la figura femenina y la procreación en la trama del relato. Pardo-Vilú escribió esta novela basándose en investigaciones historiográficas sobre la presencia africana y afrodescendiente en el territorio de Chile, específicamente en la zona de Coquimbo. Con ágil pluma, casi recreando una película, logra entrelazar hechos reales con ficción y dar vida a una narrativa corta dentro del género de la novela histórica. Para dar veracidad a los hechos narrados, realizó investigaciones en archivos coloniales y, de esta forma, redescubrir la historia invisibilizada de afrodescendientes en Chile. Los archivos judiciales, notariales y parroquiales de La Serena representaron una herramienta fundamental al momento de recrear *Episodios Coloniales*.

La novela no solo reconstruye un pasado silente sino también lo hace desde una mirada de género entrecruzando relatos inéditos donde podemos “presenciar” la situación de esclavas, esclavos y sus descendientes. La crueldad, la violencia y vejaciones a que eran sometidos y sometidas, las transacciones, la declaración de ventas ilegales, juicios y deudas pagadas con la venta de esclavos, ubica a Chile a la misma altura y situación de esclavitud de otros países, aunque en esta zona del mundo, la presencia de la esclavitud no fue masiva. Estas situaciones, además, no solo configuran escalas de violencia física y emocional, sitúa a las protagonistas en una violencia económica debido al valor comercial sumándose a situaciones de total abandono, tortura, traslados a lugares desconocidos, nuevos “amos” y “amas”; por ejemplo, en la novela lo que significaba tener una esclava se menciona como: “Santos representaba un monto de dinero no despreciable, mejorable a medida que crecía” (PARDO-VILÚ, 2021, p. 62). Las esclavas estaban expuestas a la violencia sexual por parte de sus dueños y violencia física perpetrada por las “amas”, las señoras de la casa, quienes a su vez estaban bajo el yugo del Patriarcado: “¡Cállese Antonia, no me falte el respeto, que no dudaré en usar mi autoridad!” (PARDO-VILÚ, 2021, p. 42). Aún más grave se torna la situación cuando los vientres se configuran como un valorpreciado, una mercancía que se podrá vender y de la cual obtener ganancias: “Mujeres esclavas como productoras y creadoras de riqueza, lo cual constituyó el símbolo

del control de las capacidades productivas de dichas mujeres en la economía colonial” (ACUÑA, 2008, p. 138). La muerte de los niños nacidos bajo estas condiciones, los abortos causados por la violencia y también autoprovocados, no causaban impedimento para seguir violentando a las esclavas con el fin de aumentar el caudal financiero. El fin de lucro se generaba directamente mientras mas hijos engendraba una esclava, más dinero podía ganar su dueño con la venta de los vástagos.

La Tadea es fuerte, es negra, los negros están hechos para trabajar y recibir órdenes. ¡Que agasajos, que delicadezas! Negra, esclava, servidumbre... eso es lo que es ¡Hasta cuando tanto cuidado con esa perra! Que haga su trabajo, hasta que tenga que parir” (PARDO-VILÚ, 2021, p. 20)

Las mujeres, amas y esclavas, se configuran como las principales protagonistas; sin embargo, la trama se desarrolla en torno a la vida de las esclavas. El *Día de Reyes* es el primer capítulo de la novela, el ambiente es de celebración en Limarí, Coquimbo. El significado de este título es muy sugerente debido al significado de esta fiesta. Además, es aquí cuando el lector o lectora tiene su primer encuentro con María Francisca Monardes y su esclava Santos Monardes, con Silveria, María y Antonia juntas a su esclava Tadea, quien también se encuentra en esta fiesta con sus hijos mulatillos Mariana y Juan. En los capítulos subsiguientes se puede apreciar como la vida de estas mujeres, amas y esclavas, se va entrelazando y formando círculos de violencia, dependencia y también afectos. No menor son las relaciones de abuso y violencia sexual perpetrados por los amos españoles; sin embargo, es aquí donde también se encuentra una dualidad en torno a los afectos entre ellos y sus esclavas, a las cuales quieren poseer como objetos de deseo sexual, pero también las ven como una especie de alto valor: “La esclava es dinero y vale por dos” (PARDO-VILÚ, 2021, p.16). En términos de afectos las promesas de libertad por parte de los amos para “seducir” a sus esclavas era algo común e irrealizable.

Las amas también son cómplices de los actos de sus maridos. El silencio se constituye como una forma de violencia. Uno de los elementos más fuertes, se hace presente a través de los relatos que tienen que ver con la violencia (en muchos episodios extrema) que ejercen las “amas” con sus esclavas: “Cuando debía castigarla, se cuidaba de ser lo suficientemente eficaz para hacerla sentir dolor, miedo y angustia, sin llegar a dejar marcas en el cuerpo” (PARDO-VILÚ, 2021, p. 17). Estas “amas” que a su vez viven bajo la subordinación del padre, los hermanos o el marido. Mujeres que han recibido como regalo de cumpleaños, compromiso o matrimonio a un ser humano. Un ser humano considerado una mercancía. Existe una doble subordinación y escalada de violencia. “No me hable así Antonia, que se ha creído. La esclava es dinero y vale por dos, no se olvide” (PARDO-VILÚ,

2021, p. 16). Si una esclava moría, el dueño se adelantaba a entregarle su “libertad” para no pagar gastos relacionados con su enfermedad y muerte; así, el “amo” quedaba libre de cualquier responsabilidad.

La novela está bien estructurada en cuanto a un principio y un final esperado, aunque poco probable para los millones de hombres, mujeres y niños esclavizados, otorgando una luz de esperanza dentro de la ficción. El título del capítulo final también es simbólico ya que está relacionado con las historias de estos personajes y la Independencia de Chile: una metáfora de liberación. Es recomendable, antes de adentrarse en el mundo de *Coquimbo. Episodios Coloniales*, revisar los árboles genealógicos que están presentes al final de la novela para facilitar la comprensión de como se van relacionando los personajes y su descendencia. En cuanto al lenguaje usado en la obra, claramente está escrito desde un presente, con diálogos simples y de fácil entendimiento que dista de la forma en que hablaban los españoles y esclavos, estos últimos, claramente, no hablaban español, en su mayoría. Para finalizar, algo para reflexionar, manifestado por Santos en la novela: “Pero amo, Usted es mi dueño, ya sabe que no me puede pedir permiso para hacer conmigo lo que quiera.” (PARDO-VILÚ, 2021, p. 80), aunque José del Río nunca se sintió su amo, su señor y menos pudo casarse con ella, es una historia de amor que también se revela en esta novela como muchas han existido entre amos y esclavas y, por supuesto, esclavos y amas en la vida real.

### Referencias

ACUÑA, M. *Papel reproductivo y productivo de las mujeres esclavas en Costa Rica en el siglo XVIII*. *Revista de Historia*, Costa Rica, n. 57-58, 1 ene. 2008. Historia, p. 135-161. Disponible en <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/1757>. Recuperado el 15 ago. 2021.

BECERRA, A. *De esclavitud y violencia: libro se sumerge en los archivos coloniales para redescubrir la historia de los afrodescendientes en Chile*. *Diario Uchile*, Santiago de Chile, 12 abr. 2021. Cultura. Disponible en: <https://radio.uchile.cl/2021/04/12/de-esclavitud-y-violencia-libro-se-sumerge-en-los-archivos-coloniales-para-redescubrir-la-historia-de-los-afrodescendientes-en-chile/>. Recuperado el 1 ago. 2021.

NASCIMENTO DOS SANTOS, D. **El Océano de fronteras invisibles**: Relecturas históricas sobre (¿el fin de?) la esclavitud en la novela hispanoamericana. Madrid: Verbum, 2015. 225 p. v. 1.

PARDO-VILÚ, N. **Coquimbo Episodios Coloniales**: Los claroscuros del desierto. Santiago de Chile: Acto Editores, Enero 2021. 132 p. v. 1.

### **Autores no Dossiê**

Augusto Sarmiento-Pantoja  
Paul Sneed  
Elcio Loureiro Cornelsen  
Natalia Montealegre  
Jéssica Lorrane Gonçalves Souza  
Geovana de Lourdes Alves Ramos  
Daiana Nascimento dos Santos  
Patricia Péndola  
Paola Zordan  
Federico Lorenz

### **Tradução**

Natalia Montealegre

### **Margens das Artes**

Augusto Sarmiento-Pantoja

### **Resenha**

Inés Hortal Sandoval



Editora Universitária  
Campus de Abaetetuba